

ALINE GUIZARDI DELESPORTE

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUMAÇA - MG:
CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

D347m
2012

Delesposte, Aline Guizardi, 1984-

Movimento dos atingidos pela barragem de Fumaça-MG:
caminho para o empoderamento da mulher? / Aline Guizardi
Delesposte. – Viçosa, MG, 2012.

xii, 161f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 143-148

1. Movimento dos Atingidos por Barragens. 2. Participação
política. 3. Mulheres do campo - Brasil - Condições sociais.
4. Gênero. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 303.484

ALINE GUIZARDI DELESPOSTE

**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUMAÇA -
MG: CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

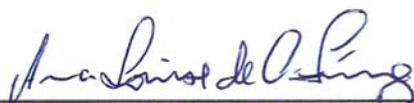
APROVADA: 27 de junho de 2012.



Klemens Augustinus Laschefski



Franklin Daniel Rothman



Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Primeiro agradeço a Deus e aos meus santos protetores. Salve!

Às mulheres e homens que fizeram parte dessa pesquisa. E que me acolheram em suas casas, e abriram um pouco de suas vidas. MUITÍSSIMO obrigada!

Aos meus pais Ana Maria e Evaldo, que sempre estiveram me apoiando em tudo nessa vida. Amor eterno. Obrigada!

Aos meus irmãos Susana e Rafael, pessoas que vou amar sempre. E a todos da grande família. Obrigada!

Ao meu querido e amado Lucas, parceiro incondicional, que pacientemente me acompanha e me apóia ao longo desses anos de convivência, agradeço muitíssimo as suas contribuições neste trabalho e sua ternura em momentos difíceis. Amor feliz!

Às minhas amigas Simone e Érika, mulheres competentes e sinceras! Aos demais amigos do mestrado pelas tardes de café e pelo mundo da vida, às amigas e amigos da Geo. 2004. Sucesso a todos!

À prof.(a) Ana Louise, minha orientadora, sou grata pelo apoio e estímulo que sempre me passou durante essa etapa. Obrigada pelo incentivo dado a este trabalho e a outros, pelo crescimento acadêmico, pela paciência, compreensão e também pela amizade. Obrigada e vida longa!

Aos coorientadores Klemens e Douglas, que aceitaram a construção conjunta desse trabalho e deram atenção aos detalhes teóricos. Obrigada!

Ao Franklin, por aceitar o convite de participar da banca e por ter me oferecido ao longo dos anos tanto conhecimento sobre as barragens. Obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a todos os professores que dele fazem parte. Obrigada!

Ao grupo de pesquisa GERAR, com quem partilhei desse trabalho em muitas ocasiões e em especial, ao PACAB, um dos espaços onde construí minha vivência/experiência em pesquisa e extensão. Obrigada a todos!

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial a Carminha, Anízia e agora o Romildo!

A Universidade Federal de Viçosa, por me proporcionar ensino de qualidade, e ao CNPQ pela concessão da bolsa de estudo e por financiar através do projeto n. 70252261069 os equipamentos, a participação em congressos, publicações e toda parte operacional do campo.

Obrigada por tudo, por tudo mesmo!!!!

BIOGRAFIA

ALINE GUIZARDI DELESPOSTE, filha de Evaldo Delesposte e Ana Maria Guizardi Delesposte, nasceu no dia 17 de maio de 1984 no município de Castelo, Espírito Santo. Coursou o ensino fundamental e médio em escola pública municipal e estadual. No ano de 2004 ingressou no curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E em dezembro de 2009 foi aprovada no mestrado do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV, iniciando o curso em março de 2010.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	VII
LISTA DE QUADROS.....	VIII
LISTA DE GRÁFICOS	IX
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
1.1 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA.....	3
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	8
1.2.1 <i>Justificativas para seleção do universo empírico</i>	9
1.2.2 <i>As fases do campo.....</i>	9
1.2.3 <i>O contato com os sujeitos da pesquisa</i>	10
1.2.4 <i>A escolha das localidades.....</i>	12
1.2.5 <i>A seleção do(as) entrevistado(as).....</i>	15
1.2.6 <i>Método e técnica de coleta de dados</i>	17
1.2.7 <i>Análise dos dados</i>	19
1.2.8 <i>Aspectos éticos.....</i>	20
1.2.9 <i>Organização da Dissertação</i>	20
CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE PODER E EMPODERAMENTO.....	22
1.1 AS CONCEPÇÕES DE PODER.....	22
1.2 AS CONCEPÇÕES DE EMPODERAMENTO ENVOLVENDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO	29
1.2.1 <i>Empoderamento e o indivíduo</i>	33
1.2.2 <i>Empoderamento e pobreza</i>	35
1.2.3 <i>Empoderamento e ação coletiva.....</i>	37
CAPÍTULO 2. A CONDIÇÃO DA MULHER RURAL NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO	44
2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE GÊNERO.....	44
2.2 A NATURALIZAÇÃO DA DISSOCIAÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO E ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO NAS TEORIAS CRÍTICAS	47
2.3 AS MULHERES NA AÇÃO COLETIVA: DIFERENTES FACES DO EMPODERAMENTO	51
CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E LUTA NO MAB: O LUGAR DAS MULHERES E DOS HOMENS.....	55
3.1 O SURGIMENTO DO MAB NACIONAL	57
3.2 A PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS (AS) POR BARRAGEM NA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA	68
CAPÍTULO 4. MIGUEL RODRIGUES, EMBOQUE E GUAIANA: AS EXPRESSÕES DO LUGAR E AS DISTINTAS VIVÊNCIAS	82
4.1 A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DAS LOCALIDADES	82
4.1.1 <i>Aspectos gerais dos serviços públicos oferecidos.....</i>	92
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO ESTUDADA	97
4.3 O LUGAR COMO SIGNIFICADO DE VIDA	105

CAPÍTULO 5. PRESENÇA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: FATOR DE EMPORAMENTO PARA A MULHER?	115
5.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: MUDANÇAS OU MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER NA FAMÍLIA	115
5.2 EMPODERAMENTO INDIVIDUAL	124
5.3 EMPODERAMENTO SOCIAL.....	129
5.4 EMPODERAMENTO POLÍTICO.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
APÊNDICES.....	149

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cachoeira da Fumaça, após a construção da PCH, mais acima desse local encontra-se o eixo do barramento	4
Figura 2 - Cachoeira da Fumaça no ano de 2001, anterior a construção do referido empreendimento	5
Figura 3 - Esquema formulado a partir do cruzamento das perspectivas sobre o processo de empoderamento no âmbito público e privado	42
Figura 4 - Função do grupo de base apresentada na cartilha	67
Figura 5 - Espaço de realização da assembleia geral do MAB, no reassentamento coletivo Guaiana	76
Figura 6 - Participante do Encontro das Mulheres durante um espaço de formação	78
Figura 7 - Espacialização das localidades estudadas no município de Diogo de Vasconcelos	84
Figura 8 - Vista parcial de Miguel Rodrigues. À esquerda fica a rua principal e à direita está o lago da PCH Fumaça	85
Figura 9 - Disposição das casas dos moradores do Emboque	88
Figura 10 - Disposição das casas dos moradores do Emboque	88
Figura 11- Benfeitorias da área coletiva do reassentamento (à esquerda) casa sede que hoje se encontra fechada	91
Figura 12 - Benfeitorias da área coletiva do reassentamento Curral que é pouco utilizado pelas famílias	91
Figura 13 - À esquerda, estufa já montada e produzindo hortaliças, na localidade de Emboque.	131
Figura 14 - À direita, estrutura da estufa ainda em construção, na localidade de Emboque	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de entrevistadas (os) durante a pesquisa de campo em 2011	17
Quadro 2 - Os indicadores de empoderamento político, social, individual e de relação com o “lugar”	43
Quadro 3 - Produto Interno Bruto de Diogo de Vasconcelos do ano de 2009	83
Quadro 4 - Percentual do poder de decisão para mudança da ida	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB sobre os serviços públicos após a construção da barragem	93
Gráfico 2 - Avaliação das entrevistadas (os) não envolvidas sobre os serviços públicos, após a construção da barragem	95
Gráfico 3 - Estado civil das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB e não envolvidos	97
Gráfico 4 - Ciclo familiar das (os) entrevistadas (os) envolvidos e não envolvidos com o MAB	98
Gráfico 5 - Grau de escolaridade das (os) entrevistadas (os)	100
Gráfico 6 - Ocupação das (os) entrevistadas envolvidos com o MAB e não envolvidos	102
Gráfico 7 - Relações mais valorizadas no lugar entre os envolvidos com o MAB e não envolvidos	107
Gráfico 8 - Atribuição de valor a espaços da vida cotidiana para as (os) entrevistadas (os)	109
Gráfico 9 - Nível de satisfação ou insatisfação das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB e não envolvidos	112
Gráfico 10 - Opinião dos familiares sobre a participação das mulheres nos grupos de base	120
Gráfico 11- Alterações nas relações com os familiares advindas com a participação no MAB	122

ABREVIATURAS E SIGLAS

AABF	Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça
AIRCA	Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
ANEEL	Agência nacional de Energia Elétrica
ASPARPI	Associação de Pescadores e Amigos do Rio Piranga
AMABAF	Moradores Atingidos pela Barragem Fumaça
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CDDPH	Conselho dos Direitos da Pessoa Humana
CONAB	Companhia nacional de Abastecimento
EIA/RIMA	Estudos e Relatório de Impacto Ambiental
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMTR	Movimento das Mulheres trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
NACAB	Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDR	Plano de Desenvolvimento do Reassentamento
PSF	Posto de Saúde da Família
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PACAB	Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFV	Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

DELESPOSTE, Aline Guizardi, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2012. **Movimento dos atingidos pela barragem de Fumaça - MG: Caminho para o empoderamento da mulher?** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Esta dissertação analisou os efeitos sociais na vida das mulheres que participam do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tomou-se como referência três localidades rurais do interior do Estado de Minas Gerais, quais sejam: Miguel Rodrigues, Emboque e reassentamento Guaiana; todas atingidas pela Pequena Central Hidrelétrica Fumaça. A pesquisa teve como objetivo investigar os efeitos sociais da participação feminina no MAB nas relações de gênero e nas formas de empoderamento, no âmbito público e privado. Buscou-se perceber as relações de poder a partir dos lugares vividos da casa e da propriedade, da comunidade e do movimento social, focalizando as categorias como Lugar, divisão sexual do trabalho e empoderamento. Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa que fez o uso de questionários, de entrevistas semi-estruturadas, da análise documental e das anotações no diário de campo para a coleta de dados. Os resultados apontaram que a participação das mulheres na ação coletiva se vincula primeiramente ao desejo de manutenção dos seus modos de vida, mesmo sob formas de poder que causam as disparidades de gênero. Além disso, mesmo que as mulheres participem dos grupos de base nas comunidades e de outros espaços fora de suas localidades, estas não conseguem romper com os papéis de gênero que demarcam os lugares femininos e masculinos nos espaços familiares, da casa, da propriedade, assim como nos espaços comunitários. O que confere a manutenção de relações de poder e dos papéis fixos e rígidos para mulheres e homens nos espaços públicos das comunidades em que vivem. Mas, observou-se uma diferenciação na movimentação feminina entre as esferas privada e pública, que ocasiona maior o empoderamento das lideranças do que para demais mulheres organizadas.

ABSTRACT

DELESPOSTE, Aline Guizardi, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2012.
Movement of affected by dam Fumaça - MG: Towards for women's empowerment?
Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

This dissertation examined the social effects on women's lives that participate in the Movement of Affected by Dams (MAB). Taken as reference three rural localities in the state of Minas Gerais, which are: Miguel Rodrigues, Emboque and resettlement Guaiana, all stricken Small Hydroelectric Fumaça. The research aimed to investigate the effects of female participation in social MAB in gender relations and forms of empowerment in the public and private sectors. We tried to understand the relations power from places lived in the house and property, community and social movement, focusing on categories like place, sexual division of labor and empowerment. This is a descriptive and explanatory research that used questionnaires, semi-structured interviews, document analysis and journal entries for field data collection. The results showed that women's participation in collective action is linked primarily on the desire to maintain their lifestyles, even in forms of power that cause gender disparities. Moreover, even if women participate in grassroots groups in communities and other spaces outside their localities, they can't break the gender roles that mark the places of women and men in family spaces, house, property, and in community spaces. It gives the maintenance of power relations and the fixed and rigid roles for men and women in public spaces in the communities which they live. But there was a difference in handling between the female private and public spheres, which leads to greater empowerment of leaders than for another woman organized.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa que analisou os efeitos sociais advindos da visibilidade alcançada pelas mulheres que participavam do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. A pesquisa teve como objetivo investigar a existência de inter-relações entre a participação das mulheres no MAB e as possibilidades abertas para o seu “empoderamento”¹, no âmbito público e privado. Tomou-se como referência para a realização do estudo três localidades rurais do interior do Estado de Minas Gerais, quais sejam: Miguel Rodrigues, Emboque e reassentamento Guaiana; todas atingidas pela Pequena Central Hidrelétrica - PCH Fumaça. A pesquisa ponderou, assim, as formas de poder no âmbito das relações de gênero estabelecidas pelas mulheres que participam do MAB, considerando a dimensão espacial do “lugar”, enquanto cotidiano vivido, como um aspecto para sua motivação de engajamento na luta política, o qual se intensificou a partir do conflito gerado pela construção do empreendimento hidrelétrico no início dos anos de 2000.

Assim, por meio dos gritos e ações os meeiros e meeiras, os diaristas e garimpeiros, as mulheres e os homens trabalhadores atingidos pela PCH Fumaça conseguiram construir, com apoio do MAB, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de distintas organizações sociais, formas de resistência frente ao empreendimento hidrelétrico. Apesar de essas mobilizações não terem impedido a obra, outras opções se tornaram possíveis devido a ocorrência de negociações mais organizadas junto à empresa, nas quais algumas famílias garantiram a permanência em suas casas e nas terras onde sempre viveram e outras conseguiram a indenização pela perda do seu local de trabalho. Contudo, registrou-se a existência de outras famílias que não tiveram os seus direitos respeitados durante as negociações. Além dessas situações destacou-se também aos nossos olhos a realidade das mulheres, que tiveram e ainda têm significativa participação enquanto militantes nas mobilizações, seja para defender os seus interesses familiares e comunitários, seja para lutar pelos seus interesses particulares.

Nesse sentido, a presença e o avanço de um movimento social do campo como o MAB evidencia as oportunidades abertas às populações das comunidades rurais para que as mesmas desenvolvam o seu potencial de organização face ao poder dos empreendedores econômicos e

¹ Optou-se por utilizar a palavra empoderamento, todavia sabe-se que a palavra é uma apropriação do termo em inglês *empowerment*.

do Estado, desconstruindo a sua condição subalterna via ações e intervenções em processos decisórios formais e não formais, ajustando-as às necessidades de defesa e melhoria de seus modos de vida.

Portanto, é a partir do contexto de construção de uma barragem, processo que modifica as dimensões socioespaciais dos lugares, e que leva as populações a se organizarem junto a associações e ao MAB que se encontra a motivação para essa pesquisa. A pesquisadora, durante a sua graduação em geografia, aproximou-se das comunidades rurais atingidas por barragens na Zona da Mata mineira por intermédio do grupo de extensão PACAB² (Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens). Tal envolvimento direcionou os primeiros investimentos teóricos relacionados às questões referentes à identidade territorial de homens e de mulheres ameaçados ou atingidos pela construção de barragens e as redes sociais que se constituem durante esse processo gerador de conflitos ambientais.

O aprofundamento dessas discussões se deu no decorrer de algumas das disciplinas cursadas no programa de pós-graduação em Extensão Rural, chamando-nos a atenção para as nuances que poderiam se apresentar aos profissionais e grupos de mediação social envolvidos no campo dos conflitos ambientais decorrentes da construção de hidrelétricas. Dentre uma dessas nuances está a percepção de que o meio rural é amplo e necessita de intervenções que vão além da resolução de problemas socioeconômicos, agrícolas e ambientais. A sua heterogeneidade exigiria, antes de tudo, uma interpretação dos significados territoriais particulares que englobam as formas de uso dos recursos naturais e a compreensão do capital político, cultural e econômico presentes em cada localidade atingida por esses tipos de empreendimentos.

Além disso, o entendimento dessas distintas realidades rurais auxiliara na identificação dos subcampos que constituem o processo de licenciamento ambiental (dentre os quais estão os movimentos sociais, os órgãos ambientais e etc.); que a nosso ver contribui no processo reflexivo para a extensão rural no sentido de destacar outros mediadores sociais, que não

² PACAB é um projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa, possui interface com a pesquisa e presta assessoria às comunidades atingidas e/ou ameaçadas por barragens, no sentido de contribuir nos processos informativos e fortalecimento das comunidades para os processos de negociação, inventário de bens, participação em audiências públicas, entre outros. Da mesma forma, o projeto busca sensibilizar e mobilizar a comunidade acadêmica e em geral para a discussão e reflexão dos empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata mineira. O mesmo conta com equipe multidisciplinar e atua desde o ano de 1996. Desde sua criação o PACAB/UFV tem acompanhado diversos casos de conflitos ambientais oriundos da instalação de barragens. Cita-se, por exemplo, o da UHE Pilar, UHE Jurumirim, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Cachoeira da Providência, UHE Baú, PCH Pontal, UHE Barra do Braúna, UHE Candonga, PCH Fumaça, dentre outros.

apenas os mediadores tradicionalmente estudados no curso, como os extensionistas rurais e as agências nas quais eles atuam. Por fim, as temáticas de gênero permitem aos estudiosos do campo da extensão rural desnaturalizar as relações de poder que hierarquizam as pessoas dentro das suas tradições culturais.

Por isso, um estudo como este acerca da realidade social de homens e mulheres nas esferas públicas e privadas evidencia os avanços e retrocessos referentes à reorganização das relações de poder no âmbito das atividades produtivas e econômicas, das relações afetivas, da mobilidade geográfica e social, em contextos rurais demarcados por formas de dominação tradicionais presentes na família e na comunidade.

1.1 A construção do problema

O surgimento do projeto da PCH Fumaça, entre os municípios de Diogo de Vasconcelos e Mariana, em Minas Gerais, esteve atrelado ao processo de privatização do setor elétrico brasileiro na década de 1990, que reinaugurou a expansão das infraestruturas para dinamizar o crescimento econômico do país. Porém, Acselrad (2005) destaca que a ampliação de empreendimentos como as hidrelétricas concretizam uma ação de apropriação material e simbólica dos recursos naturais e dos sentidos socioculturais, gerando situações de conflitos e de marginalidade frente à expropriação e destruição territorial, tanto de populações rurais e urbanas, como de paisagens naturais.

O processo de licenciamento para a construção da PCH Fumaça³ teve início em 1995, quando a empresa Alcan Alumínios do Brasil Ltda (hoje denominada Novelis) obteve a concessão pública para iniciar o licenciamento do empreendimento no rio Gualaxo do Sul, afluente da bacia do rio Doce, para fins de auto produção de energia. A passagem a seguir retirada do livro de poesias “Águas revoltas” relata o processo de conflito ambiental no qual as populações atingidas se viram enredadas.

“A Cachoeira da Fumaça está localizada no rio Gualaxo do Sul, município de Diogo de Vasconcelos. A sua força rendeu o nome, pois, de suas águas

³ No período inicial de concessão das licenças ambientais o empreendimento era denominado Usina Hidrelétrica de Energia – UHE Fumaça, mas em 1998 foi criada a resolução n. 394 da Agência nacional de Energia Elétrica (ANEEL) modificando os critérios de definição de UHE e PCH. Assim, por possuir as características apresentadas na referida resolução, o projeto enquadrou-se na condição de PCH Fumaça.

que lutam contra a dureza das pedras, sobe aquele suave sereno e, da estrada ao longe, parece nuvem de fumaça. O destino dessa cachoeira também já está traçado. A Alcan está construindo a usina de Fumaça. O início das obras se deu em 2001 e o término está previsto para outubro de 2002. Sina triste das cachoeiras e rios, que nascem livres e são barrados pela força bruta da ganância e da ambição. Sina igual experimentam as populações ribeirinhas. O lago da barragem inunda 211 hectares de terra, as mais férteis, e tira o meio de sobrevivência de quase trezentas famílias, entre proprietários, meeiros, diaristas, artesãos e garimpeiros (...)" (MAB-ARD, 2002, p.29-30).

O processo de licenciamento ambiental foi apresentado detalhadamente na dissertação de Rezende (2003); resumindo-se temporalmente as etapas do licenciamento de tal empreendimento temos a Licença Prévia – LP, concedida em 1999, posteriormente a Licença de Instalação - LI foi deferida em 2001 e a Licença de Operação - LO foi aprovada em abril de 2003. O autor afirma que as populações das localidades tiveram participação desde o início, mas esta só se intensificou a partir da concessão da LI (momento em que a empresa inicia as negociações das indenizações), momento em que ocorre a ocupação do canteiro de obras também em 2001.

O funcionamento da PCH Fumaça teve início em abril de 2003, com uma perspectiva de geração de 10 MW de energia. Dos 211 hectares atingidos pelo reservatório, pela casa de força e pelas áreas de servidão, 81% estão no município de Mariana e 19% no de Diogo de Vasconcelos (CDDPH, 2010). Segundo o relato de uma moradora que vivia nas proximidades da cachoeira, atualmente esta se encontra com um nível de água muito abaixo do que tinha antes da construção da barragem. As figuras 1 e 2 ilustram a diferença dos níveis de água.



Figura 1. Ao fundo a Cachoeira da Fumaça, após a construção da PCH, mais acima desse local encontra-se o eixo do barramento. Fonte: pesquisa de campo, 2011.



Figura 2. Cachoeira da Fumaça no ano de 2001, anterior a construção do referido empreendimento. Fonte: SANTOS (2002).

Além dessas conseqüências negativas ocasionadas na paisagem natural, é importante mencionar que as relações sociais e produtivas das comunidades atingidas pelo empreendimento, tanto no município de Mariana como, principalmente, em Diogo de Vasconcelos, também foram afetadas ao longo desse processo.

Já há, na literatura, uma diversidade de estudos nas mais diferentes regiões do país sobre conflitos ambientais entre comunidades rurais e pequenos e grandes projetos de infraestrutura, que geram mobilizações e processos de resistência. Em Minas Gerais, cita-se, por exemplo, Zhouri e Oliveira (2010), Rothman (2007) e Rothman *et. al.* (2011). Esses estudos sinalizam para um perfil de resistência comunitária e da luta coletiva dos movimentos sociais que os respaldam.

Quanto às estratégias de participação e reivindicação popular no processo de licenciamento ambiental a obra de Rothman (2008); Ribeiro (2008); O estudo de Rezende (2003) apresentou a dinâmica institucional do licenciamento ambiental, tendo como embasamento empírico dois casos de projeção e construção da barragem, dentre elas a PCH da Fumaça, em Diogo Vasconcelos. O autor procurou compreender como o licenciamento da referida hidrelétrica contribuiu para a organização, a mobilização e a participação da população atingida por esse empreendimento.

O referido estudo ressaltou a limitação da satisfação dos atingidos face as suas reivindicações. Mas, por outro lado, evidenciou a conquista do capital social, cultural e político por parte da população atingida. Para tanto, as ações coletivas realizadas por várias instituições em torno do conflito ambiental foram fundamentais.

Os atingidos fundaram a Associação de Moradores Atingidos pela Barragem Fumaça (AMABAF), que tinha na sua liderança uma mulher e a Associação dos Atingidos pela Barragem de Fumaça (AABF), participando, ainda de articulações junto à assessoria da CPT, da ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB), da arquidiocese de Mariana e do MAB Alto Rio Doce. A atuação desses atores contribuiu para o aumento das oportunidades políticas e de mobilização da população e para o próprio reconhecimento de que eram as trabalhadoras e os trabalhadores atingidos e que tinham direitos sob aquele lugar. Apesar disto, Rezende (2003) concluiu que o licenciamento ambiental como ferramenta de avaliação dos impactos não evitou a ocorrência de constrangimentos a esta população e a sua insatisfação quanto à obtenção do reconhecimento dos seus direitos.

Mas, no que confere a temática de gênero, ainda são escassas pesquisas que retratam as relações de gênero em que mulheres e homens vivenciam ao se envolverem no MAB e em suas organizações locais de atingidos por barragens. Os trabalhos de Santos (2002) e Silva (2007) abrem o caminho para tal análise, discutindo respectivamente, as consequências da construção da PCH Fumaça sob a ótica das relações de gênero e o aumento da participação feminina nos encontros nacionais e nas bases do MAB.

O estudo de Santos (2002) evidenciou a participação das mulheres no MAB e na associação local dos atingidos. A autora questionou se a atitude destas mulheres em participar do movimento e das associações foi autônoma ou autorizada por outros agentes e se elas tiveram consciência da importância dos “papéis assumidos” para as relações sociais que permeavam a localidade.

A autora argumentou que apesar de as análises dos estudos do EIA/RIMA elaborados pela empresa proponente do empreendimento demonstrar a subestimação e desvalorização do trabalho produtivo das mulheres nas propriedades, elas se inseriram na organização comunitária dos atingidos por barragens e, rapidamente, assumiram os papéis de liderança. Santos (2002) observou que as razões que levaram as mulheres a participarem do movimento, da ocupação e das manifestações estavam relacionadas à preocupação com a manutenção da família e o receio de sair de suas comunidades e de perder os laços de parentesco e de amizade construídos. Ou seja, a importância em manter o espaço cotidiano de vida levou as mulheres atingidas a assumir papéis sociais e políticos na luta por melhor qualidade de vida.

Mediante as discussões teóricas até então realizadas, esse estudo aqui empreendido contribui para ampliar o foco de análise das relações de poder e, conseqüentemente, de gênero que são vivenciadas nas comunidades onde a organização do movimento encontra-se presente. Além disso, nossas contribuições vão de encontro ao que Pinto (1992) ressalta, que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica a sua inserção na rede de poderes na sua comunidade e na sua família provocando um efeito transformador nas identidades de gênero.

Por isso, discutir a participação política das mulheres no MAB⁴/Zona da Mata possibilita analisar as derivações advindas da participação das mulheres em movimentos sociais tanto no âmbito público, como privado. O recorte cronológico dessa pesquisa envolve o período posterior ao início da operação do empreendimento, ou seja, o ano de 2003.

Seguindo esta linha de análise, a presente pesquisa identificou os efeitos sociais da participação feminina no MAB nas relações de gênero e nas formas de empoderamento, no âmbito público e privado. De forma mais específica buscou-se, ainda:

- Analisar as relações de poder entre as mulheres e os homens envolvidos no MAB;
- Comparar as possibilidades de escolha e direcionamento da própria vida entre as mulheres da comunidade que participavam ou não do MAB;
- Compreender a relação das mulheres envolvidas com o MAB e as não envolvidas com o lugar em que vivem.

Optamos por uma perspectiva teórico-metodológica que concebe as mulheres atingidas pela PCH Fumaça como sujeitos constituintes do “lugar” onde vivem. A categoria “lugar” foi entendida como designando um espaço físico e de socialização do grupo familiar, da rede de parentesco, de amizade, de vizinhança, bem como do movimento social. A explicação das relações sociais a partir dos “lugares vividos” possibilita-nos entender as relações de poder do âmbito micro, a partir da casa, da propriedade, onde primeiramente se delineia divisão de papéis sexuais construída socialmente. Esta se reflete no cotidiano da família, do trabalho, da produção no espaço privado, podendo se expandir para a comunidade, na qual se encontram os parentes, os vizinhos, as infraestruturas públicas, as organizações

⁴ Atentamos o leitor que existe uma distinção entre o MAB enquanto movimento nacional e estadual/regional, tal diferença será comentada no capítulo 3. Nossa pesquisa irá retratar a participação feminina no MAB da região sudeste, especificamente, na Zona da Mata mineira, que também possui distintas lutas locais, como é o caso das mulheres e homens atingidos pela PCH Fumaça.

locais e onde se vivenciam as práticas religiosas, os costumes e hábitos, de uma forma geral. Assim, ao se engajarem em movimentos sociais como o MAB, homens e mulheres não estão isentos às relações vivenciadas no âmbito do “lugar”.

Considerando-se, portanto, a cultura impregnada nas práticas locais é que esta pesquisa se propôs a analisar as repercussões suscitadas pela participação da mulher no MAB no âmbito da esfera familiar e local. Assim, esta pesquisa ancorou-se em duas hipóteses: 1ª) a participação política da mulher no MAB (Zona da Mata) tem contribuído para a reorganização das relações de poder presentes no cotidiano familiar, comunitário e no próprio movimento social, favorecendo a conquista do seu empoderamento no âmbito público e privado; 2ª) a entrada e a participação das mulheres em um movimento social como o MAB está vinculado à busca pela defesa do lugar em que vive e dos modos de vida que asseguram a reprodução de sua família.

Estas hipóteses constituem-se, antes de tudo, em respostas as seguintes indagações: As mulheres atingidas, que se envolvem num movimento social, conseguem romper com os papéis de gênero estabelecidos em suas casas, na comunidade e no próprio movimento social? Até que ponto o processo de empoderamento da mulher ocorre, tanto no espaço público quanto no espaço privado? As atividades na esfera política do movimento afeta a reprodução material na esfera privada e no cotidiano do lugar? Nossas questões de investigação e hipóteses nos conduziram, portanto, a realizar uma pesquisa que procurou analisar as especificidades das relações de poder de mulheres e homens envolvidos no movimento de luta pela permanência na terra.

1.2 Procedimentos metodológicos

O estudo aqui desenvolvido partiu das premissas da pesquisa descritiva que tem como objetivo a exposição de características de determinada população e/ou fenômeno social e explicativa por considerar o estabelecimento de relações entre as variáveis expostas para a explicação de um fenômeno (GIL, 2002).

1.2.1 Justificativas para seleção do universo empírico

No projeto desta pesquisa o universo empírico iria abranger dois municípios na região da Zona da Mata Mineira, Guaraciaba e Diogo de Vasconcelos, ambos os municípios são atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Porém, em Guaraciaba, especificamente na localidade de Casa Nova a população vem resistindo desde meados da década de 90 aos projetos de barragens na bacia do rio Piranga; Já em Diogo de Vasconcelos a realidade é diferente: o empreendimento já está em funcionamento desde o ano de 2003, mas ainda há organização popular em torno das reivindicações dos seus direitos em vista das perdas e das violações de direitos humanos ocorridas com a construção da PCH Fumaça.

Tendo em vista a singularidade dos casos e a limitação de tempo decidiu-se descartar a possibilidade de estudar a temática dessa pesquisa nos dois municípios. Uma vez que o caso de Guaraciaba, assim como o vivenciado pela população em Diogo de Vasconcelos mereciam atenção especial devido à riqueza de suas especificidades. Assim, a partir dessa escolha o universo empírico da pesquisa se concentrou apenas no município de Diogo de Vasconcelos, em localidades atingidas diretamente e indiretamente pela PCH Fumaça.

1.2.2 As fases do campo

O trabalho de campo foi realizado em três etapas. A primeira se restringiu a presença na reunião de planejamento das atividades do MAB para 2011 (abril de 2011) e o reconhecimento das comunidades a serem estudadas (12 de agosto de 2011); a segunda etapa foi subdividida em momentos importantes, nos quais a pesquisadora esteve presente em uma assembleia geral que agregavam todos os Grupos de Base (GB)⁵ dos municípios de Diogo de

⁵ Grupos de Base são uma forma de organização na comunidade que não se baseia nos modelos de associações, devido o risco de cooptação das lideranças, colocando abaixo a organização do grupo. Ao contrário disso, os grupos de base descentralizam o papel de lideranças, a comunidade é dividida em grupos constituídos por no mínimo cinco famílias, cada grupo possuem três coordenadores responsáveis por realizar discussões com os demais membros e assim como organizar com os demais coordenadores dos outros grupos de base algumas estratégias de atuação local e regional junto ao movimento (ROTHMAN, F. et al.2011). Ver também Zhouri e Rothman (2008, p. 143-145, 160).

Vasconcelos e Mariana, no dia 03 de setembro. Além disso, iniciamos a realização das entrevistas nas comunidades que ocorreu entre os meses de setembro a novembro.

A última etapa foi a participação do I Encontro Regional das Mulheres Atingidas por Barragens, em Betim, realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2011. Durante o Encontro, a observação centrou-se, essencialmente, nas atividades exercidas pelos participantes durante o evento. A observação esteve relacionada com as plenárias e palestras, discussões entre os grupos e todas as atividades que envolvessem a participação das mulheres. A partir dessa organização pudemos observar as atividades da organização que ocorriam dentro da comunidade, ou seja, na esfera mais local indo para a esfera intermunicipal e estadual. Isso possibilitou entendermos como se dava a atuação política e social das mulheres durante os espaços de reunião, de assembleia e de encontro regional, assim como sua interação com os homens envolvidos no movimento.

1.2.3 O contato com os sujeitos da pesquisa

Iniciou-se o contato com o MAB por meio de uma reunião em Ponte Nova em abril de 2011, que tinha o intuito de planejar as atividades do movimento para os próximos quatro meses. Estavam presentes os coordenadores de Grupos de Base (GB) das localidades de irradiação do MAB, alguns militantes e coordenadores da regional da ZM. Ali se percebeu que havia uma movimentação das pessoas envolvidas com o MAB vindas do município de Diogo de Vasconcelos, pois estavam presentes duas mulheres e um homem deste município.

A pesquisadora apresentou-se como estudante do mestrado em extensão rural- UFV; estava à vontade, pois os membros da coordenação e militantes do movimento já a conheciam de outros trabalhos desenvolvidos com as populações da sub bacia do Alto Rio Doce, por intermédio do PACAB. Nessa oportunidade foram explicadas a todos os presentes as intenções do estudo, o local para o desenvolvimento da pesquisa e as datas em que o trabalho teria início. No momento de diálogo e troca de experiências, houve relatos que indicavam um incentivo maior para a participação e ganho de espaço da mulher dentro da organização. Isso se tornou expressivo quando algumas mulheres que haviam participado do I Encontro Nacional das Mulheres dos Atingidas por Barragens, em Brasília entre os dias 04 a 07 de abril de 2011, expuseram alguns detalhes desse evento.

De acordo com uma das militantes o Encontro proporcionou ânimo para as bases, principalmente para as mulheres e, contribuiu também para o andamento de reivindicações que a coordenação nacional do movimento havia apresentado ao governo federal no ano de 2010⁶. No fim do Encontro as mulheres tiveram uma reunião com a presidente Dilma Rousseff, momento em que reafirmaram a urgência das reivindicações já apresentadas e incluíram pautas levantadas pelas mulheres durante o encontro.

As ações que o movimento realizou em algumas localidades na ZM também se fizeram expressar pela voz de uma das lideranças de uma associação de moradores de Simonésia- MG. Foi relatado um ato público, uma marcha, que partiu de mobilizações de diversos grupos do município, o motivo foi em repúdio às negociações e apresentação do projeto de mineração que atingirá dentre aquele mais cinco municípios vizinhos. A participante da marcha, disse palavras que chamaram a atenção e que valem aqui expô-las, “(...) *na marcha senti com um espírito bruto, por eu ter assumido um papel de provocar, de falar em ato público as palavras de ordem do movimento, eu me senti enquanto mulher que está presente e que se posiciona no assunto da mineração.*”

Um dos coordenadores do MAB complementou a força que ações deste tipo têm para os indivíduos que dela participam, segundo ele: “*Quem marcha uma vez nunca mais é o mesmo, se senti outra pessoa; por isso a importância desses atos, as pessoas interagem entre si, as localidades criam acolhimento ao povo e expressa pontos positivos para a visibilidade da organização.*” Esses relatos chamaram a atenção da pesquisadora e facilitaram o entrosamento com os três membros representantes das comunidades de Diogo de Vasconcelos, principalmente com as mulheres que haviam participado dessas atividades acima mencionadas, pessoas que seriam informantes-chaves durante a segunda etapa da pesquisa empírica.

Depois desse encontro e como já relatado anteriormente, após a escolha em trabalhar apenas no município de Diogo de Vasconcelos entramos em contato com uma das moradoras da área afetada pelo reservatório e no dia 12 de agosto de 2011 foi realizada a primeira ida no

⁶ Em 2010 foram realizadas uma série de reuniões com o ex-presidente Lula. Os representantes do movimento estreitaram o diálogo com o governo, que assumiu ter uma dívida histórica com as populações atingidas por barragens em todo Brasil. Em outubro do mesmo ano, o então presidente regulamentou um decreto que instituiu o cadastro socioeconômico dos atingidos por barragens. Porém, este decreto se torna válido para as populações atingidas a partir do ano de 2011. Esses avanços resultam da publicação do relatório do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, que examinou denúncias de violação dos direitos humanos de atingidos por barragens. O documento encontra-se disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>.

local. A pesquisadora passou pela sede municipal de Diogo de Vasconcelos e prosseguiu mais 13 km até chegar a Miguel Rodrigues, onde a população convive nas margens do reservatório da PCH. Continuando o trajeto por mais 4 km até a localidade conhecida como antiga fazenda Guaiana e já algum tempo reconhecido por todos os moradores locais como Reassentamento Coletivo Guaiana, a pesquisadora encontrou com uma das moradoras do local que auxiliou no reconhecimento de todas as casas das famílias que ali residem, totalizando 16 famílias.

Ao longo do dia o diálogo foi bem proveitoso entre a pesquisadora e a informante. Esta relatou como ficou a localização das famílias que foram atingidas e que optaram pelas indenizações por terra no município de Diogo de Vasconcelos e em Mariana (este município fica a uma distância de 31 km). A partir disso foi possível visualizar melhor que as populações afetadas e suas localidades eram bem distantes uma das outras, ainda mais por serem em municípios diferentes. Além disso, foi acertado com a informante o acolhimento da pesquisadora ao longo do trabalho de campo, uma vez que ida e retorno diário seriam financeiramente impossíveis de se realizar. Assim ela autorizou que a pesquisadora ficasse em sua casa durante o período de pesquisa no reassentamento coletivo e nas demais localidades faria o contato com outras famílias para que o mesmo acolhimento ocorresse.

Durante essa visita também foram coletadas informações gerais quanto ao número de famílias que residem nas localidades de Miguel Rodrigues (40 famílias) e Emboque⁷ (52 famílias). Essas informações foram recolhidas por meio do registro das famílias no Programa Saúde da Família - PSF- do município de Diogo de Vasconcelos. Além disso, também se identificou junto à coordenação regional do MAB a existência de grupos de base no município de Diogo de Vasconcelos. Providos dessas informações definimos ao certo a delimitação do universo empírico.

1.2.4 A escolha das localidades

Como dito anteriormente, as localidades escolhidas foram: Guaiana, especificamente o Reassentamento Coletivo, Emboque e Miguel Rodrigues, todas na extensão municipal de Diogo de Vasconcelos. No momento de escolha das localidades tomou-se como base alguns

⁷ Para maior esclarecimento a localidade Emboque não tem nenhuma relação com a PCH Emboque, uma barragem que atingiu os municípios de Raul Soares e Abre Campo, na Zona da Mata, MG.

critérios, dentre os quais estão: a existência de grupo de base do MAB nessas comunidades; a presença de outras organizações locais; a presença de distintos casos de negociação de indenização: meeiros que negociaram por terra, meeiros e diaristas que receberam indenização em dinheiro e proprietários que foram indenizados e, por fim, a proximidade entre as localidades.

Algumas especificidades de cada localidade também foram relevantes para justificar a escolha. Uma delas é que a localidade de Guaiana (reassentamento coletivo) como já mencionado acima, que além de ter uma distância de 2 km de Miguel Rodrigues, é o local onde residem atualmente 16 famílias que optaram por reassentamento coletivo durante as negociações em 2001. São famílias que estiveram no processo de mobilização e eram em sua grande maioria meeiras de áreas que foram afetadas com o reservatório. Além disso, existem famílias que são envolvidas com o MAB e com a Associação Intermunicipal do Reassentamento Coletivo dos Atingidos pela PCH Fumaça (AIRCA) e, famílias que são envolvidas unicamente com uma das organizações.

No que diz respeito à localidade do Emboque, localizada a 7 km de Miguel Rodrigues, esta apresenta aproximadamente 52 famílias que são indiretamente atingidas pela barragem. Neste local encontram-se grande número de trabalhadores e trabalhadoras meeiros e diaristas que perderam postos de trabalho nas fazendas que foram diretamente afetadas pelo reservatório. Algumas dessas famílias também foram afetadas pela desapropriação da fazenda Guaiana para a construção do reassentamento coletivo, nesse local havia dezenas de trabalhadores do Emboque que meavam com o antigo proprietário.

Também se identificou que o grupo de base existente nesta localidade estava tendo expressiva participação de mulheres e de homens nas reuniões mensais, sendo que o “povo” do Emboque vem compondo maior presença nas ações que o movimento tem proposto para a mobilização das bases. Isso se tornou explícito quando soubemos da estratégia⁸ de luta utilizada pelo MAB, o “Acampamento Dom Luciano”, no qual as dezenas de famílias que ocuparam um espaço nas proximidades do distrito de Miguel Rodrigues, entre março até

⁸ Trata-se de uma estratégia já conhecida pela população local que foram e ainda estão envolvidas com o movimento, uma vez que em 2001 realizaram a histórica ocupação do canteiro de obras da PCH Fumaça e em 2010 a mesma estratégia foi utilizada pelo MAB nas proximidades de Miguel Rodrigues. Essas ocupações são trabalhadas pelo movimento como uma forma de transformar o lugar em um espaço simbólico de “resistência”. Esse processo (re)significa as experiências com o lugar sendo capaz de transformar a margem do rio ou um determinado espaço de uma propriedade em uma espécie de lugar de vida da comunidade, dos familiares. Além de se tratar de um espaço composto por microrelações de poder. Para maiores detalhes ver Zhouri e Rothman (2008, p. 144) e Rothman *et. al.* (2011).

setembro de 2010 eram em sua maioria da comunidade de Emboque, eventualidade que será explorada no capítulo 3.

Já a localidade de Miguel Rodrigues, constituída por 40 famílias, possui como particularidade a presença de famílias diretamente atingidas pelo reservatório sendo que nesta população se inclui proprietários, meeiros e diaristas atingidos que negociaram as indenizações na época com a empresa. Contudo, foi nessa localidade que se iniciou a organização da AMABF na época das negociações com a empresa em 2003. A segunda etapa da pesquisa consistiu em uma maior aproximação das mulheres e dos homens de Guaiana, do Emboque e de Miguel Rodrigues, a partir da convivência e da obtenção de informações durante as entrevistas. A “entrada” da pesquisadora nessas localidades se deu primeiramente por meio de uma carona de Belo Horizonte até Guaiana, no dia 31 de agosto de 2011. Uma das mulheres envolvidas no MAB sugeriu que nesse dia a pesquisadora acompanhasse um grupo que iria participar da assembleia⁹ da greve dos professores na praça da assembleia legislativa, em Belo Horizonte e de lá aproveitaria a carona no ônibus que estaria retornando com o pessoal das comunidades.

A partir desse dia algumas mulheres e homens envolvidos no MAB tomaram conhecimento que seria realizada uma pesquisa em suas localidades e as demais famílias envolvidas com o MAB foram avisadas pelos coordenadores dos seus respectivos grupos de base que a pesquisadora estaria visitando suas casas para a realização de uma entrevista com as mulheres e os homens atingidos pela barragem. Para informar as famílias não envolvidas com o movimento, a pesquisadora aproveitou a celebração religiosa da igreja católica nas localidades de Emboque e de Miguel Rodrigues para apresentar suas intenções de realização do estudo para o público presente.

Durante todo o período de realização do trabalho de campo a pesquisadora foi recebida nas casas das pessoas com muita hospitalidade. A permanência no campo e a estadia nas casas de algumas informantes contribuíram para apreensão de alguns elementos e categorias nativas que poderiam se tornar incompreensíveis se desvinculados de suas práticas cotidianas. O convívio diário favoreceu a percepção de informações importantes para entender a vida cotidiana das mulheres e de seus familiares. Desse modo, recorreu-se à orientação metodológica da antropologia de ir ao encontro do outro e ao mesmo tempo se

⁹ A participação do MAB neste ato foi uma forma de apoio às ações da classe dos professores da rede estadual de ensino. O MAB via consulta popular tem apoiado diversas ações de outras organizações e sindicatos de trabalhadores, mesmo que as agendas de reivindicações sejam distintas.

esforçar para a prática do “estranhamento”, do que frente aos olhos do pesquisador se apresenta familiar e ao mesmo tempo exótico.

Entretanto, a observação do familiar deve ser não como algo exótico, mas como algo proveniente de uma realidade complexa, pois esta apresenta um emaranhado de relações que indicam os significados de ações e de posicionamentos sociais. Nesse sentido, procurou-se captar aquilo que não está dito no cotidiano, ou aquilo que não se percebe porque já foi naturalizado. De acordo com Velho (1994), o processo de estranhar o familiar exige a capacidade de afrontarmos intelectualmente e até mesmo emocionalmente, distintas interpretações a respeito de fatos e situações.

O deslocamento entre a sede do município de Diogo de Vasconcelos até as localidades foi por meio de caronas com o carro da prefeitura, que diariamente levava e buscava pessoas para tratamento médico na cidade. Isso foi possível por intermédio de negociação de moradoras dos locais. As estradas desse trajeto até o fim do período seco encontravam-se com bastante poeira e com o início das chuvas, já no fim da pesquisa de campo, elas se tornaram difíceis de transitar devido a grande quantidade de lama. Outra opção de caminho era entre Miguel Rodrigues a Mariana. Era a única via que oferecia transporte coletivo diário, mas também nas épocas de chuva, devido alguns trechos de estrada sem pavimentação, a circulação das pessoas e dos veículos ficava comprometida. Na maioria das vezes optou-se por esse trajeto, contando com ônibus e caronas com feirantes.

1.2.5 A seleção do(as) entrevistado(as)

A definição da população foi motivada pela existência de mobilização de famílias junto ao MAB e a outros grupos. Pois mesmo depois de oito anos de funcionamento do empreendimento, a mobilização dessas famílias ainda possui força para dar continuidade à luta pelos direitos e para realizar de ações de protesto, de organização dos grupos de base e de participação popular nas ocupações nas proximidades do reservatório.

Outro fator relevante é que as mulheres tiveram e ainda têm significativa participação como militantes nas mobilizações para defesa de seus interesses familiares, comunitários e de si próprias; por isso centralizou-se na análise a situação cotidiana da mulher, principalmente

por se constituírem num contexto rural que apresenta ao mesmo tempo modificações nas formas espaciais e sociais com a construção de uma barragem e a manutenção das relações tradicionais patriarcais e patrimonialistas.

Atentos à perspectiva relacional procuramos englobar nas dimensões da vida feminina a presença e ação dos homens dentro da comunidade, nas relações familiares assim como no movimento social. Porém, pelos objetivos da pesquisa demos maior ênfase na escolha das mulheres como sujeito da pesquisa.

A seleção das (os) informantes foi pautada na escolha de mulheres e homens envolvidos com o MAB e não envolvidos. A divisão em grupos de envolvidos e não envolvidos com o movimento social favoreceu a comparação entre as características da população, assim como a identificação da existência ou não de diferenças nas escolhas de vida entre as mulheres e homens que são envolvidos com o MAB e os que não são envolvidos.

O processo de seleção da unidade de amostra seguiu os procedimentos não aleatórios, uma vez que o número reduzido de participantes envolvidos no MAB não proporcionaria uma amostragem aleatória e probabilística. Para identificarmos as (os) informantes envolvidos com o MAB, as (os) coordenadoras (es) dos grupos de base foram indicando (indicação por *expert*) quem participava do movimento, quanto aos não envolvidos, recorremos ao registro das famílias de cada comunidade por meio PSF.

Nesse sentido, os critérios que caracterizaram o grupo de envolvidos com o MAB foram: a participação nas reuniões dos grupos de base realizadas mensalmente e a participação das atividades realizadas em outras cidades (marchas, visitas, audiência públicas). Já para o grupo de não envolvidos com o movimento o critério foi simplesmente não fazer parte de nenhuma atividade relacionada ao MAB no momento da pesquisa, mesmo que já tenham participado do movimento em algum período anterior e, se houvesse a participação dessas pessoas em outras organizações isto seria destacado.

Foram realizadas ao todo 81 entrevistas - 40 envolvidas (os) com o MAB e 41 não envolvidas (os) -, consideramos esse número revelaria uma amostragem representativa dos grupos de envolvidos e não envolvidos. A faixa etária dos entrevistados variou entre 18 a 78 anos de idade, fator que ofereceu certa representatividade da amostra em termo de faixa etária. Assim, entre o grupo envolvidas (os) com o MAB entrevistamos seis homens com idade entre 30 e 78 anos; 34 mulheres com idade entre 24 a 70 anos. Apesar de o MAB ter como um dos seus focos a participação de jovens, houve apenas 9 mulheres com 18 a 29 anos.

Já entre as não envolvidas (os) com o MAB participaram quatro homens, com idade entre os 29 e 64 anos e 37 mulheres com idade entre 18 e 77 anos. Segue abaixo (Quadro 1) a demonstração do número de entrevistadas (os) envolvidas (os) com o MAB e não envolvidas (os):

Localidades	Entrevistadas (os)	
	Envolvidas (os)	Não envolvidas (os)
Guaiana (reassentamento coletivo)	6 (5 mulheres e 1 homem)	11 (9 mulheres e 2 homens)
Emboque	24 (21 mulheres e 3 homens)	23 (somente mulheres)
Miguel Rodrigues	10 (8 mulheres e 2 homens)	7 (5 mulheres e 2 homens)
Total	40	41

Quadro 1. Número de entrevistadas (os) realizadas nas localidades durante a pesquisa de campo em 2011.

As entrevistas foram realizadas em sua maioria com um representante da família tanto do grupo envolvido com o MAB, quanto não envolvido. Porém, em algumas famílias entrevistamos mais de uma pessoa, por exemplo, mãe e filha, ou o casal onde o homem é envolvido com o MAB e mulher também, ou ainda onde mulher é envolvida e o homem não envolvido (ou vice versa). Tivemos certa dificuldade em encontrar os homens nas comunidades de Emboque e Miguel Rodrigues, pois muitos estavam trabalhando e, na maioria das vezes, o posto de trabalho ficava em locais mais distantes ou em outra cidade, principalmente Mariana e Ouro Preto.

1.2.6 Método e técnica de coleta de dados

Utilizamos como técnica de coleta de dados questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas (Apêndices). Optamos por realizar os questionários estruturados para auxiliar na quantificação das respostas e facilitar a comparação entre os grupos envolvidos com o MAB e não envolvidos, diante das categorias de análise. Mesmo realizando o questionário fechado com as (os) entrevistadas (os) houve o incentivo para que estes falassem após a escolha da resposta um pouco mais sobre o que respondeu. Esse aspecto favoreceu o

enriquecimento das respostas com as falas. O questionário foi aplicado com todas as (os) entrevistadas (os).

Quanto às entrevistas semiestruturadas (Apêndices), estas foram realizadas junto às lideranças locais com intuito de levantar pontos específicos em sua atuação junto ao movimento e/ou em outras organizações. Assim, no reassentamento coletivo em Guaiana entrevistamos um coordenador e uma coordenadora do grupo de base do MAB e o presidente da AIRCA, associação do reassentamento coletivo; Na localidade do Emboque entrevistamos o coordenador e coordenadora do grupo de base do MAB e em Miguel Rodrigues entrevistamos uma coordenadora do grupo de base do MAB. Procuramos localizar para entrevistarmos a presidente da extinta associação AMABF; no entanto não a encontramos em casa e não conseguimos entrar em contato posteriormente.

Para a elaboração dos questionários e das entrevistas nos baseamos nos objetivos da pesquisa, assim como na teoria que fundamentou o estudo. Na entrevista com roteiro semiestruturado procurou-se abarcar as questões semelhantes as do questionário, porém aprofundando a percepção da participação política das mulheres e de homens, seus processos de empoderamento e suas vinculações com as mudanças nas relações de gênero.

As questões do questionário foram divididas em blocos de temas como perfil socioeconômico: a idade, a escolaridade, a religião, o número de filhos, o estado civil; a relação com o lugar: relações que mais valorizavam, os espaços que consideravam mais importantes, o nível de satisfação com o lugar que moravam, avaliação da oferta de serviços públicos nas localidades; divisão sexual do trabalho: tipo de ocupação, local de trabalho, relações de trabalho dentro da propriedade, proporção de trabalho doméstico exercido; participação política e empoderamento: tempo de participação no movimento, participação em outras organizações, os motivos que levaram a participar, como são tomadas as decisões dentro do grupo, quais assuntos são discutidos, ocorrência de mudança na vida, o que mudou, com quem deixa os filhos quando vai nas reuniões, poder para mudar e tomar decisões sobre a vida, impedimento e mobilidade para sair de casa, influência no planejamento da família, tomada decisão na propriedade, violência física, uso de método contraceptivo, dentre outras.

Foram elaborados dois questionários para aplicação. Um com grupo dos envolvidos com o MAB (questionário 1) e outro com os não envolvidos (questionário 2), as questões se diferenciaram somente na parte que diz respeito à participação nos grupos de base, tempo de participação. Também se utilizou durante a pesquisa o diário de campo, no qual foram feitas

anotações sobre as percepções, as ações dos indivíduos em determinados momentos do dia a dia, durante a entrevista, os sentimentos e angústias. Essa ferramenta auxiliou durante o trabalho da escrita, constituindo-se numa espécie de ponte entre o estar lá e o estar aqui.

Além destas técnicas utilizamos como outro recurso para obtenção de informações a pesquisa documental que, de acordo com Godoy (1995) *apud* Oliveira (2006), consiste no exame de material de natureza diversa que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reexaminado, com intuito de buscar novas informações ou até mesmo a confirmação de interpretações sobre a realidade descrita. Os documentos podem ser compreendidos de forma mais ampla, podendo ser incluídos materiais escritos (jornais, revistas, cartilhas, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, relatórios. Podem ser também as estatísticas (registro ordenado da vida de determinada sociedade) e elementos iconográficos (sinais, imagens, fotografias e filmes). Tais documentos podem ser produzidos de primeira mão, ou seja, por pessoas que estiveram presentes diretamente no evento que está sendo estudado ou de forma secundária quando coletados e produzidos por pessoas que não estavam presentes na ocasião da sua ocorrência.

Os documentos pesquisados foram: duas cartilhas distribuídas pelo MAB para os militantes do movimento intituladas “Cadernos de estudo para os grupos de base: Nossa organização é nossa força” e “O modelo energético e a violação dos direitos na vida das mulheres atingidas por barragens”. O livro com poesias organizado também pelo movimento “Águas revoltas” e o Plano de Desenvolvimento do Reassentamento coletivo. Além disso, durante a participação da pesquisadora no encontro regional das mulheres atingidas por barragens realizou-se registro fotográfico e filmagem de momentos do encontro como as palestras e grupos de discussão.

1.2.7 Análise dos dados

As informações provenientes dos questionários foram codificadas em números para se comparar os dados entre os envolvidos com o MAB e não envolvidos. Já nas informações presentes nas entrevistas semi estruturadas foram identificadas categorias nativas e posteriormente estas foram contrapostas com as categorias analíticas; também utilizamos as falas que complementaram a resposta dos questionários para explicar ou exemplificar as

discussões. Foram utilizados nomes fictícios nos trechos das entrevistas em que continham nomes de pessoas dos lugares.

Os dados dos questionários foram digitados no banco de dados no EXCEL versão 2003 e inseridos no programa software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 20.0. A análise dos dados foi realizada com uso do mesmo programa, através de estatística descritiva mediante verificação de frequência e porcentagem, montagem de tabelas e gráficos, visando responder aos objetivos do estudo. A interpretação e discussão dos dados ocorreram com base no referencial teórico assumido na revisão de literatura. O referencial contribuiu para a construção das categorias de análise e para o apontamento dos indicadores de empoderamento no âmbito público e privado.

1.2.8 Aspectos éticos

O projeto dessa pesquisa foi submetido à análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, aprovado sob Protocolo Nº 131/2011. Para coleta dos dados, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido no momento de participação da pesquisa, conforme o protocolo ético.

1.2.9 Organização da Dissertação

Após esta introdução e os aspectos metodológico, esta dissertação segue organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo intitulado – “*Relações de poder e empoderamento*” – consta o marco teórico que norteou a construção dos indicadores de empoderamento e que nos serviram para a análise dos dados. “*Gênero e a condição da mulher no espaço público e privado*” é o título do segundo capítulo, que apresenta uma retrospectiva dos estudos de gênero e dicotomização entre público e privado, inserindo, neste processo a inovação trazida pela participação das mulheres em movimentos sociais do campo para a construção de novas identidades de gênero.

O terceiro capítulo – “*A construção dos espaços de participação no MAB: O lugar das mulheres e dos homens*”- menciona a teoria acerca dos movimentos sociais, a história de constituição do MAB e destaca como as temáticas que envolvem o gênero e o papel das mulheres passaram a ser incorporados na construção da ação coletiva do movimento. Nesse tópico apresentamos algumas análises dos materiais didáticos que são veiculados entre os militantes.

O capítulo quatro, denominado - “*Miguel Rodrigues, Emboque e Guaiana: As expressões do lugar e as distintas vivências*” - apresentará as localidades que compuseram o universo empírico do estudo com o intuito de apresentar as experiências vividas pelas mulheres e homens no lugar a partir do qual constituíam as suas lutas. Procuramos também, fazer uma relação entre a realidade e o conceito geográfico de lugar para demonstrar o significado da terra nas disputas referentes ao conflito ambiental.

“*Presença no Movimento dos Atingidos por Barragens: fator de empoderamento das mulheres?*” foi o título atribuído ao quinto e último capítulo. Este trata especificamente da análise das informações obtidas na fase do campo, tendo como objetivo mostrar os efeitos sociais nas relações de gênero e o processo de empoderamento, assim como as diferenças e/ou semelhanças entre as mulheres e homens envolvidos no MAB e não envolvidos com relação a esses elementos. As considerações finais representam um espaço reservado para as reflexões acerca da pesquisa e do tema tratado. E por fim, concluímos apresentando alguns desafios para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE PODER E EMPODERAMENTO

O principal objetivo desta pesquisa foi buscar compreender as repercussões da participação política das mulheres envolvidas com o MAB, no que diz respeito ao seu processo de empoderamento no âmbito público e privado. Tendo o empoderamento como um dos fios condutores em nossa análise, neste capítulo consideramos as perspectivas teóricas que discutem poder e suas aplicações na constituição da concepção de “empoderamento” por parte dos movimentos sociais e mesmo na academia. Apresentamos de forma prévia na discussão de “empoderamento” as visões teóricas acerca de poder.

1.1 As Concepções de Poder

Conforme demonstrou Nobre *et al* (2008) esta categoria já bastante estudada por grandes teóricos da sociologia é revelada por distintas bases no pensamento social, dentre as quais duas visões sobre o poder são de peso, sendo uma fundamentada na expressão da estrutura social (Marx, Durkheim, Lévi-Strauss), que considera o poder como reflexo de uma estrutura qualquer. Em oposição, encontra-se a visão do poder como configurador de estruturas (Weber, Foucault), na qual o poder e dominação são regentes fundamentais da vida social.

Nesse sentido as concepções de poder ganham múltiplas definições conceituais; contudo não iremos nos debruçar profundamente numa discussão acerca do tema, pois trataremos o poder como um dos componentes que explicam o empoderamento, embora esta categoria também apresente distintas concepções explicativas acerca do que significa as ações e os valores que a compõem. Por isso, direcionamos a compreensão do empoderamento a partir das visões que realçam o fenômeno do poder como algo presente na vida social, trazidas especialmente por autores como Foucault e Weber.

A perspectiva apresentada por Foucault (1979) entende que o poder não se encontra localizado em determinado ponto da estrutura social ou concentrado nas mãos de alguma

pessoa. Pelo contrário o poder encontra-se disseminado em todas as esferas sociais, que vão desde os contextos de decisão política e jurídica até as esferas cotidianas do trabalho, nas relações comunitárias, familiares e do gênero. Assim, ponderamos essa interpretação do poder como algo atuante no dia a dia de indivíduos e de grupos, com caráter relacional, estratégico e produtivo, considerado como uma fonte de transformação.

Mediante a presença do poder em todo o substrato espacial e nas relações sociais consideramos um primeiro aspecto que compõe os valores do que é o empoderamento, elucidado como ganho de poder. Romano (2002) pontua que obter poder não significa que um perde e outro ganha, como mostra a vertente pluralista norte-americana que entende o poder a partir de arranjos de domínio sobre alguém. Ou seja, quando alguém ganha poder outro o perde, isso traz a qualidade de um poder finito, transferível e possível de tomar.

Por isso, o autor utiliza as considerações de Foucault que revelam o aumento do poder como uma maneira de desequilibrar ou de redimensionar as relações de poder existentes no meio em que se vive. Ao utilizar do entendimento não imobilista do poder, Romano (2002) aponta o empoderamento como a possibilidade de mudança nas relações de poder existentes, seja no nível individual ou do grupo, seja nas dimensões políticas, culturais, econômicas e ambientais. Daí a importância do poder ser entendido como relacional, por se encontrar diluído numa rede de relações sociais entre pessoas com algum grau de liberdade capazes de gerar mudanças por meio de seus discursos e suas ações.

Essa especificidade de análise fornecida por Foucault acerca da multiplicidade de poderes existentes em níveis variados e em pontos distintos da rede social traz uma contribuição importante para a compreensão das relações entre homens e mulheres envolvidos ou não com movimentos sociais. Conforme nos atenta Pinto (1992) o autor, ao colocar fluidez nas relações de poder, possibilita uma perspectiva de análise da ação coletiva do MAB e de outros movimentos, pois a constituição potencial de detenção do poder dos indivíduos se apresenta quando uma determinada parcela da população se vê excluída de seus direitos.

Foucault indica que nesse momento os indivíduos se tornam plenos por detectarem sua condição de submissão e assim resistirem. Tal ação é impulsionada pela dinâmica criada por grupos organizados dentro das comunidades, que interferem no equilíbrio ou no redimensionamento das relações de poder normatizadas em hierarquias e desigualdade de gênero, por exemplo. Visto por essa ótica, os movimentos sociais podem ser libertadores por possibilitarem a construção da diferenciação entre os sujeitos de um mesmo grupo colocando-

os frente a novas relações de poder. A partir disso podemos afirmar que as ações coletivas, apesar das dificuldades e desafios, são vistas como força social de ganho de poder para os indivíduos que não são visíveis no aparelho hegemônico seja no âmbito cultural, político e econômico (GOHN, 1997, p. 105).

Além disso, acrescentam-se as colocações trazidas por Foucault a respeito da inexistência do poder enquanto coisa e sim como ação prática apresentada nos discursos normativos e nas relações de poder, a concepção de Weber que também relaciona o poder com os argumentos de dominação presentes em todas as esferas sociais, sendo legitimados pelo reconhecimento social do mandato de dominação em questão.

Nesse aspecto, aproximamos as interpretações desses dois teóricos devido o fato de considerarem o poder como configurador das estruturas de dominação dos indivíduos. Mas, entendemos também que essas percepções teóricas são distintas, principalmente, pelas vias metodológicas, uma vez que Foucault se dedica à análise do poder na ordem do discurso e Weber desenvolve argumentos sobre o poder e a dominação na ordem da ação. Mediante as discussões até então discorridas à respeito do poder, destacamos as formas de dominação desenvolvidas por Weber para ilustrar as configurações que direcionam uma série de práticas de poder e dominação manifestadas na prática da ação.

Tomamos a concepção de poder apresentada na obra de Weber (2000, p. 33) na qual *“poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”*. Nos termos destacados pelo autor há de se considerar a importância de algumas palavras-chaves em sua definição do que é o poder. De acordo com Perissonoto (2008) o poder é fundamentado por uma base, composta por recursos que dão condição necessária para se exercer o poder, porém, tais recursos (sejam econômicos, políticos, etc.) são considerados uma base provável, ou seja, Weber aponta que quem os controla tem a probabilidade de exercer o poder. Mas, esses recursos só estão ao dispor do poder quando mobilizados pelo seu detentor numa relação social que tende a fazer com que sua vontade prevaleça.

Perissonoto (2008) ainda completa que Weber traz o poder como algo que só pode ser exercido por alguém numa interação, quer dizer que o poder não é algo que se possui, mas sim uma relação social. Isso também mostra um sentido relacional de sua definição. Desse modo, é no interior de uma relação social que os recursos devem ser mobilizados garantindo assim que a vontade de seu portador se sobressaia sobre a vontade do outro ator que ele se

relaciona. Weber faz menção ao poder como uma capacidade, uma habilidade de manter o poder de mando. Isso pode ser por meio de inimagináveis formas mesmo havendo resistência.

Apesar de Weber (2000) considerar o poder como uma capacidade de mando, ele indica que o conceito de poder é sociologicamente amorfo, sem forma definida, o que o remete à capacidade privada de mando de uma pessoa numa situação qualquer. Destaca-se em sua análise maior importância à rotinização e ao processamento dos princípios de configuração do exercício de poderes. A partir desse aspecto o autor atribui maior exatidão ao conceito de dominação, entendendo-o como “*a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis (...)*” (Weber, 2000:33). Nesse sentido, a probabilidade de encontrar obediência é demarcada pela vontade do indivíduo em obedecer, porque existem recompensas, principalmente, simbólicas. Soma-se a esse fator de exercício efetivo de poder o reconhecimento social capaz de legitimar e garantir uma situação de dominação e de consentimento. Na prática, significa que alguém manda eficazmente em outro com um quadro administrativo ou sem um quadro administrativo.

Conforme a teoria weberiana, a relação social pode ser orientada pela representação de uma ordem legítima. Esta pode ser atribuída em virtude de um caráter *racional*; em virtude de uma *crença afetiva*; em virtude de uma *tradição*. Dessa forma, a legitimidade da ordem tanto pode ser considerada por meio de um acordo entre os interessados como por meio da imposição e da submissão. Assim, Weber (2000) constrói os tipos ideais¹⁰ de dominação legítima e classifica-os em racional, carismático e tradicional. A dominação racional (legal) é validada por meio de ordens estabelecidas e o direito de mando é destituído por aqueles nomeados para desempenhar a dominação, nesse tipo a burocracia é um dos fundamentos de poder.

No que concerne à dominação carismática, esta se torna vigente pela veneração extracotidiana de uma pessoa, seja pelas atitudes de santidade, de heroísmo, de conduta exemplar e pelas ordens por esta revelada ou idealizada. Portanto uma pessoa com um perfil de líder. Este tipo pode ser avistado como uma liderança política, religiosa e até mesmo em lideranças dentro dos movimentos sociais, pessoas que consolidam seu reconhecimento em

¹⁰ O tipo ideal corresponde a uma categoria que faz a ligação entre a interpretação puramente intelectual e subjetiva do pesquisador e o conhecimento estritamente empírico. A construção do tipo ideal estabelece os significados de determinados fenômenos dados que são ordenados mediante vários pontos de vistas, a fim de se formular um esquema homogêneo de explicação dentro de um quadro conceitual.

virtude da geração do bem estar àqueles que são dominados. Líderes carismáticos de partido ou de uma ação coletiva buscam meios materiais para assegurar seu poder, como conquistas para aqueles que lutam ao seu lado em ações reivindicatórias.

E por fim, o tipo de dominação tradicional que pode ser imputado aos agentes em virtude de uma tradição, fundamentado na crença cotidiana das tradições vivificadas desde sempre, sendo a autoridade concedida em virtude dessas tradições. Levando em conta as especificidades de cada tipo de dominação, torna-se pertinente para este estudo aprofundarmos um pouco mais a dominação de caráter tradicional, uma vez que esse tipo define uma das formas de obediência e de poder de mando que favorecem situações de perda de poder para as mulheres.

Segundo Weber (2000) a dominação de caráter tradicional está isenta de um quadro administrativo que garanta o poder de mando do senhor; pode ser exercida por meio da gerontocracia, onde o poder de mando dentro de associação é exercido pelos mais velhos, em idade mais avançada. Geralmente este tipo é encontrado em associações que não são em princípio econômicas ou familiares.

Já o patriarcalismo, é um tipo de dominação que explica as relações de poder que antecederam à emergência do capitalismo. Nesse caso o poder patriarcal pode existir dentro de uma *associação* de âmbito familiar e econômico, onde um sistema de normas baseado na tradição interfere nas decisões que são sempre tomadas de determinada maneira e a ocorrência das coisas se repetem de um mesmo modo, garantindo a sucessão. Weber (2000) indica não ser rara a coexistência do patriarcalismo e da gerontocracia, ambas fornecem a condição de poder do patriarcal demarcada pela autoridade pessoal e pela obediência dos dominados a um senhor, no qual a figura paterna resguarda autoridade inquestionável.

Desse modo, o autor explica que o poder dos patriarcas, no tipo ideal, está orientado pela ideia de que os dominados, apesar de reconhecerem o direito de mando pessoal e tradicional do senhor, se subjugam a esse tipo de dominação devido o interesse ou a necessidade material. O que significa que na maioria dos casos a manutenção do poder do senhor é dependente da vontade de obedecer dos dominados, por exemplo, as mulheres podem compartilhar com o patriarcado nesse tipo de autoridade baseada na tradição quando além de companheiras, trabalharem como agente econômico, produzindo alimentos pelo cultivo da terra e pelo processamento de seus produtos.

Nesse ponto, além da motivação econômica, Weber (2000: 244) pondera outras instâncias que podem colaborar para que as mulheres reconheçam o mandato de autoridade pessoal dos homens, soma-se o matrimônio, uma instituição social religiosa que o autor utiliza para explicar as relações econômicas que se constituem dentro da associação familiar. Pois, o matrimônio, tem a capacidade de racionalizar o comportamento social pela regulação sexual, o que elimina as relações sexuais livres, isto é fora do casamento.

Isso indica que o casamento garante que a união de famílias, tanto por parte dos homens quanto das mulheres nos ditos casamentos arranjados, consolide o interesse de aumento do patrimônio das associações familiares e serve também para distinguir o direito a herança entre os filhos legítimos e “ilegítimos” (tidos fora do casamento). Assim, o patrimônio, é considerado como uma ramificação do patriarcalismo, no qual a reprodução do poder masculino assegura a condição de dominação/submissão entre homens e mulheres através da cultura (crenças, tradições que legitimam a autoridade) da hereditariedade.

De acordo com Aguiar (1997) *apud* Oliveira (2006) o patriarcalismo como um sistema de hierarquia dentro do âmbito privado (familiar) tende a ser superado a partir do processo de diferenciação das esferas econômica e política. Nesse momento a empresa capitalista e a esfera administrativa se distinguem do grupo doméstico, por meio da criação de um sistema de regras impessoais, no qual o recrutamento do funcionalismo passa a ser estatal ou privado.

Apesar de o patriarcalismo ser caracterizado na esfera econômica, como um sistema de produção estruturado na organização familiar, essa lógica também se apresenta na esfera política que acaba reproduzindo a autoridade do patriarca construída no interior da família. Nesse sentido, as tradicionais estruturas do patriarcalismo se vêm restauradas em esferas do Estado, onde o poder que se adquire entre os membros parlamentares dos governos, acaba mantendo as ordens hierárquicas na sociedade que legitima a desigualdade de gênero, classe, raça e etnia.

Os códigos de comportamento da sociedade patriarcal além de alcançarem o meio urbano acabam persistindo também no meio rural o que não nos deixa dúvida que ainda hoje esse tipo de relação de poder se faz presente na vida de muitas mulheres. Essa herança que perpassa de geração em geração, a nosso ver, contribui para o desempoderamento das mulheres que se tornam incapazes de tomar decisões em suas vidas, e ao não fazerem escolhas acabam se submetendo as vontades e desejos do domínio masculino, seja do marido, do pai, do padrasto, do avô e dos filhos homens.

Em se tratando do campo brasileiro e, especificamente, das áreas onde são construídas obras hidrelétricas, o poder patriarcal marca as relações familiares e comunitárias das localidades atingidas. Assim, a esfera do poder de influência do homem está impresso nas relações no âmbito familiar, onde as mulheres e os filhos participam diretamente do trabalho na propriedade, mas com uma posição de subjugo ao “chefe da família”. Tal situação se reflete, também, nos momentos em que as negociações de indenizações são realizadas entre a empresa construtora e o patriarca, geralmente, os donos das propriedades. O reconhecimento destes por parte dos negociadores colabora com a manutenção da invisibilidade de outros membros da família, como mulher, filhos, que por sua vez estão totalmente envolvidos com a produção das culturas alimentícias, com o preparo das áreas, porém não possuem titulação da terra em seus nomes.

Mas esse padrão de negociação não está atribuído somente ao fato do posicionamento de destaque do patriarca na esfera pública de negociação. A própria lógica de negociações das empresas volta-se para outro tipo de dominação que Weber explica como dominação patrimonialista, um tipo que o autor define como poder de mando e das oportunidades econômicas privadas aos detentores do patrimônio, que no caso são as terras, casas, enfim. O fundamento patrimonial é utilizado pelos empreendedores no processo de implantação de barragens, ou seja, as empresas consideram na maioria das vezes o critério territorial-patrimonialista para reconhecer quem são os atingidos que possuem o direito à indenização. Nesta lógica, quem não detém propriedade não possui direito e, conseqüentemente, não é diretamente atingido (VAINER, 2008, p. 49).

Portanto, as formas de dominação apresentadas configuram o entendimento das relações de poder que ora pode estar localizado no centro, focado em algum sujeito dominante, ora na margem, se concentrando em sujeitos antes marginalizados, submissos. Os três tipos de dominação ilustram, a nosso ver, as formas para explicar como o poder se fundamenta em diferentes instâncias sociais influentes na vida de homens e de mulheres, mas destacamos que nesse trabalho o tipo de dominação tradicional que aparecerá em nossas análises. Sendo incorporado nas dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres em contextos rurais; dimensionado também na esfera econômica, política que dão significado às relações tanto de assimetria quanto a de hierarquia nas relações sociais construídas dentro do âmbito público e privado.

Visto que o poder se encontra inerente a todas as esferas das relações econômicas, sociais e subjetivas, considera-se que o exercício do poder pode ser entendido enquanto processo de empoderamento. No entanto, León (2001) aponta que esta consideração tem conferido a auto explicação do termo, por isso é necessário fazer uma diferenciação das abordagens que tratam do processo de empoderamento, uma vez que, a sua ampla utilização produziu uma gama de conceituações à respeito. Com o intuito de simplificar (não no sentido de esgotar os questionamentos) do que se considera por empoderamento, iremos destacar dentre as perspectivas teóricas relacionadas ao conceito quais se mostram pertinentes para a análise aqui empreendida.

1.2 As concepções de empoderamento envolvendo as relações de gênero

Ao realizarmos um levantamento dos estudos sobre empoderamento, identificamos que o termo *empowerment* de origem americana surgiu na década de 70 com o movimento “Black Power” e com o movimento feminista. O discurso radical do movimento de luta por direitos para a população afro americana nos Estados Unidos demonstrou a necessidade da busca pelo ‘poder negro’ como estratégica de reivindicação contra o fim do preconceito e discriminação racial (LEÓN, 2001). A autora indica que ainda na década de 70 as ciências sociais e o movimento de mulheres, especialmente sua vertente feminista retomam as considerações sobre o conceito levando em conta a realidade vivida pelas mulheres na época. Nessa vertente o termo ganhou significado para designar as transformações das relações de poder (entendidas em seu sentido mais amplo) entre homens e mulheres, capazes de repercutir em novas construções e imaginários sociais propulsores de uma alteração radical dos processos e estruturas que reproduziam a posição subordinada das mulheres como gênero.

Assim, a partir da década de 80 as feministas passaram a questionar as estratégias de desenvolvimento e a influência de projetos que não tocavam em questões estruturais de opressão e exploração das mulheres, especialmente as mulheres pobres. León (2001) apontou que o conceito de empoderamento passou a ser compreendido pelo movimento de mulheres além do sentido de resolução de problemas e demandas práticas na vida das mulheres para sair de situações de pobreza, como acesso a salário justo, emprego, moradia, vagas para crianças em creches e escolas, etc. Mas também como elemento estratégico que possibilita a

mudança das relações de poder entre os gêneros, redimensionando suas posições nas bases estruturais da sociedade.

Tal posicionamento favoreceu a consolidação de uma base crítica para se definir e de fato tornar concreto na vida das mulheres o processo de empoderamento, no qual constam além de fatores econômicos para superação da pobreza, os fatores políticos, ideológicos e culturais. Essas discussões foram consideradas por pesquisadoras e ativistas feministas em um documento elaborado para a Terceira Conferência sobre a Mulher da ONU (Organização das Nações Unidas), realizada em Nairóbi no ano de 1985. Neste o conceito de empoderamento é colocado como uma estratégia para as mulheres do terceiro mundo para mudança de suas próprias vidas, um processo gerador de transformação social, uma das finalidades elencadas dentro do movimento de mulheres (DEERE e LEÓN, 2002, p.53).

Contudo, León (2001) aponta que algumas contradições acerca do uso do empoderamento devem ser consideradas como, a diferença entre o uso do empoderamento individual e coletivo. Para aqueles que centralizam as ações no indivíduo e em seus processos cognitivos, o termo ganha sentido de domínio e controle individual significa “fazer as coisas por si mesmo”. Esta visão individualista prioriza sujeitos autônomos e independentes e desconsidera as relações existentes entre as estruturas de poder e as práticas diárias que envolvem os indivíduos e grupos. A atomização do indivíduo acaba desprendendo-o de um contexto sociopolítico, histórico e solidário razão que torna esse tipo de empoderamento uma mera ilusão.

Nesse sentido, a autora pondera que o empoderamento individual deve estar integrado com as ações coletivas, isto é, atrelado a um processo político. O qual abarca mudança individual junto à ação coletiva e considera a auto valorização e auto estima do indivíduo sendo constituída num processo de cooperação e solidariedade. Ao se considerar tais aspectos os indivíduos envolvidos em ações coletivas acabam reconhecendo os processos históricos criadores das desigualdades de poder, o que torna evidente a necessidade de alteração das estruturas sociais vigentes.

Segundo Deere e León (2002) esta postura política acerca do empoderamento que envolveu o movimento de mulheres e, conseqüentemente suas bases, trouxe visões alternativas para a ação das mulheres favorecendo uma gradativa mudança das relações sociais. Nesta direção enfatizam a necessidade da organização e da ampliação de espaços democráticos e participativos para o favorecimento do empoderamento das mulheres, ou seja,

as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

Jô Rowlands *apud* Deere e León (2002) revela que o poder condiciona as experiências das mulheres em um duplo sentido: pode ser uma forma de opressão dependendo de seu abuso como pode ser fonte de emancipação em seu uso. Nesse sentido, o poder ao mesmo tempo pode significar dominação ou formas de resistência que possibilitam a obtenção do controle sobre as fontes de dominação. Para uma maior compreensão, Rowlands diferencia os tipos de poder em: *poder sobre*, *poder para*, *poder com* e *poder de dentro*. O *poder sobre* significa o ganho de poder de uma pessoa e conseqüentemente a perda do poder para outra pessoa, essa visão é considerada negativa. Já os outros três poderes são positivos e aditivos, o *poder para*, *poder com* e *poder de dentro* e estão aliados ao aumento de poder de uma pessoa que acaba refletindo o poder total disponível ou o poder de todos¹¹.

Deere e León (2002) consideram que o empoderamento da mulher provoca as relações familiares patriarcais, levando ao desempoderamento do homem que detém posição privilegiada que ele usufrui sob o patriarcado. Pois, o empoderamento marca a mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões, sua integridade física assim como sua sexualidade. Porém, sob outro olhar o empoderamento da mulher pode empoderar o homem, uma vez que a mulher começa a dividir as responsabilidades que antes eram exclusivas aos homens para o sustento da família. “*Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares*” (DEERE e LEÓN, 2002, p.11-12).

As autoras reconheceram por meio do estudo do movimento das mulheres que o ganho individual destas ocorre por meio do reconhecimento dos seus direitos à terra, o que favorece

¹¹Deere e León (2002, p.53) aproximam tal perspectiva com a realidade vivenciada pelo movimento das mulheres na América Latina. O *poder para* serve para promover a mudança, situação expressa quando um pessoa ou líder do grupo gera entusiasmo e a ação de outros. É um poder gerador e criativo, isto é, sem o uso do *poder sobre*. O *poder para* está interligado ao *poder com*, pois este se baseia no compartilhamento do poder, por exemplo, momento em que o grupo gera uma solução coletiva para um problema em comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. O grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma é o *poder de dentro* ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado à auto estima. O *poder de dentro* aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, advindo com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.

seu bem estar social, sua eficiência e seu empoderamento. E consideram que a exclusão do direito à propriedade da terra ou da casa à mulher e sua possibilidade real de uso está marcado por diferenciações de gênero relacionadas à família, ao Estado e ao mercado, descritas por elas como fatores de desempoderamento. Portanto, a qualidade de proprietária da terra, da casa para a mulher retira sua condição de vulnerabilidade e fortalece sua capacidade de negociação dentro da família, de decisão de investimentos dentro da propriedade e da comunidade, aumentando sua habilidade para atuar autonomamente e poder expressar seus próprios interesses em situações que afetam suas vidas ou em situações de decisão nos espaços público e político.

As autoras ponderam que o empoderamento não pode ser considerado como um processo linear com começo definido e fim semelhante para todas as mulheres. Este é um processo específico para cada pessoa ou grupo que depende das suas vidas, seus contextos e sua história e ocorre de acordo com a posição subordinada ocupada por cada um no nível pessoal, familiar e comunitário, fator que indicará as dificuldades e até mesmo o tempo para uma gradativa mudança.

Outra dimensão desenvolvida pelas economistas feministas considera o empoderamento como um aumento da capacidade de barganha da mulher dentro da família, da comunidade e na sociedade em geral e essa capacidade de negociação é auferida de acordo com a autonomia econômica. De acordo com Oliveira (2006), ao se analisar os espaços familiar (privado) e o público sob a perspectiva do enfoque econômico se destacam as diferenças entre os membros da família que participam da organização da cooperação cotidiana.

Pode-se exemplificar esse poder de barganha na cooperação existente entre os membros da família em que a mulher exerce alguma atividade remunerada fora de casa e para aliviar a jornada de trabalho conta com o apoio de outros membros para executar as tarefas diárias dentro do ambiente doméstico. Nesse momento verifica-se o trabalho e os recursos disponibilizados por cada membro da família, quem realiza o quê, porque tal pessoa assumiu determinada função. Assim como estes, outros elementos precisam ser levados em conta por interferirem nas formas como esta cooperação ocorre no cotidiano, que na maioria das vezes se dá de maneira desigual entre os gêneros. Oliveira (2006) ainda destaca que esta diferença de gênero nas formas de barganha intrafamiliares também se interliga com o poder de

barganha pessoal fora do ambiente doméstico, indo para a comunidade e/ou nas esferas políticas municipais.

Portanto, destacamos que a partir da perceptiva do gênero que o empoderamento passou a ser utilizado como estratégia para conquista do bem estar e da equidade na vida de mulheres e de homens e, de uma gradativa transformação das relações de poder existentes na sociedade. Por isso, a nosso ver tal perspectiva colabora para identificarmos que fatores podem demonstrar algum efeito transformador ou até mesmo de desequilíbrio das relações de gênero na vida de mulheres que estão envolvidas em algum tipo de ação coletiva.

1.2.1 Empoderamento e o indivíduo

Nesta perspectiva o empoderamento é considerado como a ampliação das oportunidades individuais. Apesar do economista Amartya Sen (2000) não utilizar em sua teoria das liberdades substantivas o conceito de empoderamento, consideramos que sua abordagem que visa atacar as fontes de privação da liberdade do indivíduo, como a pobreza econômica, a carência de serviços públicos e de assistência social e a negação de liberdades políticas e civis, pode contribuir para explicar o processo de empoderamento. Para o autor as liberdades substantivas possibilitam as pessoas saírem da condição de pobreza, de subordinação e das privações de bem estar, adquirindo a capacidade de assumir a responsabilidade individual sobre suas vidas.

O autor resume em cinco tipos as liberdades que limitam a capacidade individual de levar o tipo de vida que tem razão por valorizar: (a) oportunidades econômicas, (b) liberdades políticas, (c) facilidades sociais, (d) garantias de transparência, (e) segurança protetora. As oportunidades econômicas são as ocasiões que os indivíduos possuem para fazer uso de seus recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. As liberdades políticas fazem referência às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem governa e com base em que princípios, inclui-se a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política, sem retaliações e criminalizações e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc.

As oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver

melhor, sendo importantes não só para a condução da vida privada, mas também para uma participação mais ativa em atividades econômicas e políticas. As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de segredo e clareza. Por fim, a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até à fome e à morte (SEN, 2000, p.55-57).

Por conseguinte, as liberdades substantivas dos indivíduos advêm dos direitos de qualidade de vida, tais como segurança econômica e física, proteção contra fomes e doenças tratáveis, acesso a educação e o combate a formas de diferenciação nas relações sociais. Sen (2000) ainda defende que ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa, significa ter mais oportunidades de escolha, o que confere à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, isso abarca a responsabilidade individual sobre sua vida.

O autor ainda expressa a importância em investir na “condição de agente” das mulheres por meio de variáveis como o potencial da mulher ganhar uma renda independente, liberdade para encontrar emprego fora de casa, ter direito à propriedade, acesso a crédito rural, à alfabetização e instrução, controle sobre sua sexualidade e fecundidade. Esses aspectos contribuem para fortalecer a voz ativa das mulheres, favorecendo seu empoderamento por meio de conquista da independência e do ganho de poder. Sen (2000) destaca que a condição de agente ativa das mulheres influencia não apenas em sua própria vida, mas também na dos homens, crianças, idosos e propicia a reformulação de princípios sociais que governam as divisões dentro da família e da sociedade. Logo, a sustentação das privações e a manutenção de um papel limitado na sua condição de agente, sem dúvida afetam todos ao seu redor.

A garantia desses elementos a uma pessoa se dá por meio do apoio social do Estado, de organizações sociais de base comunitária, por organizações não-governamentais, por meios de comunicação e por relações contratuais, ou seja, as estratégias de empoderamento procedem do envolvimento de todo esses conjuntos agentes. A alternativa ao apoio social na promoção da condição de agente e da responsabilidade individual, não é como se supõe, uma ação assistencialista, pois esta pode acarretar a perda de aspectos importantes como motivação, envolvimento e autoconhecimento que a própria pessoa pode estar em posição única de possuir (SEN, 2000).

Este tipo de apoio é questionado por Fraser (1987), que considera ambivalente a dinâmica do capitalismo do bem estar social. Segundo a autora, se por um lado existem ganhos de liberdade com a instituição de novos direitos sociais, esses ganhos ficam limitados ao poder do capital. Por outro lado, os programas de assistência social tendem a por em perigo a liberdade dos sujeitos ativos, desqualificando-o socialmente como sujeitos passivos, desarmados de suas capacidades de interpretar as próprias necessidades, experiências e problemas de vida.

Além disso, é preciso se atentar com as ações dos agentes que propõem projetos ou políticas desenvolvimentistas em países e localidades do mundo todo, apesar dessas variáveis criadas por Sen serem adotadas por esses agentes, algumas dessas categorias são características de uma sociedade moderna, e caso o indivíduo não esteja inserido nesse meio ele é considerado excluído, ou demandatário de alguma benesse. Porém a abordagem de Sen tem o mérito de respeitar a diversidade humana e sua liberdade de escolha e de considerar a expansão da liberdade como fim primordial e o principal meio do desenvolvimento.

1.2.2 Empoderamento e pobreza

Nesta perspectiva as concepções teóricas acerca do empoderamento não anulam os fatores relevantes presentes nos tópicos acima discutidos, pois as questões referentes às relações de poder, as formas de subordinação, os conflitos são considerados como preponderantes para a superação da pobreza entre os grupos dominados e menos favorecidos como mulheres, idosos, crianças, negros, etc. Trata-se de por em questionamento as formas de dominação presentes na realidade desses grupos para que as transformações sociais ocorram de fato.

Autores como Romano (2002) consideram que no combate à pobreza, o empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para transformar as relações de poder que limitam o acesso e a interlocução em geral com o estado, mercado e a sociedade civil. O autor afirma que o empoderamento deve ser compreendido como abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento. E deve ser um processo no qual as pessoas, os

grupos e as comunidades assumam o controle de suas próprias vidas e tomem consciência de sua habilidade para criar, gerir e produzir.

O posicionamento desse autor vai de encontro ao que Friedman (1996) apud Lisboa (2007) considera como empoderamento. Para o autor é todo e qualquer acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, favorece os indivíduos ou as unidades familiares a aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. O autor coloca a importância de se trabalhar com as unidades domésticas, pois em sua concepção de empoderamento é fundamental validar a igualdade entre homens e mulheres em se tratando da competência e influência nas tomadas de decisão dentro da família.

Friedman (1996) apud Lisboa (2007) apresenta os três tipos de empoderamento que são relevantes para serem trabalhados com as mulheres ou com as unidades domésticas: primeiro é o *poder social* que se refere ao acesso a algumas bases de produção doméstica, tais como informação, conhecimento e técnicas, supõe-se também a garantia de sobrevivência e independência econômica. O *poder político* confere aos indivíduos ou as unidades domésticas o acesso ao processo de tomada de decisão, que não se restringe apenas ter o direito de voto e escolha política, mas inclui em ter poder de voz e vez em uma ação coletiva para a resolução de uma determinada situação de exclusão. Significa intensificar os efeitos pedagógicos da ação política, ocasionando maior participação no âmbito público seja na esfera formal da política ocupando cargos de representação, seja na esfera comunitária ocupando as lideranças do grupo.

Já o *poder psicológico*, este procede da consciência individual de força e manifesta-se na auto confiança em si mesmo, pode ser entendido como poder pessoal, em que no caso das mulheres o que importa é avançar no entendimento de que sofre algum tipo de dominação e em cima dessas situações trabalharem na conquista da autonomia e emancipação social. Nesse sentido, as questões sobre o controle do próprio corpo, sobre a sexualidade, sobre escolhas que dizem respeito à vida da mulher são pontos a serem investidos. É importante entender que o nenhum desses tipos de poder se opera separadamente, geralmente, o poder psicológico é resultante de ações bem sucedidas nos domínios social ou político.

Por isso, o autor considera que os três tipos de poder poderão caminhar juntos e alcançar mais resultados se houver um trabalho de cooperação individual atrelado a um grupo de ação coletiva. Portanto, no combate à pobreza, o empoderamento vem de encontro à conquista da cidadania, que sucede na plena capacidade de um indivíduo ou coletivo de fazer

o uso de seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar no espaço público na defesa de seus direitos, tendo influência nas ações do governo na distribuição dos serviços e recursos.

Focalizar as unidades domésticas é uma forma de garantir não só o empoderamento de apenas um indivíduo, mas de favorecer o acesso aos direitos a todos os demais membros. O fato de as mulheres pobres serem excluídas dos direitos mínimos muitas vezes está associado ao fato de que suas famílias não possuem poder social para melhorar as condições de vida de seus membros. Em outras situações as mulheres não possuem poder político na esfera pública porque nem ao menos compartilham as tomadas de decisão dentro de suas casas, o que limita seu poder de voz e de ação coletiva (LISBOA, 2007). Cabe ressaltar que o processo de empoderamento, dentro desta perspectiva teórica, exige processos participativos das pessoas envolvidas, pois só assim seria garantido o estabelecimento de políticas e práticas que contemplam as necessidades das pessoas que vivem numa situação de pobreza.

Nessa perspectiva tanto Friedmann (1996) apud Liboa (2007), como Romano (2002), se posicionam de forma crítica às teorias e políticas de desenvolvimento tradicionais, dos *mainstream* do desenvolvimento de agências bilaterais, bancos, que utilizam o empoderamento como sinônimo de integração das pessoas no planejamento e desenvolvimento econômico propostos em suas ações e não dão importância à assimetria de poder existente na sociedade que resulta na exclusão e pobreza. Para esses autores as estratégias dessas agências focalizam a assistência social ao invés de promoverem espaços de universalização dos direitos sociais e da cidadania. Além disso, valorizam mais a eficiência econômica dos projetos sem se quer trabalhar a realidade cultural, psicológica, ambiental, política das comunidades que atuam e o pior não enfatizam a mobilização política dos grupos como fator de empoderamento.

Assim, a construção dos significados do empoderamento para esta vertente que defende o paradigma do desenvolvimento humano alternativo, considera primordial debater questões de poder e suas relações, considerando a existência das assimetrias de recursos materiais e simbólicos, legítimos e ilegítimos e o que se pretende mudar e quais as conseqüências dessa mudança tanto na esfera pública como na privada.

1.2.3 Empoderamento e ação coletiva

Nesta corrente, o empoderamento abarca a emancipação política dos indivíduos por meio da ação coletiva, fortalecendo a ideia de ampliação da democracia. Em razão disso aponta-se para a atuação de mulheres e de homens como sujeitos constituintes da sociedade civil e como componentes de redes sociais com capacidade de criar novas institucionalidades e espaços participativos. Segundo Romano (2002), o processo de empoderamento que se desenvolve da ação coletiva deve advir das próprias pessoas e suas organizações que com apoio de outros grupos podem criar um ambiente favorável ao processo. Nesses termos, o autor coloca que as dimensões ideológicas e políticas devem ser levadas em conta diante de situações de dominação e opressão. Além disso, as relações de conflito e os desdobramentos do conflito devem ser compreendidos como um processo de mudança que se permeia em outras dimensões da vida de pessoas e grupos sociais envolvidos.

Nesta abordagem, Horochovski e Meirelles (2007) consideram o empoderamento como um processo político ativado por meio da ação coletiva de grupos organizados e em comunidades. A ação coletiva se mostra como uma das possibilidades para a construção de instrumentos de participação que lhes ofereçam voz, visibilidade e influência em processos de ação e decisão que dizem respeito aos seus interesses. Os autores apontam que para obtenção do poder de escolha em suas vidas, os sujeitos interessados em alterar condições de exclusão, as organizações, as instituições públicas e os movimentos sociais devem atuar em conjunto para a criação de novos espaços de poder e a inserção dos indivíduos naqueles espaços já existentes. Essa rede de relações sociais possui papel fundamental por trabalhar com temas de combate à exclusão, promoção dos direitos e do desenvolvimento local, tendo em vista a transformação das relações de poder nos níveis municipal, estadual e nacional.

Mediante estas ponderações Horochovski e Meirelles (2007, p. 494) esclarecem que ao se analisar o empoderamento e as suas categorias correlatas, como autonomia e emancipação, deve-se pensar que “(...) *nunca se é totalmente autônomo ou emancipado (tampouco empoderado), pois todos os que vivem numa sociedade defrontam-se com coerções maiores ou menores*”. Mas em termos de operacionalização das variáveis do empoderamento os autores apresentam algumas dimensões semelhantes as que já foram apresentadas anteriormente. O *empoderamento individual* articularia o indivíduo como detentor de recursos que permitam controlar suas vidas e decisões. Este nível vincula-se às condições psicológicas, auto estima, experiências vividas individualmente e relacionadas com os demais membros da família, comunidade. De acordo com os autores “(...) *esta situação*

ocorre muitas vezes com lideranças que saem positivamente em fóruns participativos e que aprendem a participar participando e se posicionam nas esferas públicas e coletivas” (HOROCHOVSKI E MEIRELLES, 2007, p. 495).

O *empoderamento organizacional* ocorre na e pela organização, não importando o tipo, demonstrando-se por meio do compartilhamento de poder de decisão, na qual os membros participam de forma direta das decisões do grupo, entendendo todo o processo, dividindo tarefas. E por último o *empoderamento comunitário* seria capaz de condensar os processos individuais ou coletivos, por meio de instâncias participativas, conseguindo construir uma agenda com desejos e ações que auxiliam o grupo alcançar o objetivo traçado coletivamente.

Há de se destacar que esses processos não ocorrem de maneira harmoniosa, pois existem os conflitos de interesses, mas esses conflitos devem ser solucionados de uma maneira que a finalidade de acessar recursos governamentais e comunitários não se perca em meio a esses desacordos. Gohn (2004) faz uma ressalva de que o empoderamento se apresentaria com dois sentidos que sinalizariam diferenciações e demonstraria o caráter não universal do empoderamento:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuí para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004, p.23).

Nesse sentido, o fator determinante na diferenciação desses dois processos é a identificação da natureza e o sentido do projeto social da instituição que promove o processo de intervenção social e de empoderamento. Esse aspecto abrange o conhecimento da trajetória histórica do movimento, a origem, a composição social, as entidades articuladoras, as redes sociais a que pertence, as lutas que desenvolveu, projetos que elaborou, sucessos, perdas etc.

Essas considerações possibilitam compreendermos o tipo de empoderamento que estamos tratando, pois ao indicarmos as ações coletivas principalmente o MAB como um espaço propulsor no avanço da democracia e da conquista de direitos das mulheres e homens

envolvidos deve-se levar em conta a concepção de empoderamento que o movimento propaga. Consideramos que o posicionamento que o movimento tem acerca do empoderamento das populações atingidas pauta-se na superação de relações de poder que oprimem esses grupos e os tornam subalternos, principalmente frente a processos como de deslocamentos compulsórios, das negociações de indenizações na construção das barragens, dentre outros.

Entendemos a subalternidade a partir da interpretação realizada por Laschefski (2011) sobre as distintas racionalidades de apropriação do ambiente por grupos subalternos. O autor explica a relação da subalternidade das populações afetadas frente ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMAS) e sugere a Avaliação de Equidade Ambiental (AEA) como um instrumento complementar aos estudos de impacto. Pois, a AEA considera o princípio da reciprocidade, no qual confere a construção da tomada de decisão a partir de significados e subjetivações que modificam paradigmas de entendimento e ação presentes no processo de licenciamento. Ou seja, a reciprocidade norteia a desconstrução da subalternidade dos atingidos, favorecendo a transformação desses sujeitos em agentes de influência nos processos de decisão.

Para construir esse instrumento, o autor toma como referência teórica os estudos subalternos desenvolvidos na Índia, nos anos 80. Nestes estudos a sociedade indiana foi analisada a partir da perspectiva gramsciana e considerou outras formas de poder que gerariam elites e grupos em condição subalterna ponderando não apenas a economia política, mas incluindo a cultura, a religião, o gênero, raça, idade, etc. Nesse sentido, Laschefski (2011) faz alusão a Antônio Gramsci que entendeu o aparelho hegemônico não apenas como o aparelho do Estado, mas todas as esferas da sociedade moderna que detém o discurso social, político e cultural de construção e manutenção do poder, gerando assim a invisibilidade de grupos frente a esse aparato hegemônico, isto é, gerando a exclusão.

Portanto, consideramos que a análise da condição subalterna favorece o entendimento da concepção de empoderamento que o MAB pretende em suas ações junto às populações atingidas, que são subalternas. Desse modo, as ações políticas de enfrentamento que visam a apropriação das linguagens frente ao sistema hegemônico do licenciamento ambiental e o reconhecimento dos seus próprios direitos sociais que abrangem a vida nas comunidades, nos espaços de lazer, nas formas de trabalho chegando inclusive na esfera familiar, podem

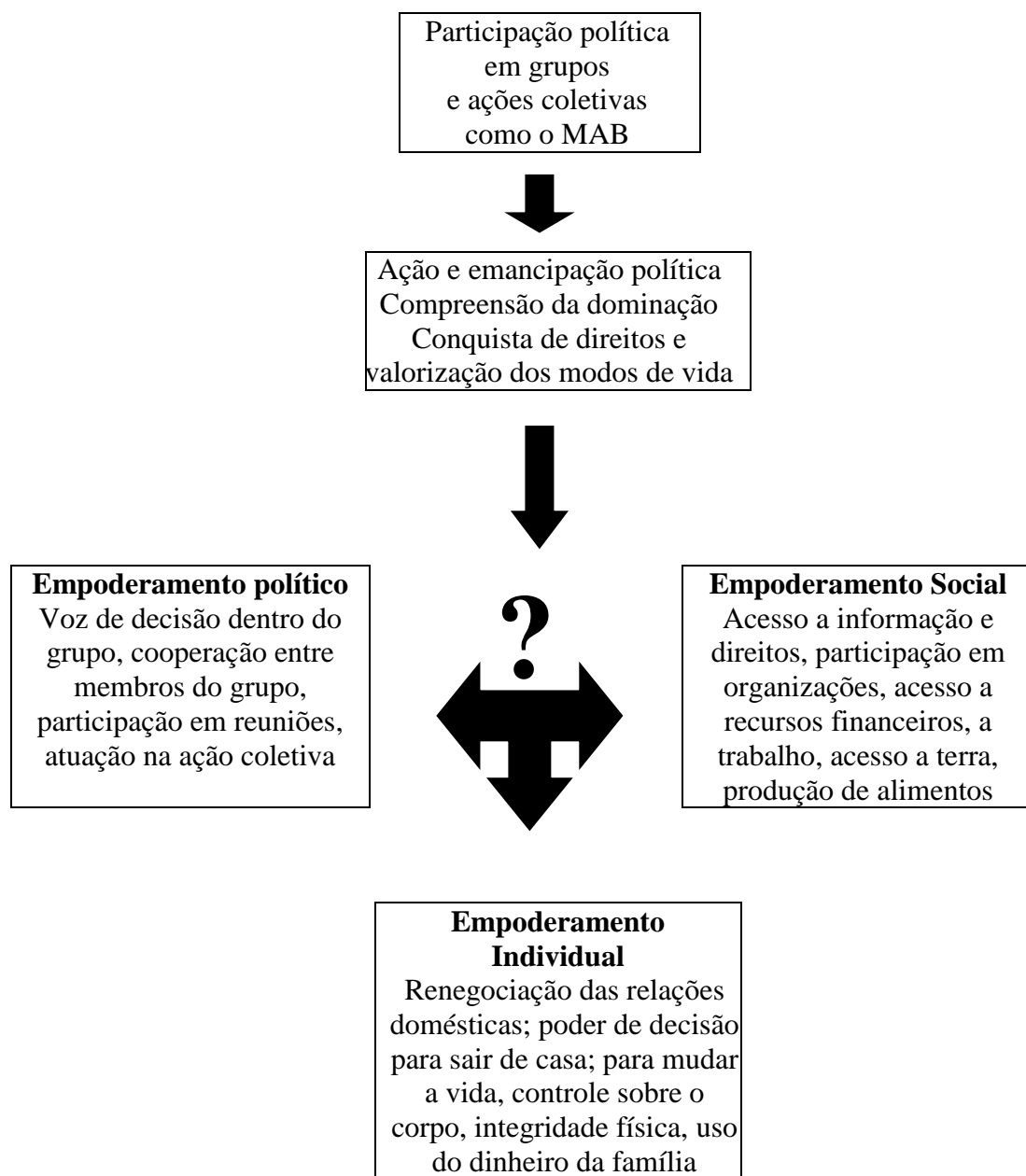
favorecer um posicionamento esclarecido dessas populações frente às ações de agentes do campo político em nível local, estadual a até nacional.

É necessário considerar que não são todos que conseguem alcançar um nível elevado de consciência perante as situações cotidianas e políticas. Em muitos casos são as lideranças das bases locais que vivenciam esse crescimento próprio, assim as organizações esperam destes a irradiação dos valores críticos para os demais membros. Assim, uma das maneiras que as ações coletivas dispõem para cumprir com seus objetivos junto a grupos e indivíduos são o grande recurso de mobilização interna agregada a outros grupos da sociedade civil. Essa estratégia pode dar visibilidade e poder aos sujeitos coletivos em influenciar as agendas a fim de que se possa diminuir as assimetrias de poder dentro dos próprios movimentos e alterar as situações de exclusão presentes na sociedade. Uma vez que, em movimentos sociais como o MAB, o MST, por exemplo, a visão marxista prevalece, privilegiando primeiramente o combate a dominação econômica e secundariamente relações de poder tradicionais como o patriarcalismo que afetam as relações de gênero.

Por fim, a presente dissertação apresenta os resultados da tentativa de identificar os efeitos sociais da participação feminina no MAB nas relações de gênero e nas formas de empoderamento, no âmbito público e privado, à luz do referencial discutido. Consideramos que dentre as perspectivas apontadas, nos apoiaremos na perspectiva que considera que o empoderamento advém da ação coletiva como processo político emancipatório, mas traremos elementos da corrente do empoderamento e gênero com intuito de identificar as mudanças e/ou permanências nas relações de gênero.

Desse modo poderemos explorar a interrelação existente entre as variáveis presentes nos níveis de empoderamento que utilizaremos, identificando algumas tendências de como a esfera da ação coletiva tem auxiliado nas transformações e o empoderamento no que tange a vida do indivíduo e sua família, nas comunidades onde vivem e na esfera de decisão na ação coletiva e na esfera política. A seguir apresentamos o cruzamento das perspectivas de empoderamento no âmbito público e privado, na figura 3 que sintetiza as concepções anteriormente discutidas que iremos nos deter. Além desse esquema, apresentamos no Quadro 2 os indicadores de empoderamento para a análise dos dados, os quais foram constituídos a partir das referências conceituais apresentadas ao longo do capítulo.

Figura 3. Esquema formulado a partir do cruzamento das perspectivas sobre o processo de empoderamento no âmbito público e privado.



Categoria analítica	Indicadores
Empoderamento político	Atuação em organizações Formas de decisão dentro do grupo Tempo de participação Mudanças na própria vida Participação em reuniões
Empoderamento social	Acesso à informação e direitos trabalhistas Acesso à políticas públicas Mobilidade espacial Produção de alimentos
Empoderamento individual	Tomada de decisão Poder de decisão para sair de casa Controle sobre o corpo Integridade física Renda própria Decisão no uso de recursos financeiros da família, gestão da propriedade
Envolvimento com o Lugar	Relação com lugar Valores importantes Satisfação ou insatisfação

Quadro 2. Os indicadores de empoderamento político, social, individual e de relação com o “lugar”. Fonte: elaboração própria.

CAPÍTULO 2. A CONDIÇÃO DA MULHER RURAL NO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

Neste capítulo se apresenta uma retrospectiva dos estudos de gênero e a dicotomização entre público e privado, inserindo, neste processo a inovação trazida pela participação das mulheres em movimentos sociais do campo para a construção de novas identidades de gênero.

2.1 O processo de construção das perspectivas de gênero

Ao evocar as mulheres, enquanto sujeito político, na atualidade dos movimentos, é necessário observar uma evolução demarcada pelos estudos acadêmicos a partir da década de 70, os quais favoreceram a emergência e consolidação da condição feminina como objeto de estudo e, que de certo modo, foram influenciados por reivindicações do movimento feminista.

Nessa fase a preocupação com a igualdade, estendeu-se das leis aos costumes e temáticas calcadas em preceitos normativos que valorizavam a vinculação da mulher ao espaço doméstico ou reprodutivo e do homem ao espaço público, produtivo passaram a ser problematizadas. Dentre os temas se destacam a posição subordinada das mulheres na sociedade, a precarização do trabalho feminino, a divisão sexual do trabalho, a violência doméstica, o controle da sexualidade, etc. O surgimento do conceito de gênero permitiu interpretações mais apuradas quanto aos papéis masculinos e femininos, além de articulações entre gênero e relações de poder (BRUSCHINI, 1998 apud OLIVEIRA, 2007).

Os dilemas e contradições entre as concepções de igualdade e diferença acerca das discussões de gênero avançaram problematizando os direitos tanto do homem como da mulher de serem iguais perante a lei. Pois, crescia a defesa da ocupação por parte da mulher no espaço público da política e como cidadã (FISCHER, 2006). A via igualitária desafiava as hierarquias entre homens e mulheres, mas, segundo a autora, ainda estaria pautada nas ideias do sujeito universal, que historicamente solapavam as diferenças em torno de um ideal masculino e europeu de indivíduo moderno.

Scavone (2007) considera que o diálogo de Scott com autores pós-estruturalista como Michel Foucault e Gilles Deleuze fortaleceram a crítica da existência de um sujeito universal. Ganha ênfase, ainda, uma perspectiva relacional que passa a considerar que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, rejeitando assim a força interpretativa de esferas separadas. As assimetrias entre homens e mulheres e, também, entre mulheres passam a ser ponderadas. O poder começa a ser percebido de uma forma menos maniqueísta, enfraquecendo-se a perspectiva de dominação que concebe o poder de forma unilateral, pois, este se encontra em todas as esferas da vida, principalmente, nas especificidades da raça, da classe social, de opção sexual, etc.

Nesse aspecto a perspectiva de gênero amplia a compreensão das diferenças entre homens e mulheres construídas pelas práticas sociais, que muitas vezes são naturalizadas na família, na política, nas relações de trabalho, ou seja, nos espaços sociais de produção e reprodução. A compreensão das desigualdades favorece a desnaturalização das práticas sociais e despolarização do poder entre os gêneros masculino e feminino.

O debate acerca das relações de poder também é apresentado por Bourdieu (2005), por meio da condição de dominação masculina “cristalizada” em uma ordem social portadora de instrumentos simbólicos, que garantem a divisão do espaço social, naturalizando o lugar da mulher na esfera do privado (casa, trabalho reprodutivo) e do homem na esfera do público (política, trabalho produtivo). Segundo o autor, as divisões entre os sexos parecem estar na ordem do que é normal, natural, pois “[...] *está objetivado nas coisas (na casa todos os cômodos são sexuados) e em todo mundo social incorporado nos corpos e nos habitus¹² dos agentes, funcionando como um sistema de ação, de pensamento e percepção*” (Bourdieu, 2005, p.17).

Essas diferenças construídas socialmente se estabelecem como um conjunto objetivo de referências, face às quais o conceito de gênero fornece arcabouço para a percepção da organização concreta e simbólica de toda a vida social correspondente a um estado das relações de poder. As críticas feministas a perspectiva da dominação masculina de Bourdieu dizem respeito ao pressuposto da ‘aceitação’ que as mulheres teriam com os dominantes (os homens). Segundo Bourdieu as mulheres internalizariam em seus corpos e mentes esquemas de dominação através dos *habitus sexuado*. Assim, elas agiriam sob o efeito da “*submissão*

¹² Para Bourdieu, o *habitus* funciona como um sistema de ação e de disposições que nos leva a agir de determinada forma de acordo com a circunstância dada pelas estruturas sociais, esses arranjos são flexíveis e podem ser fortes ou fracos.

encantada”, reproduzindo as formas de dominação a que estão submetidas. Mas, a nosso ver, apesar de consubstanciar essa divisão de mundo pela dominação masculina, é a sua teoria sobre o *campo* que possibilita entender que as relações de poder estão permeadas nas estruturas que objetivam as situações e os *agentes* que as vivenciam, porém estes também atuam na construção da realidade social.

A crítica feita a Bourdieu se ancora no fato de que atualmente se tem observado a presença das mulheres e dos homens enquanto sujeitos propositivos em meio às esferas políticas formais e nos movimentos sociais como o negro, indígena, do campo como MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-, a Via campesina (setor Brasil), o MAB, o MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Tal envolvimento tem evidenciado a compreensão da dominação e com isso o desequilíbrio de poder e a forte ligação com a busca por melhoria das suas condições de vida e de trabalho, através das lutas voltadas pelo acesso à moradia, pela permanência na terra e pela garantia da segurança alimentar¹³. Tais lutas são conduzidas através de ações reivindicatórias que vão além do caráter econômico, englobando também, o caráter ambiental, étnico, de equidade de gênero, entre outros.

O reflexo da diversidade de sujeitos envolvidos nas ações coletivas desloca o protagonismo da classe trabalhadora e do espaço da produção. ONG's, setores progressistas da igreja católica e setores do próprio Estado passaram a se constituir em ações coletivas em diversos campos de luta. Dentre esses movimentos destaca-se o movimento feminista¹⁴. De acordo com Oliveira (2006, p.11) “(...) *As mulheres têm se juntado na maioria das vezes, para conquistar direitos negados, para emancipar-se em situações específicas e enfim para tornarem-se sujeitos ativos de suas escolhas e de suas vidas.*” A expressão dessas reivindicações feministas tem ganhado força no interior de outros movimentos, surtindo efeitos na inserção de pautas de lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens.

Quanto a teoria do patriarcado, embora datada, serviu para evidenciar as relações de poder envolvendo a construção da identidade de homens e mulheres na sociedade. O poder do pai foi posto em análise, evidenciando-se seu lastro com o direito à propriedade de bens e

¹³ Ver Gohn (2007) e (2010).

¹⁴ De acordo com Gohn (2010, p. 90) o movimento feminista é diferenciado do movimento das mulheres. As feministas estão envolvidas em debates e na organização do campo feminista, tem influência na política, participam das coordenadorias e das políticas sociais. São centradas nas demandas de gênero, na autonomia e na responsabilidade própria de cada mulher. Já na ação coletiva das mulheres, apesar de ser mais numerosa, é quase invisível enquanto movimento das mulheres; a visibilidade social e política estão na demanda da qual são portadoras: creches, melhorias na educação, postos e equipamentos de saúde, etc. São demandas que atingem toda população, porém tem sido protagonizada pelas mulheres.

sobre a família. Conforme Max Weber observou, o patriarcado se apresentaria como um tipo de dominação presente em sociedades pré-capitalistas e seu legado entraria em corrosão com o processo de racionalização e burocratização, característicos do sistema capitalista. Neuma Aguiar (2000) destaca a necessidade de se evidenciar as alterações do patriarcado agrário e escravista ao longo do tempo, ainda que a associação da mulher ao espaço privado tenha permanecido. Esta situação restringe as possibilidades de acesso da mulher à cidadania.

Já as discussões que trataram da situação da mulher no mercado de trabalho destacam as diferenças salariais entre homens e mulheres explicando-as por meio das assimetrias de poder entre homens e mulheres. Segundo Aguiar (2000) a justificativa para a maior remuneração do homem seria justificada com base na responsabilidade socialmente a ele atribuída de sustento dos filhos e da esposa. No caso brasileiro Saffioti (1992) apud Aguiar (2000) apresentou as discussões de gênero acrescidas à dimensão da raça, evidenciando as decorrências da abolição da escravatura e do processo de diferenciação dos eixos urbano/industrial e nordeste/sudeste. A autora coloca que a reclusão doméstica da mulher se abranda com o avanço da cidade, mas considera que no meio rural a reclusão feminina ao ambiente doméstico ainda resiste. Assim, as autoras consideram que na sociedade capitalista as assimetrias de poder extrapolam a figura do pai e do marido, alcançando a esfera pública, na qual há a preponderância do homem nas instituições, na política e na economia.

2.2 A naturalização da dissociação entre espaço público e privado e entre trabalho produtivo e reprodutivo nas teorias críticas

Ao se discutir as assimetrias nas relações de poder entre os gêneros, os estudiosos feministas chamam a atenção para a naturalização em torno da divisão entre espaço produtivo e reprodutivo, mesmo dentro da teoria marxista, conhecida por seu combatismo às formas de desigualdade social. Nicholson (1987) critica a perspectiva marxista em virtude de Marx não problematizar o lugar das atividades reprodutivas dentro da ordem capitalista. De acordo com a autora as atividades reprodutivas, como o cuidado com os filhos, com a casa e com a alimentação tornariam desnecessário ao patrão um pagamento mais alto ao seu funcionário, em função de todas estas atividades não serem remuneradas.

Ou seja, Marx ao dar primazia à produção de alimentos e objetos para o mercado, deslocando-a da esfera da casa, institui o significado daquilo que é produtivo para a esfera do

mercado e realizado pelo homem, sendo que as atividades que se realizam na esfera doméstica como a geração e criação de filhos, atividades reprodutivas, são deixadas de fora pelo autor. Para Nicholson (1987) tal fato o impediu de compreender a integração e indissociabilidade da esfera da ‘produção’ e da ‘reprodução’ para o capital. Assim, as regras que regem o casamento e a sexualidade estariam diretamente conectadas com as possibilidades de geração de lucro na sociedade capitalista, tendo a mulher como uma mão de obra invisível.

Carloto (2001) chama a atenção para o fato de que os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres estão ancorados em práticas concretas de divisão sexual do trabalho, mas, também, em ideologias e representação de gênero. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é construída como prática social de acordo com o contexto histórico, que ora conserva tradições que normatizam tarefas masculinas e femininas, ora flexibiliza as modalidades da divisão sexual das tarefas. Desse modo, a assimetria de gênero se manifesta não apenas em divisão de tarefas masculinas e femininas, mas, também, nos critérios que qualificam as tarefas, nos salários, no tempo de trabalho (CARLOTO, 2001). Contudo, tais definições normativas acerca da divisão sexual do trabalho são constantemente flexibilizadas face às situações do dia a dia, que faz com que o homem tenha que assumir tarefas domésticas, enquanto as mulheres conseguem oportunidades de emprego fora de casa. Assim, mesmo que no âmbito das normas a divisão entre público e privado, seja sexualizada, no âmbito da vida concreta, tais situações já são frequentemente flexibilizadas.

De acordo com Fraser (1987) até mesmo na obra de Habermas haveria dicotomização entre a “reprodução material” e a “reprodução simbólica”. A reprodução material estaria ligada aos alimentos e aos bens produzidos na esfera do mercado enquanto a “reprodução simbólica” estaria voltada aos cuidados dos filhos na esfera privada. Nesses termos, Fraser (1987) esclarece que tal distinção estaria enviesada, pois o cuidado com os filhos não se resume apenas à sua socialização, mas também inclui cuidados físicos, que poderiam fazer parte da esfera da reprodução material. Por outro lado, os alimentos e bens produzidos na esfera da reprodução material não estariam isentos de aspectos simbólicos, que, por exemplo, envolveriam a valorização dos alimentos.

Além disso, a autora trabalha na interpretação das esferas de reprodução simbólica e material que Habermas caracteriza, respectivamente, por “contextos de ação socialmente integrados” e “contextos de ação sistematicamente integrados”. O contexto de ação socialmente integrado foi relacionado pelo autor ao “mundo da vida”, composto pelo

subcontexto da família nuclear moderna, alusivo à esfera doméstica e pelo subcontexto da opinião pública, pertencente à esfera pública. Já o segundo contexto, referente ao “mundo sistêmico”, proposto por Habermas como o subcontexto da economia oficial, estaria marcado pelo sistema privado e como subcontexto do Estado, relativo ao sistema público.

Nesse sentido, o mundo da vida seria a esfera que agregaria a família e opinião pública, prevalecendo às formas de consenso comunicativo, muitas vezes marcada pela tradição e não pelo diálogo, como seria o caso da família e da opinião pública. Já o mundo sistêmico, composto pela economia oficial e pelo Estado, funcionaria praticamente de forma autônoma, pautado numa racionalidade matemática. No entanto, Fraser (1987) considera que o contexto do mundo da vida não seria totalmente destituído de cálculo racional. Quando observamos as estratégias de casamento estariam envoltas em cálculos racionais voltados para passar a herança familiar no meio rural. Face a estas estratégias as mulheres seriam desfavorecidas no recebimento de terras. Do mesmo modo, a autora afirma que o mundo sistêmico não estaria isento de valores, como se observa nas pressões exercidas pela opinião pública sobre o Estado e dos fatores culturais sobre a economia, como, por exemplo, uma decisão em massa de suspensão do consumo dos produtos de um país, como forma de represália.

Esses indicativos de naturalização de papéis que Fraser (1987) destaca na proposta de Habermas acabam mantendo formas de subjugação das mulheres, uma vez que a perspectiva de gênero estaria ausente em seu modelo analítico. Segundo a autora, nenhum desses contextos ou subcontextos de ação representariam esferas separadas entre si. Assim, a esfera doméstica seria responsável pelo fornecimento de mão de obra para o trabalho formal que permitiria reproduzir e satisfazer as necessidades do grupo familiar. E em ambas as esferas as mulheres estão presentes, mas não são consideradas.

A abordagem da interdependência entre tais espaços é oferecida pela geografia, por meio da análise escalar que vai além da noção de hierarquia de categorias público-privado (PRZYBYSZ; SILVA, 2011). De acordo com estas autoras, Souza (2006, p.110) organiza um importante pensamento sobre a necessidade de entender escalarmente os espaços a partir de suas possíveis articulações. O autor se refere (...) “à capacidade de perceber e articular as várias escalas em que os processos sociais emergem e operam, do local – inclusive no nível mais micro, como o bairro ou mesmo no nível do espaço privado e familiar – ao global”.

Esta perspectiva relacional do local com o global contribui para a quebra do entendimento dos espaços público e privado como opostos.

Assim a análise relacional dos espaços a partir das esferas de poder percebe a expressão e a dimensão do espaço como *lugar* no sentido de espaço vivido/percebido, dotado de significado, em que as interações face a face entre os indivíduos, envolve questões de poder que se remetem a quem o compartilha e o exerce cotidianamente. Nesse entendimento o gênero anunciado anteriormente como uma maneira de significar relações de poder, inscritas nos corpos de homens e mulheres pode ser interligado ao conceito de empoderamento, sendo este visto como uma via de movimentação da mulher entre os espaços privado e público, de acordo com a sua situação no lugar onde constroem as suas relações.

Em virtude desta dissociação entre os espaços públicos e privados e da naturalização do trabalho da mulher como vinculado à esfera privada, mesmo quando se considera as perspectivas teóricas mais críticas quanto as formas de exploração do trabalho de outrem, os estudos feministas passaram a ressaltar a invisibilidade do trabalho feminino. Um estudo que exemplifica esse tipo de abordagem é o de Heredia (1987) que aponta o lugar das mulheres em unidades domésticas entre os camponeses do nordeste. A autora identifica um padrão de divisão sexual do trabalho marcado pela oposição/complementaridade entre a unidade de produção - roçado - espaço da produção, público e, por isso, predominantemente masculino e a - casa - esfera do consumo e de domínio feminino.

“(…) por serem as tarefas desenvolvidas no roçado as responsáveis pelo consumo familiar, as atividades nesse âmbito são reconhecidas como trabalho. Por oposição a elas, as atividades desempenhadas no âmbito que corresponde à casa não são consideradas como tal” (HEREDIA *et. al.*, 1987, p. 30).

As evidências apresentadas nesses estudos destacam as diferenças entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho e dos espaços sociais mostrando que as polarizações no plano da produção material passaram a ser descritas, discutidas e enfrentadas por teóricas feministas e pelos movimentos sociais. Tendo em vista que além da exploração econômica que avançava sobre homens e mulheres na sociedade capitalista, outras formas de dominação/subordinação incidiam sobre as mulheres mantendo assim as hierarquias entre os sexos. Assim, outros aspectos de análise além da produção começaram a ganhar importância como os significados simbólicos, culturais que demarcavam as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse aspecto, os estudos das relações sociais desiguais ganharam novo cunho

interpretativo com o surgimento do conceito de gênero, que contribuiu para definir com maior precisão a forma como a identidade, o corpo e sexualidade se constituíam socialmente.

2.3 As mulheres na ação coletiva: diferentes faces do empoderamento

A participação das mulheres nos novos movimentos sociais é considerada por Gohn (1997) como significativa, uma vez que são elas que se apresentam como as principais demandatárias de reivindicações por melhorias de serviços, qualidade de vida e por equipamentos coletivos, etc. Mediante isso, Pinto (1992) destaca que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica a sua inserção na rede de poderes de sua comunidade provocando um efeito transformador marcado por avanços e retrocessos referentes às relações de poder, aos aspectos culturais e sociais geradores de diferenças de gênero.

Logo trazemos alguns estudos que retratam participação das mulheres em movimentos sociais, destacando primeiramente sua presença na luta pela conquista da terra no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O trabalho de Fischer (2006) explorou um conflito fundiário em Pernambuco e destacou que a mulher ingressou no movimento procurando, primeiramente, uma ordem social menos desigual, melhores condições de sobrevivência para a sua família, um espaço para cuidar dos filhos e novas possibilidades de emprego. Desse modo, as mulheres não assumiram a decisão de entrar no movimento como uma afronta aos homens, tanto que no início não aspiravam por uma mudança na tradicional condição de desigualdade de gênero.

Porém, com o passar do tempo, a experiência social vivenciada no acampamento rural gerou novas formas de intervenção feminina, que foram identificadas pelo aumento de sua expressão nos espaços coletivos; as mulheres tornaram-se responsáveis pelos encaminhamentos e organização da comunidade, influenciando as decisões da associação criada no local. No espaço privado, esse momento influenciou a reorganização dos arranjos doméstico-familiar no tocante das relações de hierarquia e autoridade dentro da família, assim como na relação afetiva.

Segundo Fischer (2006) a participação dos homens e, principalmente, das mulheres no espaço público (político) favoreceu questionamentos sobre as estruturas de dominação

vigentes e a (re)construção de uma nova identidade de gênero que auxiliaram na modificação de práticas sociais. Para a autora, o estabelecimento de novas relações sociais em um espaço traz à tona a condição de sujeito dessas mulheres, sinalizando a desorganização do poder entre os gêneros na luta social e política pela terra, nos referenciais simbólicos e culturais e na instância econômica.

O estudo apresentado por Antunes (2006) também demonstrou as ações das mulheres aliadas aos seus maridos e filhos que se organizaram junto ao MST, no estado do Maranhão, para alcançar os direitos familiares de acesso a terra e às atividades agroextrativistas do coco babaçu. A autora considera que diante das relações de subordinação vivenciadas durante várias gerações, essas mulheres quebradeiras de coco protagonizaram junto com os trabalhadores rurais as ações de ocupação de terra, de organização do acampamento e de negociação com fazendeiros e órgãos públicos, tornando-se assim visíveis na esfera pública. Com a conquista da terra e do acesso a extração do babaçu, pode-se perceber o empoderamento organizacional e comunitário, pois o grupo conquistou os objetivos apontados em sua agenda de reivindicação política e social.

Porém, Antunes (2006) enfatiza que esse processo de empoderamento é cheio de altos e baixos, não sendo unicamente dependente da participação política da mulher, mas também da modificação das relações sociais construtoras de diferenciações de gênero. A autora cita o caso de mulheres que faziam parte das lideranças do movimento e da associação, mas que dentro de suas casas eram impotentes, sendo subjugadas por seus companheiros.

O trabalho de Oliveira (2006) segue na direção dos que apresentamos acima. Em um contexto de luta pela terra, no norte de Minas Gerais, a autora apreende ao longo do processo de mobilização, do acampamento até a instalação das famílias no assentamento rural a relação entre participação política das mulheres e as mudanças nas relações de gênero no que diz respeito ao processo de empoderamento tanto no espaço público como no privado. A autora se muniu de categorias explicativas do gênero como divisão sexual do trabalho, poder de decisão nas práticas comerciais e políticas dentro do espaço do assentamento e a representação política para explicar como que dentro das distintas fases da luta pela terra se conduz a implicações mais amplas para o processo de mudança nas relações de gênero. Oliveira (2006) demonstrou que no período do acampamento as mudanças nas relações de gênero ocorrem com mais profundidade na esfera privada, pois esse período é marcado pelas relações de

solidariedade entre homens e mulheres, perdendo-se assim a rigidez dos papéis femininos e masculinos.

Porém com o assentamento criado, as institucionalidades dos papéis fixos entre homens e mulheres retornam, no entanto, as famílias que tinham um maior envolvimento político na luta pela terra, as mudanças dos papéis de gênero no espaço privado se estenderam para essa fase. Apesar dessas diferenças de empoderamento das mulheres dentro do espaço familiar durante as distintas fases, o contrário ocorreu na esfera pública, sendo que ao longo do tempo de luta a inserção feminina garantiu sua participação nos espaços de decisão coletiva, nas lideranças do STR, das associações do assentamento, ocasionando seu empoderamento no espaço público. Portanto a autora concluiu que as mulheres do assentamento passaram pelo processo de empoderamento político, ou até econômico, mas isso não implicou necessariamente em mudanças nas relações de gênero no âmbito privado. Porém, nos casos que essa mudança ocorreu, evidenciou um ganho de poder individual, um ‘poder de dentro’.

No caso do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, Cordeiro (2006) contribui por retratar a vida de mulheres que participam do movimento expressando os elementos que refletem o empoderamento das trabalhadoras. A ação coletiva das mulheres junto a movimentos sociais, sindicatos, igreja, partidos políticos e nos grupos de mulheres a nível local, promoveu conflitos que alteraram as relações de poder nos espaços sociais da família, da vizinhança, da comunidade e nas instituições públicas.

Essas alterações se revelaram a partir da vida cotidiana, dos afazeres diários, das experiências de solidariedade, de sua atuação como trabalhadora na propriedade, como ativista, envolvendo temáticas da sexualidade, reprodução, renda, acesso a bens, informações e serviços. Desse modo, as estratégias de empoderamento que promovem a emancipação política das mulheres como sujeitos pautam-se na construção relacional, ou seja, envolvendo outros membros da família, como os homens, os pais, as crianças e também com os vizinhos, amigos e assim por diante.

Com relação à atuação das populações atingidas junto ao MAB para defesa de seus lugares de vida, a pesquisa de Silva (2007) enfatiza a atuação das mulheres nesse processo. A autora utiliza as informações do Relatório de Comissão Mundial das Barragens, para confirmar que são as mulheres que sofrem as conseqüências significativas com o processo de

construção de barragens. Uma vez que, as degradações ambientais, a perda da terra e da casa e das relações sociais comunitárias, constituem impactos evidentes em seu cotidiano.

A autora lança algumas proposições, dentre as quais convêm destacar duas: inicialmente o MAB era um movimento predominantemente masculino, agora o movimento conta com a participação das mulheres no processo de negociação e de estratégias de resistência; e a participação das mulheres não se fundamentou sob a perspectiva de equidade de gênero, mas foi direcionada por necessidades concretas da família, como o acesso a terra e à subsistência. Silva (2007) procura identificar nos eventos realizados pela organização do MAB o perfil de quem participa do movimento, já que no encontro é que se definem as ações e se avaliam os trabalhos realizados com a população atingida. Assim, a autora analisa o 1º e 2º Encontro Nacional do MAB realizados em Brasília, no ano de 2003, e Curitiba, em 2006.

No primeiro encontro, o número total de participantes foi de 4.000 pessoas, dentre esse número, 20% eram mulheres, já no segundo encontro, cerca de 1.500 pessoas estiveram presentes, sendo que 40% dos participantes eram do sexo feminino. Para Silva (2007) o aumento percentual da participação feminina foi resultado da ampliação das ações internas da organização do movimento, que além de instituir a formação dos grupos de base em nível local como princípio organizador, procurou flexibilizar as trocas de experiências entre as populações atingidas de outras regiões do país.

Nesse sentido, Silva (2007) conclui que a incipiente participação das mulheres no MAB e no processo de luta contra a instalação de empreendimentos foi se modificando a partir das freqüentes perdas materiais e imateriais. A expropriação do patrimônio familiar, do ambiente de vida e da socialização comunitária constituiu-se em peças fundamentais para a efetivação da presença feminina no MAB. Mediante esta gama de estudos que demonstram os processos de empoderamento na vida de mulheres envolvidas com atividades políticas via movimentos sociais é apresentado ao longo do tempo com pontos altos e baixos, conquistas e retrocessos vivenciados tanto nas esferas privadas como públicas.

Considerando-se essas diferenças entre os movimentos sociais e os sujeitos que neles atuam, a história de constituição do MAB e destaca como as temáticas que envolvem o gênero e o papel das mulheres passaram a ser incorporados na construção da ação coletiva do MAB.

CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E LUTA NO MAB: O LUGAR DAS MULHERES E DOS HOMENS

O final da década de 70 e início dos anos 80 foram marcados pela transição de um Estado autoritário para o estabelecimento da democracia na sociedade brasileira. Uma das vias que possibilitaram essa transição foi a participação política de diferentes grupos, que antes eram excluídos dos espaços institucionais e nesse momento ganharam visibilidade e força por meio de ações de “resistência” e das mobilizações junto às ações coletivas, as associações de bairros, aos partidos políticos, dentre outros. De acordo com Dagnino (2004) a atuação dos movimentos sociais nesse processo de restabelecimento da democracia criou possibilidades para a emergência de projetos participativos que tratavam das discussões e resoluções da problemática dos direitos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais de diferentes grupos.

Além do acesso às políticas governamentais houve também o favorecimento e o aprofundamento da democracia participativa, por meio da ação conjunta entre movimentos sociais, grupos da sociedade civil e o poder do público no âmbito municipal, estadual e federal. Essas ações reivindicatórias foram influenciadas pelo princípio de uma sociedade propositiva, capaz de forjar o compartilhamento do poder junto às instâncias institucionais. Gohn (1997) coloca que o protagonismo dos movimentos populares e a crescente inserção de suas pautas sociais e políticas nos espaços de poder institucionalizados, principalmente na América Latina podem ser explicados como parte do paradigma dos Novos Movimentos Sociais - NMS-; a autora faz um apanhado em sua obra das principais concepções anteriormente desenvolvidas por teóricos europeus e norte-americanos acerca das ações coletivas e reúne diversos pontos de vista para o entendimento desses NMS na Europa.

Gohn (1997) procurou demonstrar que o quadro explicativo das mobilizações coletivas originado por teóricos europeus, apresenta esquemas interpretativos que levam em conta a cultura, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e o processo de identidade entre as pessoas de um movimento social. Apesar da pertinência das correntes explicativas que tratam os NMS e de certa forma a sua influência nas análises das ações coletivas latino-americanas, a autora

argumenta que as particularidades das ações ocorridas nesse continente exigem um entendimento e reflexão teórico-metodológica que considere as suas particularidades.

Mediante as distintas conceituações que Gohn (1997) apresenta, tomamos como base alguns pontos de sua proposta que se tornam pertinentes para a compreensão das dimensões do que é um movimento social, para posteriormente destacar o MAB como um movimento social do campo, o qual tratamos especificamente nesta pesquisa. Desse modo, utilizamos o conceito formulado pela autora a partir da junção de todas as concepções teóricas apresentadas em sua obra, levando em conta as especificidades dos movimentos sociais na América Latina. Assim a autora explicita que:

“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (...)” (GOHN, 1997:252).

Nesses termos os NMS no Brasil constituem-se não apenas como formas de resistência, mas de lutas sociais com um caráter de conquista por direitos, justiça social e por novas culturas políticas de inclusão de grupos. Compreende-se que nesse processo, a criação de uma identidade social é ampla e vai de acordo com os interesses de cada movimento como, por exemplo, a de “Sem Terra”, a de “Atingido por Barragem”, de “Trabalhador (a) Rural”. São essas identificações que dão embasamento para a constituição de novos atores políticos e que favorecem a construção de seus próprios projetos frente aos projetos políticos conservadores.

Dentre as ações coletivas voltadas para as lutas das populações do campo inclui-se o MAB. Um movimento que surgiu como resposta popular fazendo frente aos deslocamentos compulsórios ocasionados pela crescente construção de grandes represas. Essas populações atingidas não perdiam apenas suas terras como principal meio de subsistência, mas também o

território onde se construiu suas vivências cotidianas, carregadas de denotações culturais como as raízes, as tradições, os costumes, as relações sociais e a convivência com a natureza.

Nesse sentido, a articulação das populações ribeirinhas junto ao movimento contra as barragens favoreceu que aqueles elementos de identificação com o território passassem a ganhar expressão e reconhecimento social dentro dos processos de licenciamento das barragens, transpassando as várias escalas espaciais (local, quando se refere ao poder municipal; regional, quando se articulam diversos atores de outras localidades; estadual, quando os atingidos protestam ou quando trocam experiências com outras comunidades afetadas, etc.). A aparição das vozes nesse processo ocasionou afirmações de identidade específica e de apropriação do território, transformando o que inicialmente se apresentava com um caráter subjetivo em estratégias de defesa e resistência.

3.1 O surgimento do MAB nacional

A organização teve suas primeiras ações no contexto do “milagre econômico” brasileiro, na década de 1970, momento em que se incentivou a busca por fontes energéticas mais baratas, assim a geração de energia no Brasil voltou-se para a utilização dos recursos hídricos abundantes, propiciando o aumento da construção de grandes usinas hidrelétricas. Nesse contexto surge a organização coletiva no vale do rio Uruguai, com intuito de discutir as transformações ocorridas nos meios de subsistência e nos modos de vida de trabalhadores rurais ribeirinhos e também nos recursos naturais. Essa reação foi ganhando organicidade e em 1985 foram criadas comissões que passaram ser conhecidas como Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) que, posteriormente, se tornou reconhecida como MAB (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Apoiada pela CPT, a CRAB se consolidou por meio de estratégias como a realização de trocas de experiências entre as populações que já haviam sido afetadas, com as que estavam caminhando para este processo. Este procedimento foi utilizado nas primeiras ações e ainda é propagado na atualidade, sendo chamado de pedagogia do exemplo¹⁵. Além disso, a

¹⁵ A estratégia de troca de experiências entre populações atingidas é relatada em um depoimento de Ricardo Ribeiro, ex-técnico da CPT em Minas Gerais, em Zhouri; Rothman (2008, p. 131), “(...) a gente chegou depois a criar uma proposta que a gente fez, um negócio que chamamos de casamento de barragens (...). Então as pessoas daqui iam lá, e as pessoas de lá vinham aqui. E aí quando a gente falava em casamento, era uma

CRAB passou a enfrentar diretamente os projetos de barragens do setor elétrico brasileiro pressionando poder público a se posicionar a favor das populações. A expressão de repúdio aos empreendimentos ocorreu via jornais, programas de rádio, romarias e acampamentos nos canteiros de obras das empresas, essa e outras foram ações que fortaleceram a organização popular para a conquista de seus direitos (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Conforme Scherer-Warren e Reis (2008) com a transformação da CRAB em “movimento” os conteúdos do trabalho de formação que primeiramente estavam voltados para perspectiva de transformação social na direção de uma sociedade capitalista para socialista se somaram a outros objetivos:

No primeiro aspecto, tratava-se de promover a consciência política nos pequenos produtores rurais. No segundo, de promovê-la com o propósito de reconhecer sua condição de trabalhadores rurais, ameaçados de perder a terra. (...) as mudanças na organização do Movimento desembocaram em propostas relativas ao deslocamento compulsório que seriam submetidos os atingidos, (...) incluindo a possibilidade de indenizações financeiras, troca de terra por terra e o reassentamento, de modo especial dos não proprietários de terra, sem dúvida a maior conquista do Movimento até aquele momento (SCHERER-WARREN; REIS, 2008, p.72).

De acordo com as autoras todos esses objetivos criados para consubstanciar o projeto político do movimento possibilitaram ganhos no reconhecimento dos direitos dessas populações afetadas. A ampliação dos objetivos da organização favoreceu a constituição de argumentos que deram suporte para o aumento do poder de barganha aos atingidos mediante os processos de licenciamento ambiental. Porém, as autoras ressaltam que tal ampliação se circunscrevia a questões mais gerais sobre os direitos das famílias atingidas perante o processo de deslocamento e de indenizações. Por isso, temas como as diferenciações do poder e da participação entre homens e mulheres em todo esse processo de exclusão e mobilização (desde a esfera micro -casa- até as esferas públicas políticas), ainda não se apresentavam com destaque na atuação política das lideranças e das bases da organização, uma vez que nesse momento a expansão do MAB direcionava para outras partes do país.

Scherer-Warren e Reis (2008) apontaram que a irradiação do movimento para a esfera nacional ocorreu em março de 1991, período em que se reforçou nas ações do MAB a

barragem com mais experiência, mais antiga, ia visitar, levar sua experiência... .” Na Zona da Mata mineira ele introduziu a pedagogia de “casamentos de barragens” que havia iniciado na década de 1990 com os atingidos do Vale do Jequitinhonha.

discordância com modelo energético brasileiro. No mesmo período o MAB realizou o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, ocasião em que foi instituída a data 14 de março como o dia nacional de luta contra as barragens. Para as autoras a expansão a nível nacional demandou ao movimento trabalhar em três frentes de ações. A primeira seria a continuidade do ativismo de base, pautado na consolidação das lutas nas comunidades a partir dos grupos de base; a segunda constituiu nas articulações políticas nacionais e internacionais, envolvendo o MAB nas redes de movimentos sociais; um dos momentos importantes para essa articulação foi a realização do I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, em Curitiba, no ano de 1997¹⁶, que logo após culminou com a criação da Comissão Mundial das Barragens - CMB-¹⁷. Já a terceira frente pontuou-se na mobilização e realização de protestos para garantir a visibilidade na mídia e na esfera pública pressionando assim os órgãos estatais responsáveis pelas leis, políticas públicas e processos de licenciamento ambiental. O exemplo mais nítido dessa última frente de atuação do movimento foi a realização da I marcha nacional organizada pelo MAB, que percorreu o trecho entre Goiânia e Brasília, em maio de 2004.

A partir dessas frentes foram se ampliando a mobilização e a agenda das demandas do movimento. De acordo com Zen (2007), no início dos anos de 2000 o MAB em nível de coordenação passou a incentivar a coesão dos movimentos regionais a nível nacional; com esse intuito as pautas do movimento focalizaram questões políticas macro, além da realização de ações de mobilização unificadas em nível nacional, onde cada região realizaria sua mobilização (marcha, ocupação, ato público, etc.). Simultânea a essas ações criou-se uma pauta de negociação de acordo com as especificidades regionais, na qual os desafios locais foram apresentadas diretamente à coordenação nacional do movimento por uma comissão de atingidos das distintas regiões onde o movimento estava se consolidando. Esta organicidade possibilitou a articulação do movimento nacional a partir das regiões norte, nordeste, sudeste,

¹⁶ Cabe mencionar que nesse encontro, além dos participantes de outras regiões do Brasil, estiveram representando as organizações do Alto rio Doce, algumas lideranças das comunidades atingidas por barragens, representantes do movimento, professor Franklin Rothman e coordenador da ONG Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB).

¹⁷ De acordo com Rezende (2003) a CMB foi uma articulação entre o MAB, outros movimentos sociais, ONGs, empresas construtoras de barragens, entidades financiadoras para levantar e propor soluções aos problemas ocorridos com a construção de barragens, bem como propor alternativas para esses empreendimentos. No ano de 2000 foram divulgados os resultados dessa articulação na obra: WORLD COMMISSION ON DAMS. Dams and development: a new framework for decision-making. London: Earthscan Publications, 2000. Uma tradução/resumo foi publicada por Franklin Rothman (2000) e Leonardo Rezende, COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS – Um sumário. Barragens e Desenvolvimento: Um novo modelo para Tomada de Decisões. London: 2000.28 p.

centro-oeste e sul; em cada uma dessas regiões se constituiu uma coordenação regional, uma coordenação local e os grupos de base nas localidades em que existissem projetos de barragens. Porém, esta organicidade foi caracterizada por um modelo muito mais centralizado e hierarquizado (ZEN, 2007).

Além disso, foi necessário elaborar divisões internas para garantir o fortalecimento da organização. Um dos setores que ganharam destaque foi o de formação (realizado para formar militantes que acompanham as atividades nas bases e líderes dos grupos de base). Guedes (2008) apresentou uma análise desses espaços de formação como uma instância privilegiada para a promoção de estratégias que estimulam a unificação do movimento como responsável pela luta dos atingidos em todo o país, padronizando as formas de luta e de organização coletiva.

Para o autor a formação faz parte de um projeto identitário¹⁸ em que a estratégia política das lideranças e o discurso pedagógico do MAB têm a pretensão de apoiar a construção de uma identidade de atingido que seja múltipla, contemplando as dezenas de categorias sociais afetadas por barragens. Apesar de acompanhar apenas o ciclo de formação no ano de 2002, Guedes (2000) pontua a necessidade acompanhar ao longo do tempo os aspectos políticos da formação, uma vez que a formação se tornou um procedimento habitual dentro do movimento, podendo sofrer mudanças consideráveis de acordo com cenário político e econômico. Para o autor, priorizou-se o discurso do fortalecimento da instituição-movimento (mesmo sem formalizações propriamente ditas), a partir do par luta/organização.

Por mais que esses grupos de militantes tivessem uma conformação mista, as temáticas acerca do gênero ou da inclusão política das mulheres nas lutas do movimento ainda não eram postas em debate no início da década 2000. Porém, a pesquisa de Silva (2007) enfatizou que mesmo havendo atuação das mulheres nesse processo de defesa dos lugares de vida como lideranças, as informações do Relatório de Comissão Mundial das Barragens, indicam as mulheres como as que mais sofrem as conseqüências significativas advindas da construção de barragens. Uma vez que, as degradações ambientais, a perda da terra e da casa e das relações sociais comunitárias, constituem impactos evidentes em seu cotidiano.

¹⁸ Para uma análise de construção da identidade de atingido no período de emergência do movimento no Sul, ver: Rothman F. D. A emergência do movimentos dos atingidos pelas barragens do Rio Uruguai , 1979-1983. In: NAVARRO, Z. (Org) Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande so Sul. Porto alegre: UFRGS, 1996, p. 106-136.

No entanto, foram por meio desses espaços de formação e dos embates travados nos processos de construção de barragens que se exigiu uma caracterização da identidade de atingido por barragem, com sentido de expressar as bases dessa identificação enquanto trabalhadores que sofrem com a expropriação de seus meios de vida devido à construção de um empreendimento hidrelétrico. Desse modo, a subjetividade construída a partir do significado de ser atingido contribuiu para o surgimento de um sujeito coletivo, político e ativo, capaz de defender seu território, seus modos de vida e seus interesses e contestador de outros atores do território representado pelo empreendedor hidrelétrico.

No que se referem aos congressos, estes passaram a ser extintos e os encontros nacionais do movimento passaram a ser considerados como um dos principais espaços deliberativos do MAB. Como já apresentado anteriormente por Silva (2007) o I Encontro Nacional do MAB foi realizado em 2003, em Brasília e o II Encontro foi realizado em 2006, na cidade de Curitiba. O objetivo desses encontros foi reunir todos que participavam do movimento, principalmente, as bases existentes nas comunidades, e definir as ações para os próximos triênios.

De acordo com Silva (2007) as temáticas discutidas, tanto no primeiro quanto no segundo encontro, giraram em torno das formas de atuação do MAB, avaliação das ações e trabalhos desenvolvidos pelo movimento, análise da realidade do setor elétrico brasileiro, e políticas governamentais para os atingidos por barragens. A autora destacou que temáticas específicas como gênero não apareceram nas discussões dos Encontros. Mas em seu estudo ela priorizou a identificação das mulheres que participaram de ambos os espaços e as atribuições de papéis diferenciados por ela vivenciados, sustentados por uma rígida divisão sexual do trabalho, em que a mulher tem sido direcionada a exercer papéis secundários na vida privada, relacionado ao trabalho e a família, assim como relegada da vida pública e política nas lutas sociais.

Nesse sentido, a autora argumentou que a participação das mulheres nos dois encontros foi bem menor que a dos homens (primeiro encontro 25% dos entrevistados eram mulheres e no segundo houve aumento para 40%). Em vista desses números a autora procurou compreender o motivo para uma menor participação feminina nos espaços dos encontros nacionais. Revelou-se, primeiramente, que as mulheres ingressaram nos grupos de base de suas comunidades pela proteção e recuperação de seu patrimônio (material e imaterial), reivindicando-o como direito fundamental tanto para a sua própria sobrevivência como para a

do seu grupo familiar. Quanto às dificuldades de participação no MAB, foram destacados que a presença das mulheres em um espaço que era predominantemente masculino não era bem vista pela sociedade, e que os homens, principalmente os companheiros, eram os primeiros a desencorajar e a impedir a sua participação.

Esse obstáculo para a integração das mulheres de maneira mais intensa no movimento resulta do tipo de organização social existente no meio rural, demarcado pelo patriarcalismo, enquanto forma de expressão do poder dos homens sobre as mulheres e outros membros da família, principalmente nas relações de produção dentro das propriedades. Além de outros instrumentos simbólicos como a divisão dos espaços sociais, que naturaliza a dimensão feminina restrita a casa, ao privado, e a posição do homem a esfera pública, política, além da divisão da estrutura do tempo e jornada de trabalho.

Em razão disso, Silva (2007) destacou que muitas mulheres são impedidas de participar devido às responsabilidades “ditas femininas”, como cuidar dos filhos mais novos, da casa e das criações. Assim, as entrevistadas expressaram que sua participação é inicialmente sancionada pela família e pela sociedade, mas com o passar do tempo alguns aspectos com relação a essa dominação dos homens sobre as mulheres passam a ser questionados. O que não significou o aumento da participação das mulheres em cargos de lideranças, pois na grande maioria os cargos são ocupados por homens.

Após esse tempo de atuação do MAB como organização nacional um dos marcos para as discussões dentro do movimento acerca da violação dos direitos humanos das populações atingidas e, especificamente, sobre as condições das mulheres foi a publicação do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, elaborado pelo Conselho dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), no ano de 2010. Esse relatório partiu de uma denúncia feita pelo MAB ao CDDPH em 2006 e a partir desse momento instaurou-se uma comissão especial para acompanhar as denúncias de violação dos direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de alguns casos de empreendimentos hidrelétricos. Outra atribuição da comissão foi apresentar sugestões e propostas relacionadas à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens, e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas.

O relatório apontou 17 tipos de direitos humanos¹⁹ violados e teve como referência o estudo de 7 (sete) casos de barragens em diferentes regiões do Brasil. Cabe destacar que um dos casos analisados pelo conselho na região sudeste refere-se aos direitos violados da população atingida pela PCH Fumaça²⁰. Segundo o relatório, daqueles direitos apresentados 8 (oito) foram infringidos. O resultado dessa comissão especial da CDDPH favorece ao MAB um cenário de lutas e negociações com o governo para o reconhecimento e tratamento especial das populações atingidas por meio da aprovação de uma política nacional dos atingidos. Outro efeito gerado pela publicação do relatório em 2010 está ligado à inclusão na pauta do movimento as discussões que tratam especificamente da questão da mulher atingida. Já que no próprio relatório é identificada a necessidade de acompanhamento especial aos grupos vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres e idosos, uma vez que, são esses grupos que mais sofrem com o empobrecimento nas áreas onde são construídas as barragens.

Nesse âmbito, foi em 2011, ano em que o MAB comemorou 20 anos de atuação a nível nacional, que a recente discussão sobre gênero obteve destaque dentro da organização, pelo menos nos materiais produzidos e distribuídos pelo movimento e pela realização de encontros estritamente direcionados às mulheres atingidas por barragens. O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens ocorreu entre os dias 4 a 7 de abril de 2011, no Parque Cidade em Brasília, e teve como tema “Mulheres atingidas por barragens em luta pela construção dos direitos e pela construção de um novo projeto energético popular hidrelétrico”. O encontro contou com a participação de aproximadamente 500 mulheres de 17 estados e teve como objetivos: discutir o atual modelo energético e analisar as consequências da construção das barragens na vida das mulheres; traçar um plano de ação para que as mulheres sejam mais ativas na luta e na organização; e denunciar a violação dos direitos humanos das mulheres atingidas no processo de construção de barragens. Esse evento ganhou

¹⁹ De acordo com CDDPH (2010) os direitos violados são: Direito à informação e à participação; **Direito à liberdade de reunião, associação e expressão**; **Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida**; **Direito à moradia adequada**; Direito à educação; Direito a um ambiente saudável e à saúde; Direito à melhoria contínua das condições de vida; Direito à plena reparação das perdas; **Direito à justa negociação e tratamento isonômico**, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; **Direito de ir e vir**; **Direito À cultura**, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; Direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; **Direito de grupos vulneráveis a proteção especial**; Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; **Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial**; Direito à Reparação por perdas passadas. Os itens em destaque são os direitos violados no caso da PCH Fumaça, em Diogo de Vasconcelos e Mariana.

²⁰ A denúncia dos casos de violação dos direitos humanos na construção de barragens na Zona da Mata foi submetida pelo NACAB e MAB regional e elaborada sob coordenação de Rothman e Rezende, com a participação de membros do PACAB/UFV.

destaque no Jornal do MAB²¹ que, sob o título: “Mulheres Atingidas por barragens fazem encontro histórico em Brasília”, informou de acordo com a fala de uma liderança nacional:

O encontro foi mais um marco histórico nos 20 anos de organização nacional, representou um avanço nos debates do MAB sobre a inserção política das mulheres e fortaleceu o reconhecimento do papel do Movimento na luta contra as barragens e na defesa dos direitos dos atingidos (MAB, 2011, p. 06).

Além desse relato que expressa a abertura e o incentivo da organização em trabalhar com as mulheres participando ativamente nos grupos de bases das comunidades rurais e urbanas, outras informações relevantes foram publicadas no espaço de notícias no site do MAB²², como as declarações contidas na carta final do encontro que dentre a apresentação das violações dos direitos que afetam a vida das mulheres, trazia as proposições para um plano de ação:

Organizar todas as trabalhadoras (es), sobretudo, aquelas (es) que são atingidas (os) por barragens e por grandes obras de infra-estrutura; Seguir avançando nos espaços de formação para que através do estudo possamos compreender o atual modelo energético e construir as formas de combatê-lo; Estimular o protagonismo das mulheres, criando as condições para sua efetiva participação em todos os espaços de decisão política e do processo de organização e luta; (...) Por fim, nos comprometemos cada vez mais a fazer do Movimento dos Atingidos por Barragens, uma organização bonita, forte, com a participação das mulheres como protagonistas, dos homens, dos jovens e das crianças, fortalecendo a unidade nacional, fazendo a luta por nossos direitos e pela construção de um projeto energético popular (MAB, 2011, s. p.).

Nesses 20 anos de existência do movimento nacional, se reconhece que os discursos e práticas de diferenciação entre homens e mulheres foram (re) produzidos e muitas vezes reforçados nas formas de organização do MAB, que por sua vez, aproveitaram os padrões de organização familiar e religiosos presentes nas comunidades afetadas, como estratégia de mobilização. Mas percebe-se que, nesse momento, o MAB quer trabalhar como um grupo que não pretende deixar as reivindicações das mulheres para depois, afinal as relações de poder no âmbito do lugar, da casa e da comunidade, a nosso ver também fazem parte do projeto de

²¹ Jornal do MAB, N. 16, maio de 2011, p. 6. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/jornal_mab_16.pdf>

²² Carta final do encontro das mulheres do MAB, publicado dia 08 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>>.

construção de outro modelo energético e de sociedade. Por isso, o estímulo e a oportunidade para as mulheres e homens, jovens e adultos participarem efetivamente dos espaços de decisão seria, fundamentalmente, a partir das mudanças ou redimensionamento das relações de poder nos diversos campos, seja relacionadas ao gênero, ao poder político, ao técnico e econômico.

Entretanto, o desafio de por em questão diversas formas de dominação e opressão, historicamente vivenciadas pelas mulheres que ocupam tanto cargos de lideranças como as que estão nas bases locais, é justamente o tempo necessário para mexer nessas estruturas, pois o processo de reconhecimento da forças que incidem sobre os indivíduos e os grupos e sua possível mudança exigem tempo e diálogo entre as bases e as lideranças e também entre os familiares. Porém, mesmo com esses desafios à frente, as discussões realizadas, por exemplo, nos espaços de formação do movimento priorizam temas amplos como a questão do combate ao modelo energético e a dominação econômica, e secundarizam as questões hierárquicas, as relações de poder entre os gêneros, a dominação patriarcal, que de certo modo afetam todas mulheres atingidas.

O andamento que se teve após a realização do Encontro foi a incorporação da categoria gênero e a publicação da cartilha “O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens”. Os temas desse material giraram em torno de questões debatidas no MAB como modelo energético, além disso, houve o avanço nas discussões sobre as diferenças entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, naturalização desses papéis por meio do trabalho reprodutivo e produtivo. O material traz breves citações acadêmicas e apresenta dados do IBGE acerca das diferenças salariais recebidas pelas mulheres, jornada de trabalho das mesmas nas atividades domésticas e as principais violações dos direitos humanos das mulheres.

Embora essa cartilha acrescente elementos à discussão do gênero no MAB, apontando questionamentos e tecendo críticas a tais construções sociais presentes na sociedade capitalista e patriarcal e, conseqüentemente na relação com as empresas construtoras, seus avanços são relativos. Essa publicação não deixa de ser uma publicação autorizada, e nesse sentido, as críticas vão até onde a organização permite. Assim, ao lado desses argumentos claros e embasados na violação dos direitos humanos e na identificação dos gêneros presentes nos processos de construção das barragens, ainda soa em tom baixo as discussões sobre sexualidade, as conjugalidades, as disputas que existem entre homens e mulheres nos espaços

de participação do movimento, nas tarefas que são assumidas por esses nos espaços dos encontros, dos grupos de base, no papel das lideranças.

Entretanto, pondera-se que essa é uma das primeiras publicações do movimento tratando da temática do gênero, sendo que a problematização desses temas até então não percorridos com tanta prioridade nos diferentes espaços da organização, também vai depender da construção da própria atuação feminina dentro do movimento e de sua identidade enquanto mulher, atingida, mãe, liderança, etc.. Em outro material produzido e distribuído pelo MAB, no ano de 2011, com a finalidade de fundamentar o estudo e a compreensão do que seriam as bases da organização, ou seja, o caderno de estudo intitulado “Nossa organização é nossa força”, as discussões realizadas ao longo da cartilha apresentam um conteúdo que demonstra os objetivos do movimento. Segundo o material objetivo é *“contribuir na construção de uma sociedade sem opressores e sem oprimidos, sem exploradores e explorados. Por isso, nossa luta é permanente contra todas as estruturas injustas da sociedade, forjando um projeto popular para o Brasil”* (MAB, 2011, p. 5).

Tendo em vista que esses objetivos deram base para a proposta de empoderamento das populações atingidas, o desenvolvimento do conteúdo da cartilha enfatiza que somente com a organização da classe trabalhadora é que se elevará a consciência de seus participantes. Para tanto, é mencionado no material que a luta da classe trabalhadora para uma mudança da sociedade está relacionada a lutas mais específicas como a econômica, por igualdade entre homens e mulheres, por políticas públicas, assim como a luta pelo poder. Pode-se perceber que mesmo com pouco destaque aparece a temática da igualdade de gênero, mas, como colocado por Fischer (2006), o ideário supostamente igualitário não aponta, necessariamente, para uma mudança das práticas sexistas, podendo ocorrer a manutenção de relações diferenciadas de prestígio, poder e privilégios. Contudo, o material esclarece que o grupo de base é concebido pelos integrantes do MAB como um espaço capaz de gerar a reflexão crítica por parte da mulher, fazendo com que ela consiga perceber as formas de opressão a que está submetida, como ilustra a figura 4.



Figura 4. Função do grupo de base apresentada na cartilha.
 Fonte: Cartilha MAB, 2011.

Percebe-se nesta figura a presença de uma mulher que inicialmente encontra-se com os olhos vendados. Essa barreira que impediria a visão da realidade representaria o medo, as formas de dominação e conformação com a sua situação de subordinação. Nesse sentido, a função do grupo de base seria auxiliar as pessoas a enxergarem a realidade que tantas vezes às excluem e ao mesmo tempo em que se enxerga outra realidade também se visualiza o sonho, o futuro com outra situação. E essas atitudes dependem da ação, fundamentada pela força individual assim como pelo coletivo organizado. Portanto, conhecer a realidade é o impulso para a ação, que por sua vez, pode favorecer a resolução dos problemas vivenciados pelas populações atingidas.

Nossa intenção em apresentar a realidade da construção dos espaços de participação dos homens e mulheres a partir da análise desses materiais que são veiculados por todo o Brasil, dos encontros nacionais que fortalecem a organização e pontuam as ações futuras do movimento e a sua história de criação como movimento de luta pela permanência na terra, foi de percorrer as escalas da organização em âmbito nacional até chegar à local, lugares que as mulheres e homens vêm transitando ao longo do tempo.

Nesse trajeto, o lugar que os homens vêm ocupando principalmente nas bases do movimento acaba reproduzindo as condições ligadas às representações de gênero criadas historicamente, como já mencionado. A participação masculina em espaços ‘fora’ das comunidades é dependente da manutenção de alguém na esfera privada, primordialmente, as mulheres, suas esposas que são, do mesmo modo que os homens, atingidas. E mesmo quando é oferecida à mulher a oportunidade de ampliar seu espaço para além da família, indo participar do mundo público como cidadã, sua presença nesses espaços em alguns momentos

se choca com modelos que a fixam nos espaços de trabalho do âmbito privado: nas cozinhas das reuniões, cuidando das crianças nas cirandas, etc.

O exemplo disso, ainda é recorrente dentro dos movimentos sociais que os aspectos da cultura que estabelece lugares e atribuições para homens e mulheres acabam se restringido os sujeitos a esses papéis, como nos momentos dos acampamentos. Nesses lugares, enquanto as tarefas da limpeza, do preparo da comida, do cuidado com as crianças são atribuídas às mulheres, os homens assumem tarefas mais públicas como vigilância, negociações, participação das plenárias, organização, etc. Porém, não podemos deixar de apontar a tentativa de mudar essas atribuições principalmente nos eventos, por meio do oferecimento de ciranda para as crianças ficarem durante os encontros, quando possível realizam a compra da comida, evitando a tarefa do preparo, etc. E mesmo dentro dos grupos de base já se faz a colocação de que o ideal para compor as lideranças é a presença de um homem, uma mulher e um jovem, mesclando a representatividade em termos de gênero e geração.

Portanto para aprofundarmos a compreensão dos lugares que homens e mulheres ocupam nos espaços do MAB dentro das comunidades e em espaços regionais, empreendemos a seguir, algumas observações realizadas nas localidades aqui estudadas e, especialmente, em espaços do movimento como a assembleia geral dos grupos de base, realizada nas comunidades atingidas e um encontro regional de mulheres, realizado em Betim, como parte dos encaminhamentos planejados pelo movimento durante o Encontro nacional, em abril de 2011.

3.2 A participação dos atingidos (as) por barragem na região da Zona da Mata Mineira

Como pontuamos anteriormente, a presença do MAB em nível nacional contou com sua irradiação para as regiões do Brasil, e em Minas Gerais essa expansão ocorreu primeiramente nas regiões do norte do estado, no vale do Jequitinhonha²³, e gradativamente para outras como a Zona da Mata (ZM) e Leste de Minas. Tendo em vista o cenário de projeção de barragens para essas regiões, se demandou o surgimento e o fortalecimento de comissões que foram se apresentando como uma via de mobilização das comunidades

²³ Ver detalhes Ribeiro, Ricardo Ferreira. Mudando para continuar sendo: A organização de Movimentos de Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha. In: Rothman, Franklin. Vidas Alagadas. UFV, Viçosa, 2008. P. 85 a 120.

ribeirinhas que seriam afetadas por dezenas de empreendimentos hidrelétricos projetados para as distintas regiões e suas localidades.

Especificamente na região da ZM, o processo de surgimento da organização nas comunidades atingidas em torno da proposta do MAB se deu em meados da década de 90. A organização do MAB Alto rio Doce contou com o apoio de assessores da CPT, de um projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV), da Associação de Pescadores e Amigos do Rio Piranga (ASPARPI) e setores progressistas da igreja católica da Arquidiocese de Mariana. No ano de 2000, a organização do MAB ganhou impulso com a criação de um Conselho de Atingidos, na cidade de Ponte Nova, com intuito de reunir os representantes de cada comunidade atingida por barragem da região, e em 2001 fixou sede nessa cidade tornando-se uma secretaria do MAB, na região da Zona da Mata mineira²⁴.

Conforme apresentado nos trabalhos de Rezende (2003) e Santos (2002) nas localidades atingidas pela PCH Fumaça, a atuação do movimento ocorreu a partir do ano de 2001, com a ação de ocupação do canteiro de obras da barragem, no dia 29 de outubro do mesmo ano. O intuito desta ação foi denunciar as pendências de negociação que ainda se arrastavam, como o não reconhecimento da população de trabalhadores meeiros, diaristas, extrativistas durante as negociações da associação AMABAF e a empresa Novelis²⁵ (antiga Alcan).

A seguir a fala de um entrevistado atingido pela PCH Fumaça, ilustra a partir de sua experiência pessoal, ainda quando bem jovem de como foi estar naquele momento participando de uma ação organizada pelo MAB e seus aliados,

Eu fiz parte da ação que o povo organizou em 2001, assim ninguém sabia direito o que ia acontecer com a gente naquela situação, sabia que agente estava sendo lesado. Ficamos lá no canteiro de obras da barragem. Soltaram notas na imprensa falando que iam fechar as comportas e que a água ia inundar tudo mesmo com a gente lá dentro, mas isso não aconteceu. Nesse dia tinha gente de todo lado, mas o povo de Emboque tava em peso, era garimpeiro, diarista, meeiro. (...) Tinha muito homem, mas a maioria era mulher, também tinha que ter gente pra cozinhar, pra fazer de tudo, elas ficaram mais com essas tarefas e os homens mais na guarda. Essa ocupação foi por conta que a empresa não estava reconhecendo muita gente que era atingido, eu até assinei documento que confirmava que o pessoal que era

²⁴ Ver detalhes da criação e consolidação do movimento organizado em Rezende (2003); Zhouri e Rothman (2008).

²⁵ Novelis LTDA faz parte de uma corporação de empresas espalhadas em todo mundo e é líder mundial na produção de alumínio. Em Minas Gerais, a Novelis está instalada em Ouro Preto, local onde possui uma indústria de transformação do alumínio em laminados em geral, produtos que exporta para todo o mundo.

meeiro, diarista tinha relação de trabalho com meu pai (...) (Entrevistado n. 07, não envolvido, 2011).

A organização de grupos de base nas localidades ocorreu logo após a ocupação, mas antes disso, é importante mencionar que as primeiras movimentações para organizar a resistência se deu a partir de 1998, momento em que os grupos locais contaram com forte apoio da igreja devido à existência da experiência de organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). De acordo com o depoimento de uma das primeiras lideranças podemos, observar como a chegada do movimento nas comunidades ocorreu via a influência da igreja:

Então aqui quem puxou o povo pra organizar foi o Padre João Batista, ele me chama pra organizar, veja bem um grupo religioso, ele chamou as pessoas que sempre estavam dentro da igreja e eu nem era religioso, com toda essa mobilização vinda da igreja até eu comecei a participar da igreja, o grupo que iniciou na organização foi a Zuleide, Maria Joana, Pedrinho e Jucelina, eram todos ministro da eucaristia, essas coisas. [...] Então fizeram o convite (secretaria) pra gente participar do movimento, mas ninguém quis entrar como líder aqui na comunidade. Eu me envolvi, resolvi entrar no movimento eu arrumei uma camisa e comecei a militância, fui pra congresso em Curitiba, Brasília, romaria, tudo... (Entrevistado n. 49, envolvido com o MAB, 2011).

Como demonstrou o trabalho de Santos (2002), a participação feminina nas ações do movimento esteve intimamente ligada ao fato de que essas mulheres participavam de alguma atividade religiosa na comunidade, o que facilitou sua inserção nas reuniões dos grupos locais, nas viagens, romarias e caminhadas. Pode-se também fazer referência ao caso vivenciado pela esposa do entrevistado 49. Como o marido atuava no movimento ela não participava devido às tarefas da casa, cuidado com filhos pequenos e do trabalho da roça.

No entanto, a eminência da perda das propriedades, dos postos de trabalho, das relações de vivência com o lugar, dos modos de vida, das relações familiares levaram mulheres como a do entrevistado 49 a se envolverem nos espaços de organização local dos grupos de base, em marchas, protestos e concomitantemente nas negociações com a empresa via AMABAF. Mesmo que essa participação tenha percorrido o caminho aberto pela presença feminina na igreja e nas pastorais, esta serviu para que as mulheres extravasassem os limites estritos da família e ampliassem seu espaço para além do âmbito familiar, alcançando espaços de decisão onde apenas os homens tinham maior acesso (SANTOS, 2002).

De acordo com a autora, embora tenham ocorrido avanços nas reivindicações durante a negociação, como o direito ao reassentamento coletivo para meeiros, moradores de área de

risco, assim como a inserção das mulheres nas organizações comunitárias dos atingidos por barragens, a empresa manteve o posicionamento de negligenciar o reconhecimento do trabalho das mulheres e dos homens nas propriedades. Esse fato se confirmou durante nossa pesquisa quando um ex integrante do MAB relatou a continuidade do processo de organização da população após o ano de 2001. De acordo com o relato,

Depois disso eu continuei participando sim, houve uma segunda ocupação em 2002, fomos e ficamos lá menos tempo, mas foi tropa de choque e tudo mais pra tirar a gente de lá. Com essa ocupação o Ministério Público pediu que a gente fosse até Belo Horizonte para sentar com a empresa e tentar negociar alguma coisa. A partir dessa reunião a empresa e a assessoria dada pela CPT e o pessoal da UFV, Leo e Alexandre falaram pra gente indicar uma pessoa pra fazer o meio de campo entre a gente e a empresa, indicaram uma atingida daqui e uma pessoa do COPAM, a Iara Landri, essa ajudou em todas as negociações. Houve então reuniões periódicas entre a gente com a empresa. Mas mesmo com esse diálogo tivemos que partir pra ação, teve duas ocupações da FEAM, antes da audiência pra julgar a Licença de Operação (LO) da barragem, nós ocupamos a FEAM, foram três ônibus daqui. Depois disso, votaram a LO assim mesmo, mas as negociações estavam acontecendo, sei que chegou em 2003 muita gente que não tinha sido reconhecido como os meeiros, diaristas entraram na lista das indenizações, mas aí gente que tava pensando que ia receber 40 mil reais e que na hora mesmo receberam pouco dinheiro, uns chegaram a 240 reais, teve gente que gastou tudo, maior rebuliço que foi na época. Esse povo revoltou demais com as indenizações baixas, ficaram desanimados de continuar junto com a gente na luta (Entrevistado n. 07, não envolvido, 2011).

O pagamento de baixíssimas indenizações às mulheres e seus maridos ou outros membros da família que trabalhavam como meeiras (os), diaristas, empregados em fazendas da região, fora relatado durante as entrevistas realizadas para este estudo, em alguns casos os valores das indenizações pagas às mulheres e aos homens variaram de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais); tendo em vista o tipo de relação com o proprietário, a área plantada, o montante da produção, assim como o tempo de trabalho junto ao proprietário atingido.

Portanto, a organização das mulheres e homens atingidos garantiu em parte a conquista das reivindicações dos trabalhadores no processo de construção da PCH. Pois, como apontado por Rezende (2003), as mobilizações realizadas pela população junto ao MAB primeiramente tinha o intuito de impedir a construção da barragem, por isso não se pensou durante o período da concessão da licença prévia do empreendimento em negociar medidas de

mitigação de impactos sociais após a construção da barragem, principalmente de impactos como a perda de postos de trabalho.

Após a construção e início de funcionamento da barragem, as mobilizações ainda persistiram nas localidades até por volta do ano de 2003. Com o passar do tempo os militantes foram diminuindo e as reuniões do grupo não ocorreram mais, conforme relatado por Rothman *et. al.* (2011). Este processo de desmobilização das lutas já vem sendo apontado e analisado dentro da literatura que trabalha com os movimentos sociais. Essa tendência ao “esfriamento” dos movimentos sociais ocorreria nos períodos marcados pela diminuição ou mesmo ausência de provocações simbólicas e ameaças materiais.

Porém, algumas pessoas ainda continuaram a acompanhar o MAB. As principais lideranças integrantes do MAB relataram uma conquista importante que o movimento ajudou a trazer para os atingidos pela barragem no ano de 2004. Foi a efetivação de um cadastro junto ao Ministério do Desenvolvimento Social que garante até os dias de hoje o auxílio de uma cesta básica para as famílias atingidas. Esse ganho se deu durante a marcha entre Goiânia a Brasília, na qual alguns membros dos atingidos por esta PCH estiveram presentes junto com lideranças do MAB de Minas Gerais. Esse benefício foi visto pelo movimento como uma maneira de incentivar a participação dos atingidos nas atividades realizadas, uma vez que algumas atividades exigem que os militantes se desloquem de suas casas e que estes tenham condições de levar alguma alimentação e, também como uma maneira de o governo oferecer mínima assistência às populações atingidas, que em alguns casos tiveram considerável perda das condições de trabalho e de vida. No entanto, a cesta é distribuída a todos os atingidos pela barragem numa periodicidade de três em três meses.

Não muito diferente da situação ocorrida no início das mobilizações em 2001, quando mulheres e homens se organizaram junto ao MAB e assessores para realizar a ocupação no canteiro de obras. Em 2010 as lideranças que ainda tinham relação com o MAB mobilizaram novamente os atingidos das localidades no município de Diogo de Vasconcelos e do município de Mariana. Na ocasião realizaram uma ação para reavivar a participação dos atingidos que haviam sido indenizados injustamente, ficando sem seus postos de trabalho, além de reivindicar a resolução de pendências que a empresa Novelis ainda não havia resolvido até o momento, como a documentação da terra dos atingidos que receberam a terra no reassentamento.

A ação pensada para o fortalecimento do MAB em toda região, foi a realização de um acampamento, uma nova ocupação. Essa ação foi gestada pelo MAB nacional, que expandiu a estratégia para todas as regiões do Brasil, ganhando força na direção estadual (em Belo Horizonte), e em fevereiro de 2010 optou-se pelo seu caráter permanente (com longa duração). Desse modo, no dia 14 de março de 2010 o acampamento Dom Luciano teve seu início, sendo localizado nas proximidades do Miguel Rodrigues. O depoimento de uma das lideranças envolvida com o MAB indica alguns processos que foram necessários para realização dessa ação e as suas consequências frente ao cenário nacional apresentado no item anterior. Conforme a entrevistada:

Ano passado, com o acampamento “Dom Luciano”, tiramos 4 grupos de base, desde isso ampliamos para 10, teve a questão da auto sustentação dentro do acampamento, fizemos a horta durante o acampamento, tudo pra acostumar o pessoal com essa idéia [...]. A auto sustentação é algo que sempre falamos, sempre o movimento passou isso, mas no acampamento é que fomos entender o que é isso. Mexeu com os companheiros. Aproveitamos as denúncias dos Direitos Humanos e mais o INCRA que ia vir cadastrar nossa gente, então reunimos o povo no acampamento para cadastrar as famílias que precisam de terra. A ideia do acampamento foi nossa, mas a ideia era fazer lá perto da casa de força, tinha que ser na propriedade de alguém, porque a gente já é marcado pela polícia né. Daí fomos em umas duas pessoas pra avaliar o local e não deu certo, vimos que lá não daria ia ficar muito frágil nosso povo. Depois vi que o terreno do meu pai perto da estrada de Miguel seria um bom local e que ele não iria pedir reintegração de posse, aí eu dei essa idéia [...]. No dia 14 de março de 2011 é o dia que marca as atividades do movimento e foi o início do acampamento, decidimos ficar lá, tinha barraca de lona e de alvenaria. O povo ficou lá por 6 meses e foi em 9 de setembro que o povo saiu de lá. Nesse movimento do povo cadastramos 58 famílias para receberem terra pelo INCRA (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

O lugar criado com o acampamento simboliza a vida nas comunidades e possibilitou o esclarecimento para os atingidos e acampados de como seria a proposta de organização do MAB nas comunidades, por meio da reativação do grupo de base. Nesse caso, o acampamento também proporcionou que as mulheres e homens entendessem novos pontos como a auto sustentação do movimento, vinculada à contribuição de R\$ 3,00 (três reais) de cada família, que seria distribuída da seguinte forma: 50% para a produção (hortaliças em estufas nas localidades), 30% para os trabalhos de articulação entre as comunidades e 20% para a secretaria (deslocamento de militantes para outras regiões). Além disso, a reunião das famílias durante o acampamento também serviu para a efetivação do cadastro socioeconômico das

famílias atingidas que ficaram sem trabalho. Essa atividade se demonstrou como um encaminhamento da pauta de negociação com o governo em 2009 e 2010.

De acordo com o material produzido durante a ação “(...) *acampamento é antes de tudo um método de trabalho, um espaço rico que ajuda cada pessoa e família a fazer a transição da vivência individual para a vivência coletiva. Além desse aprendizado, um objetivo importante é a luta pela terra*” (MAB/ZM, 2010, p.5). Apesar de o acampamento ter tido uma organização do tempo que envolvia a distribuição de tarefas, o trabalho coletivo, as reuniões dos grupos de base, as reuniões com os coordenadores de cada grupo, a assembleia geral, dentre outras, procurou-se manter a rotina de vida das pessoas que ali estavam presentes. Desse modo, as famílias tinham as suas barracas/casas, onde dormiam, preparavam diariamente as refeições e passavam o tempo com seus familiares, nos espaços públicos reservados ao movimento. Assim, os espaços privados e públicos não se dissociaram.

Portanto, esta ação favoreceu a reativação da mobilização dos atingidos nas localidades, motivando as pessoas a participarem novamente dos grupos de base (com reuniões mensais), da coordenação dos grupos de base e da assembleia geral (realizada de quatro em quatro meses, no reassentamento coletivo Guaiana). Já que mesmo com a construção do empreendimento ainda assim haviam pendências a serem resolvidas por parte do empreendedor e poder público estadual.

Ao longo do período de trabalho de campo, tivemos a oportunidade de participar da terceira assembleia geral realizada no ano de 2011. A reunião ocorreu no dia 03 de setembro, na casa sede do reassentamento Guaiana. Pouco antes da assembleia, reuniram-se dois militantes da secretaria do MAB/ZM, coordenadores e coordenadoras dos 10 grupos de base formados nos municípios de Diogo de Vasconcelos e Mariana. Apesar da estrutura ideal de composição da coordenação do grupo de base (uma mulher, um homem e um jovem), percebemos que as mulheres tiveram maior participação enquanto coordenação (ao todo havia sete coordenadoras, dentre elas uma jovem) e os coordenadores presentes eram três. O intuito da reunião era colocar em dia as experiências, os problemas que o grupo de base de cada coordenador passou desde a última reunião, que é trimestral. Dentre as mulheres participantes, três se destacaram, articulando os informes e as pautas, enquanto as demais tinham certa dificuldade em expressar os acontecimentos do próprio grupo de base que faziam parte, assim como os homens presentes.

Espaços participativos de reunião local como estes, onde na maior parte das vezes quem participa são as lideranças locais e suas bases são de grande importância, pois são onde os pilares da organização precisam estar mais fortes e com os discursos e ações mais coesos. Uma vez que é no lugar que estão os conflitos, sejam eles relacionados com o empreendedor, devido à própria infraestrutura instalada nas proximidades das comunidades, seja com relação aos conflitos entre vizinhos, com os próprios familiares, com o poder público municipal e etc. Além disso, essas relações de conflito e disputa de poder podem ocorrer sob condições em que as diferenciações de gênero e do espaço social e físico são vivenciadas nos diversos âmbitos da vida em comunidade, das casas e das propriedades, ou seja, por todos do grupo, inclusive com as pessoas que conduzem os grupos de base nas localidades.

Após a realização da referida reunião foram chegando os demais participantes para a assembleia, fizeram-se presentes os membros dos grupos de base²⁶ dos dois municípios: “Tiradentes” (Miguel Rodrigues), “Emboque”, “29 de outubro” (reassentamento Guaiana), “São José”, “Peixoto”, “Dandara”, “Fulgêncio”, “Margarida Alves”. Além desses, o grupo de base da comunidade de Casa Nova/Guaraciaba²⁷ também fizeram parte da assembleia. Ao todo, estiveram presentes aproximadamente 55 pessoas, número inferior com relação a primeira assembleia realizada em janeiro de 2011, que segundo relatos obteve a presença de 300 pessoas.

O espaço mesmo improvisado, tornou-se agradável em baixo das mangueiras próximas à casa sede, as cadeiras foram cedidas pela prefeitura de Diogo de Vasconcelos, conforme a figura 5:

²⁶ A nomeação dos grupos de base tem como referência os nomes de figuras históricas que fizeram parte de diversas lutas ou por pessoas que possuem ou possuíram ligação com o MAB ou por ações que tiveram grande importância durante os processos de luta e resistência. Por exemplo, o grupo de base “29 de outubro”, no reassentamento em Guaiana, essa data simboliza para aqueles que moram nessa localidade e para muitos outros o dia em que ocorreu a ocupação no canteiro de obras da PCH Fumaça, em 2001.

²⁷ Esse grupo participou ativamente da resistência ao projeto da UHE Pilar e de outros, no rio Piranga e ao longo desse processo de defesa que perdura já há 17 anos, as populações atingidas de Casa Nova tiveram grande sinergia com o povo de Fumaça durante protestos e ocupações. E na atualidade continuam prestando apoio mútuo.



Figura 5: Espaço de realização da assembleia geral do MAB, no reassentamento coletivo Guaiana. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

O espaço foi conduzido por um dos militantes da secretaria. Este fez um resgate histórico das lutas, das conquistas e dos desafios futuros para os atingidos das localidades ali presentes e ao longo de sua fala tocou na questão do cadastro socioeconômico de 58 famílias, que foi realizado durante o acampamento Dom Luciano, em 2010. Posteriormente, a coordenadora dos grupos de base tomou a palavra e frisou que a participação de todos nas reuniões mensais dos diferentes grupos é imprescindível, e enfatizou que *“a organização tem conquista quando traz a consciência e a reconstrução da gente, como mulher e homem, possibilitando a melhora das condições de vida das pessoas”*.

Após o espaço de socialização os militantes apresentaram o andamento do projeto para a criação de alevinos no lago da barragem, algo que está sendo projetado pelos próprios atingidos junto da assessoria técnica dos militantes da regional, como uma possibilidade de ampliação da geração de renda para os atingidos, já que os planos de reativação econômica para as áreas afetadas pelo empreendimento não tiveram continuidade após o fim do acompanhamento financeiro da empresa Novelis às atividades das população dos reassentamentos e de outros grupos como o dos artesões. Mediante tais situações tivemos a percepção de que a participação dos grupos presentes na assembleia foi com poucas intervenções, pois na maior parte do tempo a visibilidade foi tomada pela fala da liderança local e dos militantes do MAB.

Em termos de participação, a nosso ver o significado desses distintos posicionamentos entre mulheres e homens dos grupos nos espaços sociais públicos, como o da assembleia, é

reflexo da forma e intensidade de envolvimento que cada um pode vivenciar dentro de um movimento social, pois os indivíduos são distintos, uns assumem mais responsabilidades da organização, vestem a camisa, como se diz, já outros se envolvem mais como apoio nos momentos importantes, outros possuem limitações físicas, enfim. Nesse sentido, o grau de envolvimento, interfere também na capacidade individual e de presença no coletivo para se posicionar frente a situações como, por exemplo, de uma mulher que encontra certas formas de oposição dentro de sua casa por querer sair para “fora” e participar de um encontro em Brasília, ou em Belo Horizonte. Situações como essas acontecem na esfera privada com a maioria das jovens, das mulheres solteiras e casadas e com certeza sucedem no impedimento da qualificação à participação feminina em espaços como estes.

Um exemplo concreto que pudemos perceber durante o período de realização da reunião e da assembleia geral, ilustra bem essas dimensões de poder existentes dentro das localidades e que são pautadas em argumentos tradicionais, mantendo os papéis femininos em tarefas domésticas, mesmo se tratando de espaços do movimento social. Assim, durante a realização da reunião e até o fim da assembleia, outro grupo composto por cinco mulheres envolvidas com o MAB assumiram a tarefa de preparar a refeição que seria servida aos participantes após o término das reuniões, um momento de confraternização entre todos. A tarefa de preparo das refeições foi realizada na casa de uma das lideranças do grupo local, porém, as mulheres que assumiram esse trabalho não puderam participar diretamente do espaço de discussão com os demais membros dos grupos. Além disso, na tarefa da cozinha não houve a participação dos homens, estes nem se dispuseram e nem foram nomeados para trabalhar na tarefa junto delas lá no espaço da casa.

Ao participarmos do espaço da assembleia geral pudemos perceber também, além dos elementos já destacados, a dificuldade que os grupos de base têm em estar mobilizando os jovens das localidades. A ausência dos jovens aponta para um cenário de desmobilização da juventude rural, motivadas em grande parte pelo êxodo para os centros urbanos²⁸.

²⁸ Esse é um ponto crítico que interfere na continuidade das ações locais de resistência do movimento, manter o jovem interessado em defender o território em que vive muitas vezes onde as oportunidades econômicas se dão apenas via produção agrícola, é um desafio que foi apresentado na dissertação de MEDEIROS, J. C. Juventude e modernidade em Casa Nova: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. Tese (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002. p. 72; e no trabalho de ROTHMAN *et. al.* (2011).

Esse espaço demonstrou como são organizadas as bases das comunidades atingidas, quais os lugares ocupados por homens e mulheres e quão grande é o desafio encontrado por esses sujeitos em participar dos espaços de formação do movimento dentro de suas comunidades e colocar as pautas de luta e conquistas cada vez mais próximas da sua realidade. Nos próximos capítulos, especificamente, no quinto, serão contrapostas as situações que mulheres e homens vivenciam na esfera cotidiana.

Quanto ao lugar ocupado pelas mulheres e homens dentro de outros ambientes de atuação política do movimento, destacamos o evento que resultou da pauta encaminhada no encontro nacional das mulheres em abril de 2011, o I Encontro Regional de Mulheres Atingidas por Barragens, que ocorreu em Betim, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2011. Estiveram presentes mulheres e homens das regiões Leste, Norte e Zona da Mata. Apesar do riquíssimo espaço de formação oferecido para as atingidas, a participação das mulheres dos grupos de base dos municípios de Diogo de Vasconcelos e Mariana foi bem reduzida. Apenas seis mulheres dessas localidades estiveram presentes no evento, dentre as quais somente duas eram coordenadoras de grupo de base. A figura 6 ilustra bem a presença dos grupos de mulheres das regionais onde o MAB atua.



Figura 6. Participantes do Encontro das Mulheres durante um espaço de formação. Betim. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

O Encontro das mulheres foi uma etapa constituinte do Encontro Regional do MAB, que aconteceria a partir do dia 13 até 14 de dezembro de 2011, momento em que os homens e as mulheres se encontrariam para discutir os andamentos das ações para o ano de 2012.

Com relação ao primeiro espaço coordenado por Bernadete Monteiro, da Marcha Mundial das Mulheres e da Consulta Popular, as relações de gênero foram abordadas, enfatizando que elas são demarcadas pelo jogo de poder e dominação que fortalece a divisão de papéis na sociedade, a divisão entre o espaço público e privado que conta com o poder do patriarcado para essa manutenção, a divisão sexual do trabalho e a violência física contra as mulheres. Todos que estavam presentes e, especialmente, as mulheres, foram incentivadas a refletirem em grupos sobre questões como: O que as mulheres mais gostam de fazer? O que não gostam? O que o tanque, o fogão e a vassoura já impediram a mulher de fazer?

Durante as discussões, ao ouvirem diferentes pontos de vista e histórias semelhantes em suas vidas, as mulheres notaram que mesmo distante uma das outras, os problemas eram muito parecidos. Tendo em vista, a tentativa de visualizar as desigualdades que sofrem em suas casas, nas comunidades e no próprio movimento, o momento de partilha entre os grupos situou-se como um ponto auto do encontro, no qual, algumas falas foram expressivas sobre a situação que as diferentes mulheres vivenciam no dia a dia,

Nada me impede, nem isso tudo que discutimos, tiro força pra mim quando penso na luta que ainda temos que passar (Liderança, região Zona da Mata, 2011).

Tudo isso pesa na luta, o homem principalmente (Liderança, região Zona da mata, 2011).

Falta esforço de mim, às vezes dependendo de meu marido pra me levar de moto em alguma reunião, e podia eu mesma podendo ir (Militante, região Leste, 2011).

Tem que dividir as tarefas com o marido, não dá mais pra andar no cabresto, porque hoje não tem mais isso (Militante, região Leste, 2011).

Os depoimentos expressam claramente a diversidade de posicionamentos existentes, um frente às situações de oposição vivenciadas em suas casas, outro explicita a motivação para participar, além dos demais depoimentos que confirmam a figura masculina em muitos casos, sendo resguardada pela manutenção de privilégios e hierarquias nas diferentes espacialidades de participação e de vivência.

Por isso a necessidade de reafirmar o que Deere e León (2002) apontaram acerca do empoderamento da mulher, este provoca as relações familiares patriarcais, que levam ao desempoderamento do homem, detentor de posição privilegiada que ele usufrui sob o patriarcado. A mudança nessa tradicional dominação da mulher pelo homem modifica não só as tradições, mas também pode ocasionar conseqüências relacionadas ao padrão familiar,

como separações, oposições, dentre outras. Ou como as autoras apontaram o empoderamento da mulher, favorece as mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares.

A partir das trocas, alguns temas foram surgindo como sugestão para a ocorrência de mudanças, quais sejam: a formação das mulheres para atuar com mais autonomia nas bases; na educação dos filhos e na convivência com os companheiros; na criação de espaços em que as mulheres discutam temáticas de interesse próprio, como a geração de renda, os direitos que possuem como trabalhadoras, etc. Esses elementos, se levados em conta para o trabalho das lideranças com a base, auxiliariam no alcance da legitimidade da participação da mulher nas esferas locais e em outros níveis. Favorecendo assim modificações das relações de poder e aumento da motivação para participar. De acordo com a fala de uma militante do MAB *“as mulheres tem que estar livre para se dedicar ao movimento. Isso indica mudança de comportamento dentro do movimento, dentro de casa e na sociedade”*.

No segundo dia do Encontro o espaço de formação foi conduzido por Ranulfo Peloso, do Centro de Educação Popular, de São José dos Campos - SP, que fez um resgate histórico de como foi construída a submissão das mulheres aos homens por meio das leis, da religião, da educação e do capitalismo. A partir disso elencou alguns pontos de problematização com as seguintes questões: Será que a mulher militante terá que enfrentar três frentes de luta? A do trabalho de casa, o trabalho de fora e o trabalho de militante?

Mediante as discussões ocorridas durante o encontro a liderança do MAB em Mina Gerais colocou alguns dos desafios para a dedicação da mulher no trabalho do movimento e na busca de seus direitos, mas sugeriu que o principal apoio que as mulheres precisarão para assumir suas tarefas e desnaturalizar as situações de opressão está no tripé: formação, organização e luta. Porém, ao se falar das desigualdades de gênero no movimento e nas comunidades é preciso englobar a formação dos homens nessa temática, já que poder existe na relação social entre homens e mulheres, incentivando assim, a desconstrução desses valores culturais.

Embora essas discussões sobre as diferenças de gênero ainda tenham um longo caminho, com muitas idas e vindas, esses espaços são avanços na proposta de atuação do MAB, pois desde o surgimento do movimento e ainda na atualidade, as reivindicações priorizadas para os atingidos referem-se quase sempre suas às famílias, o que muitas vezes implica em não tocar em relações de poder existentes dentro dessa instituição. A

desnaturalização dos papéis desempenhados por homens e mulheres em suas casas, em suas propriedades, na comunidade e no movimento vem sendo problematizada entre os envolvidos com o MAB, pelo menos nesses espaços estaduais e nacionais. Contudo, deve-se atentar para o fato de que o debate que ocorre em encontros desse tipo fica, em um primeiro momento, muito restrito às lideranças que coordenam os grupos de base, e que geralmente estão presentes em outros espaços de debate e de formação.

Apresentaremos no capítulo seguinte algumas evidências sobre a relação cotidiana das mulheres e homens com o lugar em que vivem, tradições construídas ao longo de gerações e que na atualidade vão sendo nutridas ou por valores de afeição ou de rejeição ao lugar.

CAPÍTULO 4. MIGUEL RODRIGUES, EMBOQUE E GUAIANA: AS EXPRESSÕES DO LUGAR E AS DISTINTAS VIVÊNCIAS

Neste capítulo destacamos inicialmente algumas características das comunidades atingidas pela PCH Fumaça para posteriormente apresentar quem são os sujeitos que compõem a pesquisa com o intuito de identificá-los e relacioná-los ao espaço cotidiano das localidades em que vivem. Trazemos as conceitualizações sobre o lugar com a finalidade de compreender oscilações que dão sentido ao lugar, o que é mais valorizado por quem vive ali, quais os sentidos de valor que são apresentados. A partir desses elementos que iremos entender o porquê homens e mulheres entraram no MAB e demonstram o intuito de defesa do lugar, de permanência de relações construídas ao longo do tempo.

Além disso, levamos em conta que a produção do espaço vivido estrutura-se por meio de relações de poder decisivas, sendo o gênero uma delas. Assim, o lugar concentra relações de gênero e relações de poder socialmente construídas, o que infere lugares “masculinos” e “femininos” dentro dos espaços de socialização comunitária, apropriados e produzidos por cada gênero. Ao abordarmos a situação diferenciada com relação ao gênero expressa nos lugares, tocamos em questões que revelam os posicionamentos do homem e da mulher nos espaço público e o privado, ou seja, nos espaços de socialização dos grupos.

4.1 A Caracterização do município e das localidades

Diogo de Vasconcelos é um município que foi habitado inicialmente por descendentes de paulistas, vindos de Mariana, que chegaram ao local em busca de terras férteis e de reservas de ouro, assim, surgiram os primeiros sítios e fazendas que foram relevantes na produção de alimentos na região. O povoado, foi fundado pelo Pe. Domingos Pinto Coelho da Rocha e foi elevado à freguesia em 1881, sendo denominado São Domingos, devido a construção da capela de São Domingos de Gusmão. Em 1923, data em que ainda era distrito de Mariana o povoado teve sua denominação modificada para Vila de Vasconcelos, sendo que

em 1928 recebeu o atual nome de Diogo de Vasconcelos em homenagem ao historiador Diogo Luiz Pereira de Vasconcelos. Obteve a emancipação em 1962, elevando-se a município (IBGE, 2012).

A área da unidade territorial do município é de 165,091 Km² e a densidade demográfica é de 23,31 (hab/Km²). O município encontra-se entre área de limite da mesorregião da Zona da Mata e da metropolitana de Belo Horizonte, mas faz parte da microrregião de Ouro Preto. Tem como municípios limítrofes Mariana, Piranga, Guaraciaba e Acaiaca. O censo demográfico 2010 contabilizou uma população de 3.848 habitantes no município. A população estratificada do município é de 1.930 homens e 1.918 mulheres. Do total de habitantes 1.099 residem no meio urbano e 2.749 no meio rural (IBGE, 2010). Com relação às atividades econômicas existentes em Diogo de Vasconcelos, os valores apresentados no Quadro 3 indicam que o PIB do município que possui um valor mais expressivo na movimentação da economia municipal é o PIB de serviços e o da agropecuária.

PIB Per capita	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços
4.784,15	5.031,00	1.520,00	12.551,00

Quadro 3. Produto Interno Bruto de Diogo de Vasconcelos do ano de 2009. Fonte: IBGE, 2010.

Nas atividades agropecuárias do município de Diogo de Vasconcelos predominam as culturas temporárias, destinadas à subsistência. As principais culturas plantadas são: milho, feijão e arroz. Entre as culturas permanentes destacam-se a banana, laranja e o café. A agricultura, além de apresentar destaque na circulação de recursos financeiros ao município, oferece também oportunidade de empregos temporários, com pouca qualificação.

Quanto às localidades aqui estudadas (conforme figura 7), Miguel Rodrigues fica localizado a 13 km da sede do município de Diogo de Vasconcelos. O povoado é composto por 40 unidades domésticas. Possui duas vias principais que ligam pontos importantes da comunidade como o campo de futebol, as igrejas e o posto de saúde. Na via secundária está localizado o Posto de Saúde, com atendimento médico duas vezes por semana e prestação de serviços básicos por parte de uma auxiliar de enfermagem em tempo integral que presta atendimentos e encaminha os pacientes quando necessário à sede do município. O Programa de Saúde da Família (PSF) abrange alguns povoados mais próximos.

Mapa de localização das áreas estudadas

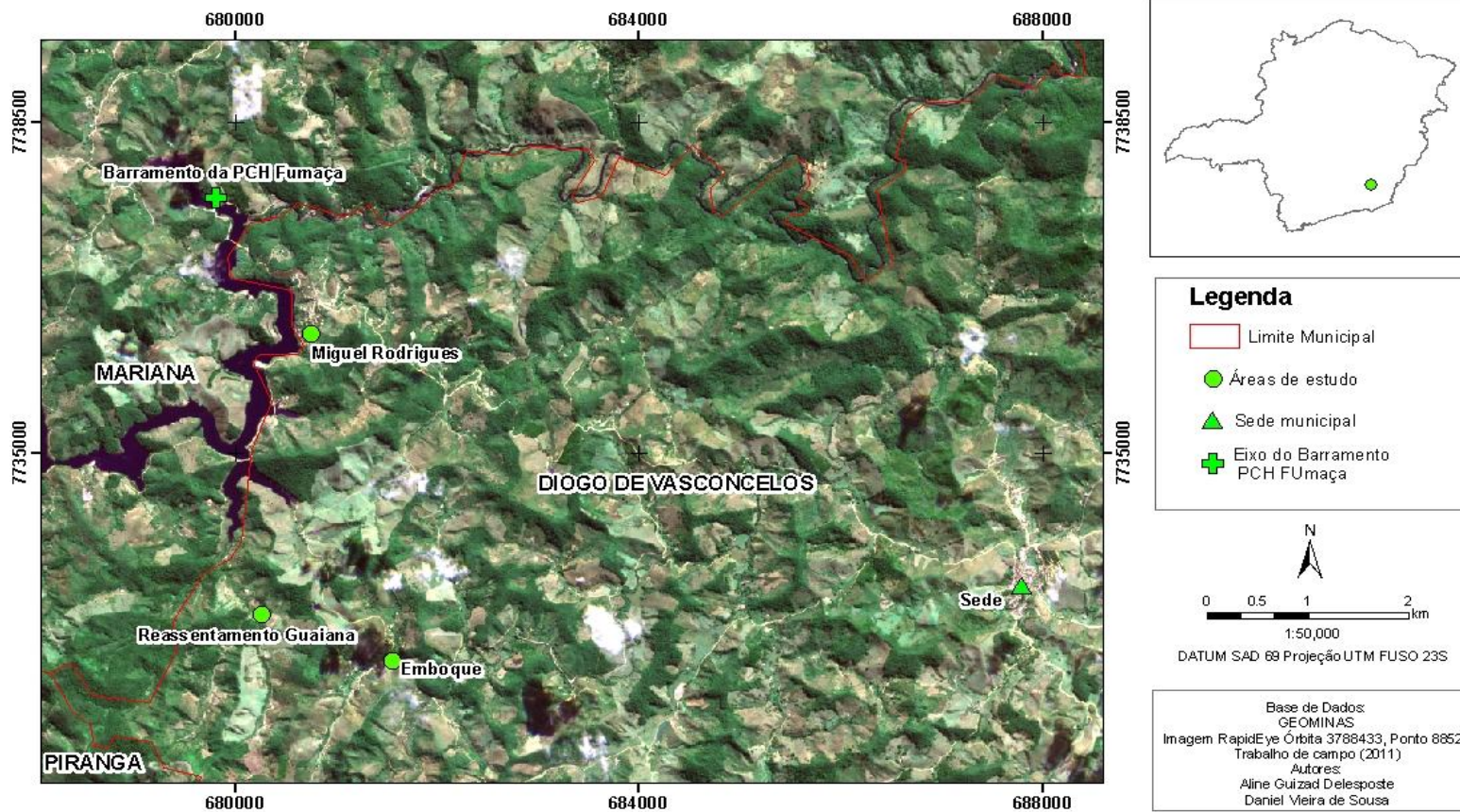


Figura 7: Espacialização das localidades estudadas no município de Diogo de Vasconcelos. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Na via principal está localizada a escola estadual que oferece o ensino fundamental e médio para os estudantes da localidade e do entorno. Também ficam nessa via duas sedes de instituição religiosa, testemunha de Jeová e outra católica, assim como o serviço de telefonia, três estabelecimentos comerciais, sendo que um deles é a *venda* (bar e mercearia com produtos alimentícios) e os outros dois são os *botecos* (que vendem apenas bebidas alcoólicas). Já no fim dessa via fica a Estação de Tratamento de Esgoto ETE, construída pela Novelis e agora de responsabilidade da prefeitura municipal. Somente esta via é toda calçada, a via secundária possui calçamento até o posto de saúde e as demais vias não possuem pavimentação.

As casas são bem próximas uma das outras, devido o tamanho das propriedades e lotes, sendo esta disposição semelhante de um bairro urbano. Boa parte dos informantes mora em loteamentos individuais, sendo que em alguns lotes existem 2 a 3 casas que geralmente são de pessoas que moram perto do pai ou sogro, mantendo-se assim um padrão de localização e de sobrevivência do grupo familiar bem característico do meio rural.

A comunidade se instalou às margens do rio Gualaxo do Sul, afluente do rio Doce. Antes da construção da barragem o leito do rio corria mais ao fundo do vale, o que propiciava aos habitantes a existência de formas alternativas de passagem para outra margem do rio, como as pinguelas. Mas, com a formação do reservatório as áreas mais baixas, as várzeas, desapareceram, sendo que estas eram as áreas mais férteis, áreas da vazante do rio (Figura 8). Assim, com a construção da PCH surgiram algumas dificuldades de locomoção para a outra margem do rio, local onde algumas entrevistadas trabalham diariamente em propriedades.



Figura 8. Vista parcial de Miguel Rodrigues. À esquerda fica a rua principal e à direita está o lago da PCH Fumaça. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

O aumento da distância com a construção da barragem para os moradores atingidos dessa localidade foi um fator que apareceu nas respostas relacionadas ao questionamento

sobre que tipo de mudança a construção da barragem trouxe para sua vida. Nesse sentido, alguns trechos ilustram um dos problemas que diz respeito a violação do direito de ir e vir, apresentado pelo CCDPH (2010), segundo as entrevistadas realizadas em 2011: *“Esse monte de água perto da gente, ficou a mesma coisa, piorou mesmo foi acesso pro lado de lá. O meu pai tem um terreno do outro lado e ficou muito difícil ir trabalhar lá”*; outra fala confirma *“pra mim o lugar aqui não melhorou, e foi isso que falaram, que ia mudar pra melhor, atrapalhou isso sim, o nosso trabalho hoje fica distante, ando mais de 1 hora pra chegar”*.

Esse aspecto não afetou somente a população de Miguel Rodrigues, nas outras localidades que este trabalho abrangeu houve o mesmo tipo de percepção que tal mudança espacial ocasionou na vida das pessoas. A distância para chegar ao trabalho também foi apontada por entrevistadas (os) da localidade do Emboque, tanto entre envolvidos com o MAB como não envolvidos. No reassentamento Guaiana além da distância que dificulta a locomoção outro fator apontado são as condições das estradas, a fala de uma entrevistada não envolvida, em 2011, demonstra que: *“As estradas não melhoraram nada, com a mudança das estradas que eles fizeram por causa da barragem hoje em dia se chover por aqui ninguém passa de carro, só a pé.”* Outro fator elencado foi o trânsito de pessoas desconhecidas, segundo uma entrevistada não envolvida *“com a barragem aqui não teve mais sossego pra passar nas estradas, o pessoal que fica lá pescando, é muito e isso traz estranho pra cá e não é pouco não.”*

Portanto, a mudança na distância geográfica trazida com a construção da barragem para a vida das pessoas é sentida em situações que poderíamos elencar como mais simples, mas essa distância não é apenas uma medida objetiva sentida por essas pessoas, ao contrário, é algo subjetivo, pois infere na qualidade de colocar ao seu alcance as coisas que circundam sua vida. Tuan (1983) refere-se que a distância é experimentada pelas pessoas, mas não apenas como uma quantidade, mas como uma qualidade exprimida pelos termos perto e longe, referências que são criadas no cotidiano das pessoas.

Ao mesmo tempo, observou-se também que na localidade de Miguel Rodrigues a proximidade com o reservatório da barragem fez com que pessoas de outras cidades e região passassem a visitar as adjacências devido à “beleza” criada pelo lago. Uma entrevistada que morava na sede do município de Diogo de Vasconcelos, em 2011, disse que: *“quando eu vim pra cá e ainda hoje, eu vejo a barragem como algo que não atrapalhou nada, pelo contrário que deixou o lugar mais bonito com o lago grande”*. Mediante esse aspecto, principalmente

em Miguel Rodrigues, houve o aumento de construções de casas de pessoas que são de fora, o que favoreceu a elevação do valor pago ao m² de lote e ao hectare de terra. Ao entrevistarmos uma mulher que se mudou de Mariana para a localidade, esta salientou que um dos fatores que a levou a adquirir uma casa foi a localização do lago, por proporcionar tranquilidade e bem estar como uma pescaria.

No que se refere ao serviço de transporte público, este é oferecido por uma empresa de transporte do município de Mariana. Normalmente nos dias em que a estrada encontra-se seca, o ônibus faz o trajeto em dois horários entre a linha Mariana até o ponto denominado “tanque” (onde tem uma fazenda com área grande para manobrar o ônibus) esse local fica a aproximadamente 2 km da comunidade do Emboque. Os moradores dessa localidade e do reassentamento Guaiana precisam caminhar uma distância considerável para ter acesso ao serviço. A situação fica um pouco pior nos períodos chuvosos devido às condições das estradas, nessa época o ônibus chega somente até Miguel Rodrigues e às vezes nem mesmo nessa localidade, tendo que aguardar os passageiros cerca de 1 km, próximo da “ponte” que vai para Mariana. Não há oferta de nenhuma linha de transporte para a sede do município de Diogo de Vasconcelos.

Por fim, é relevante mencionar que foi na localidade de Miguel Rodrigues que surgiu a primeira associação que representou a população atingida durante a construção da PCH Fumaça. De acordo com D’Ávila e Barrero (2004) a AMABAF foi criada no ano de 1997. A associação era reconhecida pelos órgãos ambientais e se tornou legítima representante dos atingidos e principal meio de comunicação entre estes e a ALCAN (atual Novelis), com apoio de entidades como a CPT-MG, MAB ARD e assessoria do NACAB.

Quanto à comunidade de Emboque esta se encontra a uma distância de 4 Km de Miguel Rodrigues e de 17 Km da sede do município. A comunidade possui 52 unidades domésticas. A estrada principal que corta a comunidade possui ramificações que levam a grupos de casas mais distantes do ponto central do Emboque. É nesta área central que se localiza a escola municipal que oferece durante o dia o pré até o 9º ano do ensino fundamental e a noite uma turma de Ensino de Jovens e Adultos – EJA, a igreja católica, o tanque de leite de uma cooperativa de produtores leiteiros, o posto do PSF e um bar. Existem ainda outros dois *botecos* que ficam mais próximo ao campo de futebol da comunidade.

De acordo com alguns relatos a religião evangélica vem ganhando seguidores na comunidade, embora ainda não possua uma sede para realização dos cultos. Por enquanto os

cultos semanais são realizados nas casas dos seguidores, mas em breve será iniciada a construção. Esse processo de mudança de religião de vem causando certo desconforto em algumas pessoas que são da religião católica. Esse ponto será destacado mais abaixo quando tratarmos da satisfação que os entrevistados têm com o lugar que vive.

Assim como em Miguel Rodrigues, o PSF da localidade possui atendimento médico duas vezes na semana e uma enfermeira que presta serviços de pronto atendimento em três dias da semana. Em caso de maior gravidade e urgência de atendimento os pacientes são transportados pelo carro da prefeitura de Diogo de Vasconcelos até a sede. Além dos doentes, os carros da prefeitura acabam fazendo o transporte de outras pessoas da localidade para a sede do município diariamente. As pessoas chegam por volta das 05:00h da manhã na área central do Emboque para garantir vaga no carro que chega às 07:00h.

A disposição das casas na área central da comunidade é bem aproximada uma das outras, já aquelas que ficam mais nas extremidades são um pouco mais isoladas. Geralmente, esse arranjo das moradias foi influenciado pela densa rede de parentesco que existe na localidade, na qual englobam numa mesma porção do loteamento ou da pequena propriedade a casa dos pais e ao redor a casa dos filhos que se casaram, como pode ser observado nas figuras 9 e 10. Tal característica é semelhante na localidade de Miguel Rodrigues conforme acima mencionado, porém aqui, os espaços são maiores e contém na maioria dos casos uma pequena área para o plantio de alimentos.



Figuras 9 e 10: Disposição das casas dos moradores do Emboque. As setas indicam os aglomerados de casas próximas de acordo com o vínculo familiar. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

Com relação ao grau de parentesco entre os moradores do Emboque, cerca de três clãs de famílias se destacam no lugar. Esses vínculos familiares influenciam no sistema de uso e

posse da terra na comunidade, sendo a herança um dos principais meios de acesso. No entanto, na localidade o processo de sucessão não obedece aos padrões jurídicos de partilha da terra, uma vez que, a partilha entre todos implicaria na redução do tamanho da terra de maneira que se tornaria impossível produzir o mínimo de produtos alimentícios. Desse modo, ocorre um reconhecimento do direito de uso da terra por parte dos descendentes.

Tal situação assemelha-se com o caso das propriedades familiares no Médio Jequitinhonha, conforme apresentado no estudo de Teixeira (2011) que relatou que os descendentes de um ancestral reconhecido como legítimo dono da terra acabam se agrupando no que denominam de “bolo”. Assim, a partir de um acordo entre os herdeiros organizam-se no interior do “bolo” as formas de trabalho e de uso para a manutenção de um grupo.

Uma entrevistada da localidade, em 2011, descreve também uma situação semelhante ao “bolo”: *“a terra daqui é de mutirão, é a terra que é da família. Igual é de minha mãe e tem mais dois irmãos meus que planta aqui. Agente costuma variar, primeiro, um planta e colhe, depois o outro e o outro, mais tem vez que nós três plantamos juntos, dá certo”*. Nesse caso, podemos entender que a terra é vista não só como meio de produção, mas confunde-se como meio de trabalho e de troca recíproca que envolve outros membros da família de acordo com a negociação feita entre estes. Aqui retratamos ao sistema de “mutirão”, uma forma de cooperação mútua entre familiares, mas que também isso pode ser entre vizinhos.

A experiência cotidiana de trabalho, de sobrevivência e de ajuda entre os parentes, os vizinhos próximos que ocorre no dia a dia do lugar puderam ser apreendida durante algumas entrevistas, em 2011: *“(...) eu trabalho na roça hoje quando pego um serviço mais leve pra quem tá doente e não tem como fazer o serviço, aí eu ajudo como posso”* ou *“(...) quando alguém me chama pra fazer um serviço na roça eu vou, minha mãe mesmo, eu ajudo ela e pego um pouco da colheita, eu acabo ajudando ela assim, é uma troca né.”* A proximidade entre os parentes e vizinhos, configura um espaço de reciprocidade entre os grupos domésticos. Nesse sentido, Antônio Cândido (1971) defende que a formação do lugar para a população que nele vive *“depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre famílias e as pessoas”* onde a *“convivência entre eles decorre da proximidade física e a necessidade de cooperação”* (CÂNDIDO, 1971, p. 64-65).

A comunidade de Emboque não possui nenhum rio caudaloso que passa nas proximidades da localidade, existe apenas uma área de brejo que em alguns pontos se torna um pequeno rio. Diferente de Miguel Rodrigues, Emboque não é considerada diretamente

atingida pelo reservatório, mas indiretamente²⁹, sendo que um dos principais impactos que a barragem deixou para a localidade foi dificuldade de acesso, de oferta de trabalho e de terra para meação³⁰. A população local por não possuir grandes porções de terra que favoreçam uma colheita de alimentos que sustente toda família, utiliza a estratégia de meação com os proprietários de maiores porções de terra. Isto é algo comum nas localidades há décadas. No entanto, o alagamento de áreas de várzea, nas proximidades do rio Gualaxo do Sul, onde geralmente realizavam a produção a meia com os proprietários, fez com que os meeiros e diaristas ficassem sem as áreas que antes costumavam plantar e trabalhar. Ou seja, não são proprietários, mas são atingidos pelo empreendimento, mesmo que indiretamente.

Alguns destes também perderam a área de plantio quando a “Fazenda Guaiana” uma propriedade de 349, 42 ha (trezentos e quarenta e nove hectares e quarenta e dois ares), foi adquirida pela empresa Novelis via desapropriação, com intuito de reassentar as 16 famílias de trabalhadores atingidos pela construção da PCH Fumaça. Ao mesmo tempo em que essas famílias que eram meeiras e optaram por indenizações por terra, conseguindo o direito de uma boa negociação; as dezenas de famílias do Emboque e de outras localidades que também tinham relação com a terra não obtiveram o mesmo respaldo em suas negociações, apesar destas famílias terem acompanhado as ações de ocupação do canteiro de obras e terem participado de atos de protesto contra o não reconhecimento de trabalhadores por parte da Novelis. Mais a frente se discutirá sobre essa diferença nos direitos e nos valores da indenização entre os trabalhadores.

Quanto ao reassentamento da antiga Fazenda Guaiana este se encontra a uma distância de 4 Km de Miguel Rodrigues e 15 Km da sede municipal. As famílias que foram reassentadas eram moradoras de diferentes localidades como: Macuco, Miguel Rodrigues e Baia; as que eram de Miguel Rodrigues foram atingidas pela área de preservação da barragem, área de servidão e algumas que ficaram em áreas de risco e as famílias das demais

²⁹ A concepção oficial de área diretamente atingida, ainda utilizada pelas empresas do Setor Elétrico, segue os critérios patrimonialistas e hídricos, ou seja, é a área do território onde somente os proprietários são reconhecidos como atingidos e onde é afetado somente pelo inundamento do reservatório. Porém, o posicionamento crítico dos assessores do MAB e de estudiosos do tema é apresentado por VAINER (2008), que acrescenta outros critérios de atingido direto (inclui meeiros, diaristas, artesão) não apenas proprietários e consideram atingidos aqueles que estão à montante ou à jusante do barramento.

³⁰ Esta forma de parceria se caracteriza pela cessão de uma porção de terra por um proprietário e em alguns casos também das sementes; os (as) trabalhadores (as), por sua vez, realizam todo o trabalho de constituição das roças de produção de alimentos, desde a limpeza e preparo até a colheita. Os riscos são divididos entre os parceiros, assim como os produtos colhidos.

localidades eram meeiras de áreas que foram alagadas pelo reservatório (que pode ser visualizado na figura 7, apresentada anteriormente).

Para fins de negociação e decisão sobre a implantação do reassentamento entre as famílias e o representante da empresa, foi fundada no ano de 2003 a AIRCA, a associação seria uma forma de representação jurídica das famílias, com sede na própria localidade. Conforme o estatuto da associação o objetivo principal desta se relaciona à melhoria das condições de vida de seus sócios; compra coletiva e individual de insumos; aumento e comercialização da produção (D'ÁVILA e BARRERO, 2004).

Como consta no Plano de Desenvolvimento do Reassentamento (PDR) elaborado por D'Ávila e Barrero (2004), a área total da fazenda foi dividida da seguinte forma: 17 glebas e meia com área média de 13 hectares, 135 hectares de área de reserva legal, 88 hectares de Área de Preservação Permanente (APP), área coletiva com aproximadamente 3 hectares, que inclui uma casa sede, um curral, um paiol (figuras 11 e 12). As famílias dividiram as glebas de acordo com o número de pessoas de cada família e por sorteio as famílias fizeram a escolha de seus lotes. Apesar de a maioria dos lotes terem uma média de 13 ha, houve em alguns casos a diferenciação entre as áreas consideradas privilegiadas (com nascentes, áreas mais planas, sem brejo) que foram menores, e áreas com restrições, que receberam parcelas maiores. Assim, cada lote possui benfeitorias como a casa (tamanho varia de acordo com o número de pessoas da família) e um paiol.



Figuras 11 e 12. Benfeitorias da área coletiva do reassentamento, à esquerda a casa sede que hoje se encontra fechada. Curral que é pouco utilizado pelas famílias. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

No PDR consta que alguns dos planos que as famílias tinham para a área coletiva, especialmente para a casa sede, eram transformá-la num espaço social com estruturas para

saúde, educação e religião. No entanto, devido às dificuldades e diferenças internas que ocorreram ao longo dos anos, hoje a casa sede fica maior tempo fechada, somente uma área que fica por detrás da casa é utilizada para a realização das reuniões da AIRCA e também do grupo de base e das assembléias gerais do MAB, conforme explicitadas no capítulo anterior. O reassentamento conta ainda com duas estradas que ligam os lotes das famílias.

Quanto às organizações sociais, a ação coletiva do MAB encontra-se presente nas três comunidades aqui estudadas. O movimento possui militantes que participam mensalmente das reuniões dos grupos de base em suas localidades, de acordo com a organização do grupo de base, os coordenadores são pessoas que moram na própria comunidade e que são responsáveis por organizar e realizar as reuniões mensais junto com os demais membros que participam do grupo.

Porém, é necessário destacar que nem todas as famílias do reassentamento estão envolvidas com o MAB. Identificamos no PDR que já desde 2004 a atuação do movimento junto das famílias não alcançava total adesão. De acordo com d'Ávila e Barrero (2004), durante uma etapa de identificação da atuação de instituições junto às famílias do reassentamento, segundo a opinião das famílias *“o MAB só está atuando 80% porque a própria comunidade não é participante. [...] Como não há união e envolvimento da própria comunidade, a atuação é 80%”* (D'ÁVILA e BARRERO, 2004, p.31). Nesse sentido, em 2011 o número em porcentagem de famílias envolvidas com o MAB dentro do reassentamento caiu para 50% de atuação. As demais que não estão envolvidas fazem parte apenas da AIRCA.

4.1.1 Aspectos gerais dos serviços públicos oferecidos

Com intuito de verificar a satisfação da população com os serviços públicos existentes nas localidades, buscamos apreender a percepção junto aos entrevistados envolvidos com o MAB e não envolvidos sobre: atendimento médico, transporte público, equipamentos coletivos (telefonia pública), manutenção das estradas, além da segurança pública e local para esporte e lazer. Questionamos aos dois grupos como estavam os serviços nas localidades após a construção da barragem; para isso levamos em conta as seguintes escalas de avaliação: não

tem, ruim, regular e bom. No gráfico 1 são apresentados os valores encontrados na avaliação dos envolvidos com o MAB.

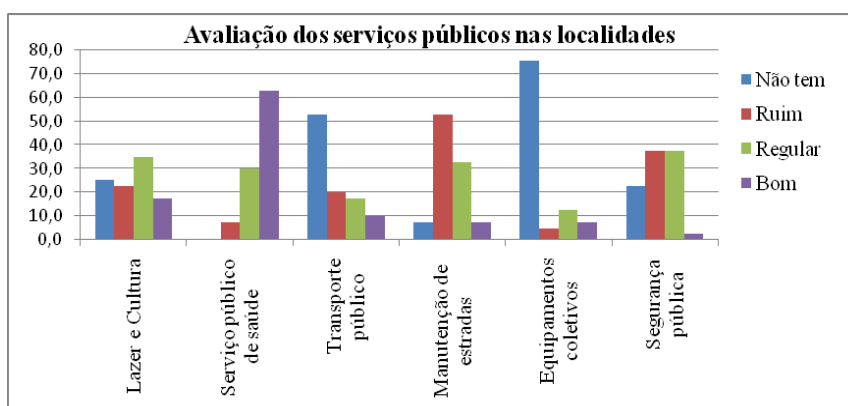


Gráfico 1: Avaliação das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB sobre os serviços públicos após a construção da barragem. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Não foram acrescidos no gráfico 1 os serviços de coleta de lixo e de esgotamento sanitário. A razão foi a não existência desses serviços, conforme apontaram os grupos de entrevistadas (os). O destino dado ao lixo nas localidades é a queima. Todas (os) as (os) entrevistadas (os) disseram resolver o problema da ausência de coleta com a queima do lixo em seus quintais, e os resíduos como vidro, latas são armazenados e quando possível levam com carro até Diogo de Vasconcelos. Já o esgotamento sanitário é destinado na maioria dos casos para fossas sépticas, mas houve relatos de que o esgoto é jogado diretamente no rio. No reassentamento Guaiana todas as casas que foram construídas tiveram seu sistema de esgotamento direcionado para as fossas sépticas.

A localidade de Miguel Rodrigues possui situação um pouco mais complicada por estar próxima do reservatório, apesar da Novelis ter construído a ETE para evitar a contaminação da água do reservatório (esse controle faz parte das exigências do licenciamento para a construção de barragens). Segundo relatos dos moradores a estação funcionou no máximo 4 meses após sua inauguração. Atualmente a ETE está sob responsabilidade da prefeitura de Diogo de Vasconcelos e ainda não funciona. De acordo com relatos, o esgoto da comunidade está sendo todo despejado no rio. Esse problema confirma mais um ponto sobre a violação do direito a um ambiente saudável e à saúde, conforme apontado pelo CDDPH (2010).

De acordo com o gráfico 1, para 75% das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB o equipamento coletivo de comunicação (orelhão) não existe nas comunidades de Emboque e Guaiana. A alternativa são os celulares rurais (com antena) ou os móveis (que nos

lugares mais altos captam algum sinal). Como não são todos que possui celular, quando um está precisando usar, este vai à casa do vizinho ou alguém da família que possui. As demais avaliações desse serviço foram da população de Miguel Rodrigues. A localidade possui dois orelhões, sendo que 7,5% avaliaram o serviço como bom e outros 5% avaliaram como ruim. No que se refere ao transporte público 52,5% disseram que não possui, outros 20% declararam que o transporte público é ruim. A manutenção de estradas foi um serviço considerado ruim por 52,5% das (os) entrevistados, principalmente nos períodos chuvosos, sendo que 30% avaliaram como regular, já que nos períodos de secos as estradas ficam razoáveis.

Já a segurança pública cerca de 37,5% avaliaram como ruim e quem considerou o serviço regular também chegou a 37,5%. As (Os) entrevistadas (os) alegaram que o policiamento nas comunidades é feito somente por uma ronda aos finais de semana. Com a construção da barragem, a atuação da polícia ambiental se tornou mais ativa, mas segundo o relato de uma entrevistada, em 2011, a atuação é *“[...] muito truculenta, se tem trabalhador pescando, toma murinete e multa. Antes do lago encher o peixe era sustento da família.”* Dentre (os) entrevistadas (os) 62,5% consideraram o serviço de saúde pública como bom, 30% alegaram que o serviço é regular, pois deveria ter atendimento médico mais que duas vezes na semana e na localidade do Emboque apontaram que a enfermeira deveria vir mais vezes para atender a população.

No que tange os serviços de lazer e cultura, as repostas variaram, pois os 35% dos que consideram regular disseram que o campo e a quadra de esportes da escola são os principais pontos de diversão, mas se restringem às crianças e aos jovens e homens adultos, as mulheres entrevistadas em 2011, apontaram que não tem opção para lazer e atividades culturais, *“só tem local de lazer pra homem”*, sendo esse um dos motivos para 25% das (os) entrevistadas (os) apontarem o serviço não é oferecido.

Já entre as (os) entrevistadas (os) não envolvidos o gráfico 2 aponta a situação da avaliação dos serviços públicos, que por sinal é bem equiparada com a avaliação realizada pelos envolvidos com o MAB.

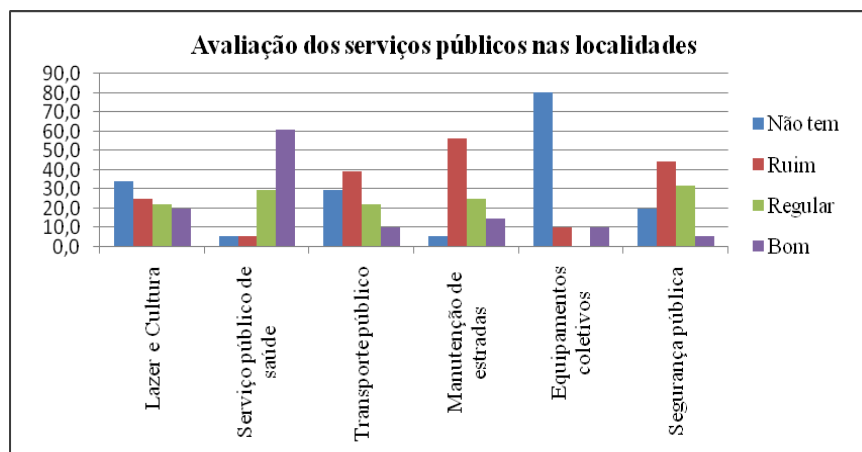


Gráfico 2: Avaliação das (os) entrevistadas (os) não envolvidos sobre os serviços públicos, após a construção da barragem. Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Conforme ilustrado no gráfico 2, no que confere os equipamentos coletivos (orelhão, lixeiras) cerca de 80% disseram não haver nas localidades, sendo que as avaliações sobre bom e ruim, chegaram a 10%. A alternativa dos celulares também se apresentou como garantia da comunicação das (os) entrevistadas (os) não envolvidos. Das respostas sobre a o transporte público, a avaliação dos não envolvidos se diferencia um pouco do outro grupo, pois 39% responderam que o transporte é ruim, na avaliação destes foi levado em conta à existência de transporte público. Mas este por não chegar às comunidades não foi bem avaliado, 25% disseram não ter esse serviço disponível e apenas 10% afirmaram que o transporte é bom.

A manutenção das estradas também foi avaliada pelos não envolvidos como ruim, principalmente nas épocas de chuvas, dentre estes, a porcentagem das respostas chegou a 56%. Já entre os que consideraram regular a manutenção das estradas, as repostas chegaram a 24,4% e 14,6% consideraram-na como boa. No que confere a segurança pública 43% das (os) entrevistadas (os) disseram ser ruim; também alegaram que o policiamento é feito apenas aos fins de semana e 31,7% disseram ser regular.

Com relação ao serviço de atendimento público de saúde novamente a avaliação das (os) entrevistadas (os) foi positiva, entre aqueles que avaliaram o serviço como bom o valor chegou a 60%, já entre aqueles que consideraram regular 30%. E por fim, sobre os serviços de lazer e cultura 34% disseram que nas localidades não possuem espaços para divertimento e encontro; já 25% consideram ruim os que são oferecidos, sendo estes, o campo de futebol (Emboque e Miguel Rodrigues) e a quadra esportiva (Emboque). Ao todo 20% das (os) entrevistadas (os) disseram achar bom os serviços de infraestrutura de lazer. Segundo alguns relatos da população de Miguel Rodrigues, desde a construção da barragem a empresa

Novelis transferiu recursos para a prefeitura municipal construir uma quadra esportiva, mas até durante a realização desta pesquisa, esta não havia efetuado a obra na localidade.

Mediante os dados a respeito da avaliação dos serviços oferecidos nas comunidades temos um panorama da existência e do acesso da população a esses direitos que auferem na qualidade de vida e bem estar dos indivíduos. São necessidades básicas que devem ser supridas para que as pessoas tenham no mínimo condição de se dedicarem a outras atividades. O caso da manutenção das estradas é um fator que influencia na mobilidade das pessoas, no direito de ir e vir, podendo impedir a população a participar de reuniões em outras cidades, pode dificultar o acesso das crianças e jovens à escola, enfim. Atentamos ao fato de que numa análise acerca do empoderamento de indivíduos esses recursos básicos oferecidos pelo poder público influenciam nas oportunidades de acesso a outros elementos importantes como destacados logo acima. Além disso, a reivindicação da população a esses serviços também faz parte do processo de empoderamento.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é o discurso tantas vezes utilizado por empreendedores e construtores de hidrelétricas de que a construção de uma barragem vai trazer o desenvolvimento para os municípios, para as localidades próximas. Esse tipo de argumentação é fundamentada na avaliação das ausências de serviços e até na depreciação dos tipos de produção existentes nas localidades, nos modos de vida das pessoas que moram nas localidades, dentre outros. A fala de um entrevistado demonstra bem que a situação após a construção e operação da PCH Fumaça não modificou muito do que era principalmente, quando trouxeram a notícia da vinda do empreendimento e seus benefícios para as populações locais, de acordo com a fala:

Olha o que falaram (empresa) que ia acontecer aqui na nossa região foi pouco não, disseram que ia desenvolver, mas quando a gente avalia as coisas mais simples, vejo que a barragem não trouxe desenvolvimento nenhum pra nossa região. As estradas são péssimas, na época de chuva tudo pára se tiver de ir pra Diogo não dá, outras coisas como telefone público não temos, só celular. Lixo fica por aqui, não tem coleta. Os esgotos são jogados tudo no rio. E aí? A gente fica na espera que alguém vai lá resolver isso, a prefeitura não faz e a empresa também não fez nada, aí onde tá o desenvolvimento? Acho que afundou no meio desse aguaceiro todo... (Entrevistado n.09, não envolvido, 2011).

Portanto, após essa caracterização que demonstra algumas peculiaridades acerca dos lugares onde realizamos a pesquisa, trazemos no próximo item as evidências sobre a população de envolvidos no MAB e não envolvidos.

4.2 Caracterização social da população estudada

A população de Miguel Rodrigues, do Emboque e do reassentamento Guaiana era predominantemente rural. Embora tivéssemos como objetivo a análise das possibilidades do empoderamento para a mulher no âmbito público e privado, a partir do seu envolvimento com o MAB, entrevistamos também alguns homens, mantendo o mesmo foco de interesse. No que diz respeito ao estado civil da população entrevistada, o gráfico 3, apresenta o percentual entre aqueles *envolvidos com MAB* e *não envolvidos*.

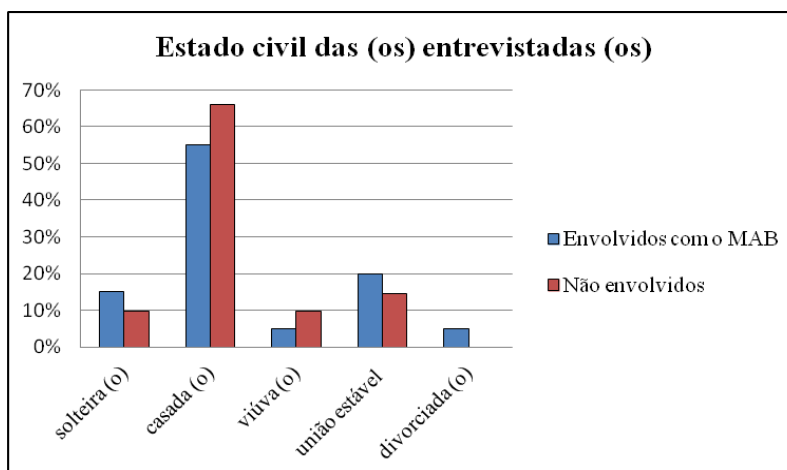


Gráfico 3. Estado civil das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB e não envolvidos. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Tanto entre os *envolvidos com o MAB* quanto entre os *não envolvidos* o percentual mais elevado de entrevistados foi o de casados. O matrimônio revelou-se nas falas das mulheres como um fator que atribuí a elas o trabalho no espaço da casa e, conseqüentemente sua restrição frente às possibilidades de vínculo com o espaço público. Uma vez que a figura do homem em algumas ocasiões esteve referenciada como aquele que detém livre acesso entre o privado e público:

No começo eu sempre ia, fomos em Ouro Preto, BH, mas depois que casei diminui, o marido fala pra não ir e eu não temo. Voltei a participar depois do

acampamento. (Para maior entendimento a referência “no começo” diz respeito principalmente ao período de 2001, quando as mobilizações se intensificaram) (Entrevistada n. 57, envolvida com o MAB, 2011).

Meu marido que gostava de ir, agente sempre ia junto em reunião por perto. Mas, só ele ia para lugar longe e eu cuidava da casa e dos meninos (Entrevistada n.42, envolvida com o MAB, 2011).

Tal situação de impedimento das mulheres casadas em sair para os lugares mais distantes, também se assemelha com a das mulheres que não estão *envolvidas com o MAB*:

Eu não participava por causa dos meninos, tinha que ficar com eles em casa e o marido ia. Eu até tinha vontade de ir, mas alguém tinha que ficar cuidando das coisas em casa [...] (Entrevistada n.39, não envolvida, 2011).

Com base nessas primeiras falas, alguns indícios apontam que a participação dos homens e das mulheres, pelo menos nos primeiros anos de mobilização seguiu as normas que ditam os papéis, os espaços e as obrigações cabíveis a uma esposa e mãe de família e ao pai, o patriarca, dentro da cultura vigente na sociedade brasileira. Esses arranjos favoreceram que a legitimidade da participação feminina se tornasse autorizada em espaços “dentro” das comunidades em que vivem.

Outro indicativo relacionado às responsabilidades atribuídas às mulheres, solteiras e casadas e a sua relação com as possibilidades de impedimento de sua participação, se apresenta a partir do ciclo familiar³¹ (gráfico 4).

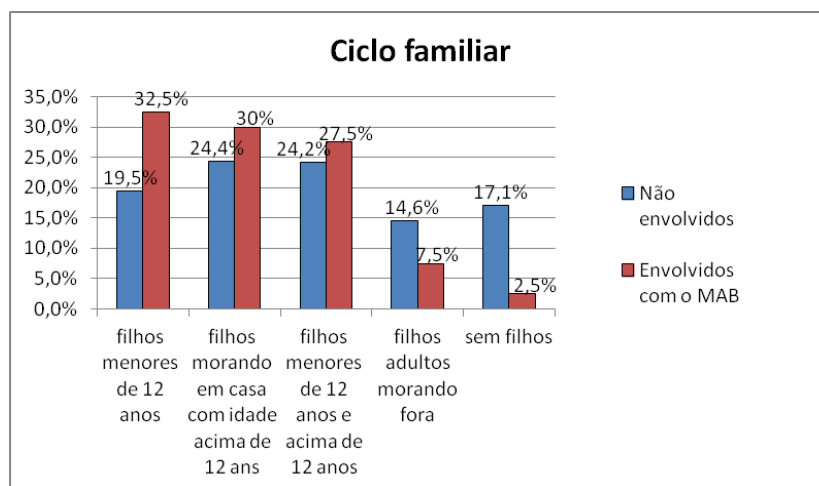


Gráfico 4. Ciclo familiar das (os) entrevistadas (os) envolvidas com o MAB e não envolvidas. Fonte: Dados pesquisa de campo, 2011.

³¹ Baseamos-nos na classificação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que considera criança aqueles com faixa etária menor que 12 anos. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Este fator é considerado importante, pois, conforme nos aponta o gráfico 4, a presença de filhos menores que 12 anos morando em casa, entre os *envolvidos com o MAB* chega a 32,5%. Considerando que os maiores cuidados à criança até essa idade são praticamente dados pelas mulheres, sejam mães, ou irmãs, ou avós. Os dados evidenciam que a existência de restrições à participação da mulher em viagens e encontros em lugares mais distantes podem estar atreladas às obrigações associadas a figura feminina. Assim, face às normas e os valores sociais que atribuem à mulher o cuidado com os filhos, também, encontramos casos de pessoas que, mesmo com criança pequena, não deixaram de acompanhar, de acordo com as falas das entrevistadas,

Já levei eles pra muita reunião, essa de 10 anos quase que nasceu lá no acampamento em 2001, eu tava de barriga grande e fui enfrentar friagem. Mas tem reunião que eles tão na escola e quando tão por aqui fica com minha filha que mora ali em cima (Entrevistada n. 49, envolvida com o MAB, 2011).

Eu não viajo, quando tem que sair eu prefiro não ir, se for coisa que volta no mesmo dia aí até que vai, mas se pra ficar muitos dias nem pensar, eu não gosto de deixar meu filho aqui, ele fica com minha mãe quando eu saio, mas mesmo assim não gosto (Entrevistada n.56, envolvida com o MAB, 2011).

Quanto às reuniões realizadas nas comunidades, afirmou-se não haver problemas, pois os horários destas coincidiam com o horário em que as crianças estavam na escola.

Quando observamos o índice de escolaridade dos *envolvidos com o MAB* e dos *não envolvidos* encontramos uma realidade em que nas camadas mais escolarizadas encontram-se as pessoas que não participam do MAB, como mostra o gráfico 5, a seguir.

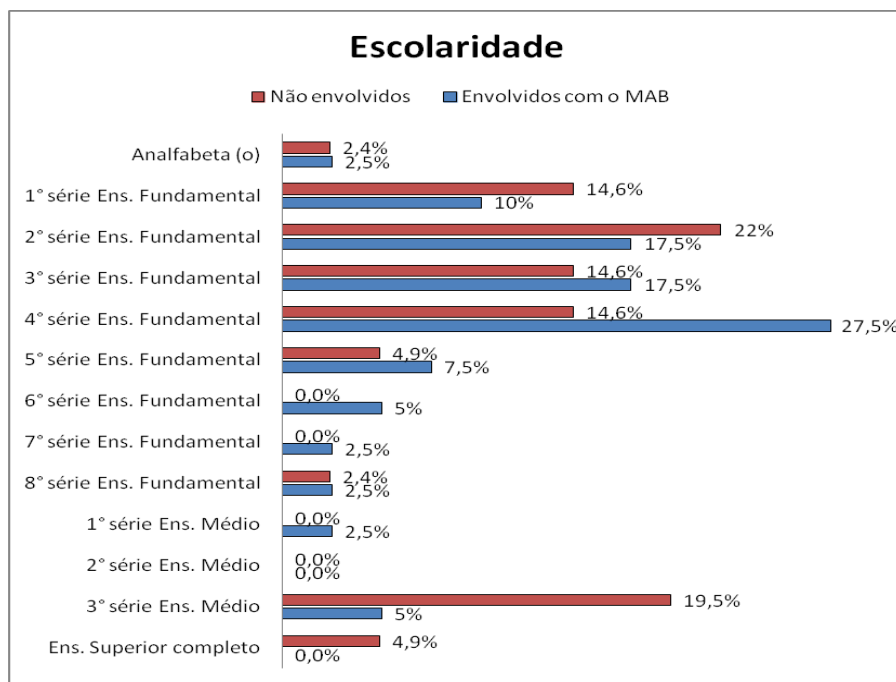


Gráfico 5. Grau de escolaridade das (os) entrevistadas (os). Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

De uma forma geral, tanto os *envolvidos com o MAB* como os *não envolvidos* apresentavam uma baixa escolaridade: 75% dos envolvidos chegaram ao máximo a 4ª série do ensino fundamental, sendo este percentual de 68% para os não envolvidos. Dentre os que tinham o ensino médio completo os não envolvidos chegaram a representar 19,5%, esse valor pode estar relacionado ao maior número de jovens entrevistados com idade entre 18 a 29 anos. As falas que se seguem expressam as razões para a baixa escolaridade entre as entrevistadas *envolvidas com o MAB*:

Tenho o 6º ano só, era muito difícil estudar em Diogo, tinha que ir a pé (Entrevistada n. 54, envolvida com o MAB, 2011).

Sai para trabalhar, por isso não estudei (Entrevistada n. 72, envolvida com o MAB, 2011).

Estudei até a 3ª série, a mãe tirou nós da escola pra trabalhar na roça. (Entrevistada n. 63, envolvidas com o MAB, 2011).

Fiz só até o 2º ano e voltei a estudar agora aqui a noite pra jovens e adultos. O meu pai tirou a gente cedo da escola pra trabalhar na roça. (Entrevistada n. 66, envolvida com o MAB, 2011).

As oportunidades de estudar novamente também apareceram nas entrevistas, mas infelizmente apenas na localidade do Emboque que a escola municipal oferece vagas para o

Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Mas a formação destes é precária, pois só existe um educador para atender a única turma de quase 40 estudantes com diversas dificuldades. Assim aqueles que chegam a completar o ano todo de estudo não tem como dar continuidade no próximo, pois não há educador para acompanhar as turmas mais avançadas. Um caso que nos chamou atenção entre *envolvidos com o MAB* é expresso na fala de uma liderança do grupo de base que nos relatou que, ao se envolver com o movimento, entendeu que precisaria de estudo, conforme a fala da entrevistada:

[...] essa participação me incentivou a estudar, não estudei antes porque meu pai impedia a gente e eu sempre gostei, daí quando tive oportunidade eu voltei a estudar, porque pra participar disso tudo (atividades do movimento) ia ajudar se eu tivesse o estudo (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Dentre *os não envolvidos* com o MAB uma entrevistada relatou dificuldades semelhantes para realizar o sonho de estudar:

Quando eu era nova eu não pude estudar por causa de meu pai que impedia a gente, falava que tinha que trabalhar na roça, ai eu casei [...] tive meus meninos e depois que eles ficaram maiorzinho eu entrei, fui fazer o ensino fundamental, fiz por meio do tele curso 2000, depois que terminei o fundamental fiz força e fui fazer o EJA lá em Diogo e ano passado que eu terminei, fiz junto com minha irmã, nós duas enfrentamos muita dificuldade pra conseguir, mas graças a deus tivemos força, agora tamo tentando o ENEM, pra ver se dá pra conseguir uma nota boa pra depois tentar uma faculdade, pelo menos a distância, mas acho que vai demorar (Entrevistada n.14, não envolvida, 2011).

As falas anteriormente apresentadas demonstram impedimentos relativos a infraestrutura, a ausência do Estado e as questões culturais, sendo indiferente a situação de estar ou não vinculada ao MAB. Consideramos nítido que a defasagem de anos de escolaridade daqueles que participam da luta organizada, em muitos casos podem ser complementadas com os espaços pedagógicos que se criam a partir do grupo de base, de uma marcha, uma formação. Mas a escolaridade se constitui um aliado poderoso frente à luta pelos direitos, de um modo geral e contra as barragens. Uma alternativa proposta pelo MAB tem como o desenvolvimento de espaços educacionais próprios ou com parceiros, para receber jovens e adultos das organizações das comunidades. A fala de entrevistado demonstra esse avanço,

O movimento aprendeu que as dificuldades era que antes só trabalhava com o trabalhador, com pouco aprendizado, hoje já investe no jovem, filho do trabalhador, no estudo; em técnicos que acompanham o movimento trabalhando com os atingidos. Melhorou muito, mas ainda deixa a desejar. O pessoal do movimento incentiva muito que a gente estude, quiseram que eu estudasse, arrumaram bolsa, mas não fui (Entrevistado n. 49, envolvido com o MAB, 2011).

O depoimento exemplifica as ações que o movimento tem empreendido para qualificar e formar os filhos e filhas de ribeirinhos, para atuarem profissionalmente, no futuro em suas comunidades, por isso incentiva-se à formação dos atingidos por meio de parcerias com colégios de formação técnica, que trabalham com a pedagogia da terra, do MST ou com instituições do ensino superior no Brasil e na América Latina.

Quanto aos indicadores relativos à ocupação como forma de trabalho, (gráfico 6) a situação encontrada foi a seguinte:

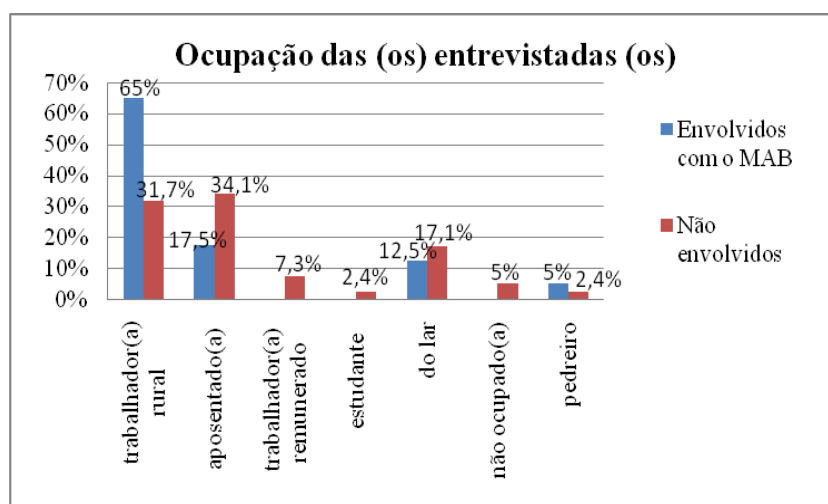


Gráfico 6. Ocupação das (os) entrevistadas (os) envolvidos com o MAB e não envolvidos. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Embora seja perfeitamente lógico e natural esperar que entre *os envolvidos com o MAB* preponderassem a ocupação de “trabalhadoras rurais”. A auto-designação assinala para uma diferença significativa em relação ao estudo realizado por Heredia (2006), no qual a autora constatou que as mulheres não se identificavam como trabalhadoras rurais. Segundo a autora, como o trabalho agrícola era considerado para as mulheres como uma extensão das suas tarefas domésticas, as próprias não se declaravam como ocupadas na agricultura, em virtude de não considerarem as atividades por elas realizadas como trabalho. Assim, a participação no MAB pode ser tomada como um indício de empoderamento da mulher e do

homem, pois ao se auto identificar como trabalhador (a) rural as *envolvidas com o MAB* (65%), também se reconhecem enquanto pessoa que têm a condição de exigir os direitos como cidadão. Nesse sentido, interpretamos como uma forma de emancipação, que auxilia o trabalhador rural se reconhecer como agricultor (a) e atingido e afirmar que o acesso a terra faz parte de sua vida e a partir dela que tem condições de se unir junto aos demais trabalhadores.

Por essa ótica, visualizamos o ganho de poder conforme os termos de Deere e León (2002, p. 53) acerca do *poder com*, que se baseia no compartilhamento do poder, por exemplo, momento em que o grupo soluciona um problema em comum, permitindo que todas as potencialidades também sejam assumidas individualmente. Ou a partir da auto-designação como trabalhador rural envolvido em algum grupo, defendendo assim os direitos trabalhistas como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria, principalmente, para as mulheres rurais.

Quanto à ocupação do lar, apesar dos *envolvidos com o MAB* terem alcançado 12,5%, e os *não envolvidos* 17,1%, as mulheres de ambos os grupos, apesar da dificuldade do trabalho agrícola, preferem exercer essa atividade ao invés do trabalho doméstico, tal fato pode estar relacionado ao que Paulilo (2004) de secundarização das atividades domésticas em relação às atividades produtivas. Quanto ao trabalho remunerado, com carteira assinada, apenas 7,3% das *não envolvidas* disseram ter emprego fixo. Quanto a aqueles que disseram ter ocupação esporádica, 5% trabalhavam como pedreiro entre os envolvidos com o MAB e 2,4% entre os não envolvidos; o programa minha casa minha vida foi citado como gerador de emprego. Quanto à renda advinda da aposentadoria ela estava presente entre 34,1% dos *não envolvidos* e entre apenas 17,5% dos *envolvidos com o MAB*, essa diferença se traduz pelo maior número de pessoas entrevistadas, entre os que não participam, com idade igual ou acima do tempo de receber o benefício. De acordo com os entrevistados a aposentadoria garante melhores condições de vida para toda a família.

O trabalho agrícola era a ocupação da maior parte dos moradores rurais, sendo predominantemente familiar. Leva em conta a idade e o gênero, pois os membros da família, sejam os filhos quando alcançam idade de trabalhar já se ocupam dessas atividades, sejam as mulheres que além do trabalho agrícola assumem o trabalho doméstico. Essa organização de trabalho feminino casa/roça se estende por toda vida e só deixa de ser realizado simultaneamente quando a idade avança, geralmente quando idosas, mas ainda assim, as

atividades da casa, do preparo da comida permanecem delegadas a essas mulheres. Para suprir a sua mão de obra que colaborava para o andamento do trabalho agrícola, os aposentados utilizam o recurso que recebem da previdência para contratar mão de obra que execute o trabalho na propriedade.

A população das localidades era composta por pequenos agricultores familiares, meeiros e diaristas, sendo que a fonte de renda local dos diaristas advinha do trabalho a dia ou da empreitada, que, geralmente, podia chegar a duas semanas de trabalho para algum proprietário nas redondezas. Já para os meeiros e agricultores a geração da renda advinha da produção agrícola, voltada, predominantemente, para o consumo familiar. Os principais gêneros alimentícios produzidos nas localidades eram: milho, feijão, arroz, mandioca, amendoim, cana de açúcar, frutas (banana, laranja, mamão, manga) e hortaliças.

Diante desta agricultura de subsistência, alguns chefes da unidade familiar e seus filhos “*em idade de assumir responsabilidade*” saem para outras cidades em busca do “serviço fichado”. O assalariamento dos homens era visto como uma estratégia para a sustentação do grupo doméstico, a qual se complementava com o trabalho da mulher na produção de alimentos e na preservação da casa. Dentre os principais destinos dos homens em busca de emprego estava Ouro Preto, Mariana, Itabirito e Belo Horizonte, cidades que estão próximas de suas comunidades de origem. Geralmente, aqueles que se mudaram pra outras cidades em busca de trabalho retornam a comunidade depois de aposentar, como é o caso do entrevistado 66, mas em outros casos o retorno se dá por dificuldades como desemprego, gastos elevados com contas, baixa remuneração. A opção em ficar mais próximo dos familiares apareceu em algumas falas das (os) entrevistadas (os) e revelam essas situações:

Fui trabalhar em Mariana como trocadora de ônibus, mas não dei conta, era muito pesado e ganhava menos de um salário, resolvi voltar pra casa, mas to na procura de emprego (Entrevistada n. 10, não envolvida, 2011).

[...] fui trabalhar fora, lá em Conselheiro Lafaiete, depois eu fui pra Ouro Preto, arrumei outro serviço lá, era tudo em casa de família. Por último eu fui pra Belo Horizonte, lá tive por pouco tempo [...] voltei porque tava passando necessidade lá e dei um chega (Entrevistada n. 63, envolvida com o MAB, 2011).

O serviço aqui era só de roça por isso acabei saindo pra São Paulo, mas lá eu não me acostumei, acabei vendo que eu gostava da roça, a grana não foi bastante como eu pensei que ia ter, se eu não viesse embora eu não ia ser completo (Entrevistado n.80, envolvido com o MAB, 2011).

A última fala expressa ao mesmo tempo a vontade de obter melhores condições financeiras proveniente de um trabalho urbano e o desejo de voltar para o lugar onde nasceu, mesmo realizando uma atividade agrícola. Desse modo, o lugar de origem em alguns momentos pode ser referenciado por desejos em que ir embora pela busca de outras oportunidades pode causar estranhamento e perda das referências, mas por outro lado, os indivíduos podem se remeter ao lugar por representar, também, o espaço da segurança, do afeto, o espaço do pertencimento, constituindo-se em fator relevante de escolha sobre o direcionamento dado à vida. Exploramos no próximo item o significado do lugar como espaço de vida para os envolvidos com o MAB.

4.3 O lugar como significado de vida

O lugar se constitui em um espaço permeado por relações e práticas sociais (incluindo as de gênero) no tempo e no espaço. Dessa forma, o lugar exprime a experiência de vida de homens e mulheres em um cotidiano de trabalho, mas, também, de moradia, de amizade, de lazer, de riquezas naturais. Partindo da geografia humanista, interessada na subjetividade da relação homem-ambiente, temos a contribuição de Tuan (1983) que diz que o lugar é explicado pela perspectiva da experiência, que abrange as diferentes maneiras das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. O autor evoca os sentidos de percepção como o olfato, a audição e principalmente a visão e o tato como formuladores dessas experiências que tornam o lugar visível, expressivo de uma relação, sobretudo, afetiva, emocional e simbólica.

O lugar possui personalidade, segundo o autor, existe um sentido do lugar, este sentido é dado pela experiência do corpo, que através dos sentidos percebe cada lugar de forma diferente e com características específicas. O lugar encarna as experiências e as aspirações das pessoas. *“O lugar não é um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significado”* (TUAN, 1983, p. 87). Os lugares só adquirem significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas.

Os lugares só adquirem significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. O autor afirma ainda que haja uma estreita relação entre

experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento com o seu espaço de vivência, capaz de elaborar os sentimentos de afeição (topofilia) e de rejeição que as pessoas nutrem em relação aos lugares (topofobia). Mas os lugares normalmente não são percebidos por limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sua construção é subjetiva e ao mesmo tempo profundamente incorporada às práticas do cotidiano a tal ponto que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. Este senso de valor só manifesta-se na consciência quando há uma ameaça ao lugar (LEITE, 1998).

Assim, podemos entender o porquê os agricultores e as agricultoras que vivem no lugar por gerações se mobilizam para defender o que é seu em um processo de construção de uma barragem. Anterior à ameaça o lugar é percebido por estes como outro qualquer e após a iminência da perda passa a ser repensado, ganhando significado e expressão por meio das memórias, pelo modo de vida, pelas formas de produção. Esses elementos demarcam uma história construída ali até o presente e instiga mulheres e homens a defenderem o lugar para pensar o futuro.

Do mesmo modo que as razões para a defesa do lugar se diferem entre os gêneros, as experiências e percepções que o constituem se manifestam em diferentes escalas, de acordo com Leite (1998) que utiliza das palavras de Buttimer (1985, p.178) “*cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação*”. De fato todas estas esferas são lugares são construídos por meio de experiências diferenciadas por homens e mulheres. Os dados a seguir apresentam as relações relevantes no lugar onde as (os) entrevistadas (os) vivem (gráfico 7 e nas próximas páginas o gráfico 8) ³².

³² Cabe aqui esclarecer um ponto para que não haja dúvidas no entendimento desses dados. Como a maioria das (os) entrevistadas (os) apontaram por mais de uma variável no momento da quantificação das respostas construímos variáveis artificiais que assumiram os valores 1 (indicando a afirmação) ou 0 (indicando a negação), esse método é conhecido como ‘variável dummy’. Por exemplo, quem apontou a variável amizade como algo que valoriza no lugar, considerou-se (1= sim) e quem não apontou (0= não). Portanto, cada variável corresponde a 100%.

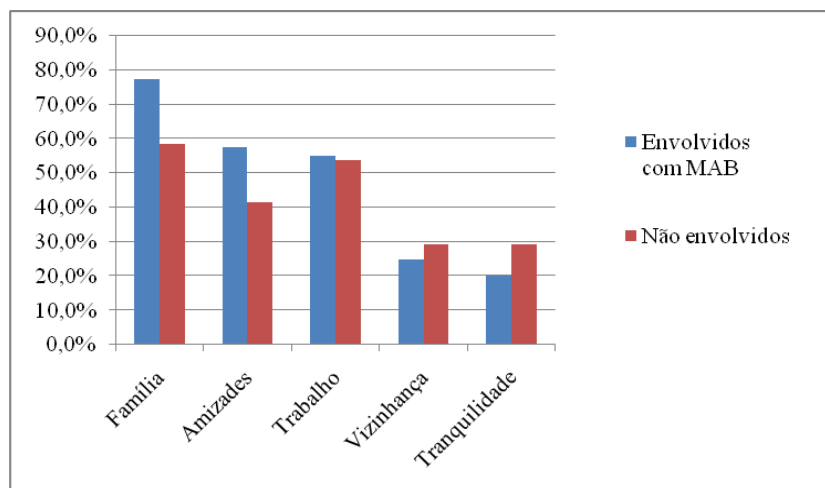


Gráfico 7: Relações mais valorizadas no lugar entre os envolvidos com o MAB e não envolvidos. Fonte: dados da pesquisa, 2011.

Os dados apresentados no gráfico 7 destacam a importância atribuída à família, este indício confirma na atualidade a importância que ainda é dada às relações familiares e de parentesco pelas atingidas e atingidos das localidades. Conforme Santos (2002), alguns dos motivos que levaram as mulheres atingidas pela PCH Fumaça a ingressarem no movimento foram o sentimento de ameaça das relações familiares, a preocupação com a educação dos filhos e a quebra da proximidade entre os parentes mais próximos. Portanto, a família remete o aspecto de segurança e de confiança construído no lugar ao longo das gerações. Algumas falas expressam essa relação:

Me sinto bem em conversar com eles (familiares) se eu tiver com algum problema. Não dependo muito das outras pessoas da comunidade. Se não fosse a família não estava aqui, é mais por conta dos meus filhos que eu fico aqui, pra criar eles aqui é mais fácil (Entrevistada n. 51, envolvida com o MAB, 2011).

Minha família mora aqui, quando eu mudei de novo pra cá gostei de voltar pra perto deles, eu ajudo muito eles lá, gosto de ajudar minha mãe, tem minhas cunhadas que eu gosto muito, acho bom tá aqui assim (Entrevistada n. 17, não envolvida, 2011).

A família pra mim é o mais importante, tenho consideração por meus pais, na verdade eu to aqui por causa deles. Mas a família é o trabalho desde pequena eu trabalho pra meu pai, eu, minhas irmãs, os irmãos, minha mãe. E o trabalho faz ajudar nas amizades porque um ajuda o outro, mas hoje nem tanto, num se tem mais aquela coisa de troca de dia (Entrevistada n. 68, liderança envolvida com o MAB, 2011).

A última fala aponta a relação entre a família e o trabalho (um dos componentes também valorizados no lugar), sendo que ambos são articulados entre si para garantia da reprodução social do grupo doméstico. Pois, é de dentro do grupo familiar que se acionam estratégias pautadas num processo de obrigações mútuas, orientadas por princípios de hierarquia e de gênero que definem os papéis e ação de cada um dos membros. Essa relação acaba inserida numa rede de vizinhança presente na comunidade, na qual se fazem presentes os laços de ajuda e de troca de dias. Porém, a entrevistada n. 68 coloca que a troca de dia, uma das formas de mercado não remunerado, antes era mais comum, hoje não ocorre na localidade com tanta frequência.

Consideramos que o conteúdo e as particularidades das relações de trabalho vivenciadas nas localidades foram se alterando em função das mudanças ocorridas com a construção do empreendimento. Apesar disso, o trabalho conforme apresentado no gráfico 7 ainda apresenta grande valor, tanto para *os envolvidos com o MAB* (57,5%) como para os *não envolvidos* (55%). Apesar da redução dos postos de trabalho nas fazendas para os meeiros, diaristas após a construção da barragem, o que dificultou a oferta do trabalho *certo*, que garante a sobrevivência das famílias. Por outro lado, as famílias que foram reassentadas e ganharam seus lotes mudaram esta relação, passando de meeiro, diarista para proprietário da terra em que trabalham. Portanto, o trabalho como experiência do dia a dia acaba tendo peso considerável para permanência e continuidade nos lugares aqui analisados.

No que confere os lugares construídos socialmente ao longo do tempo pelos grupos *envolvidos com o MAB* e *não envolvidos*, apresentamos no gráfico 8 os espaços de vida presentes nas localidades e seus respectivos valores. Considerando que nesses lugares constituem-se as diversas relações de poder vivenciadas diariamente pelos indivíduos, principalmente no âmbito privado da casa, da propriedade podendo expandir para a comunidade, na qual se encontra os parentes, vizinhos, as organizações locais, onde se vivenciam as práticas religiosas, os costumes e hábitos, de uma forma geral.

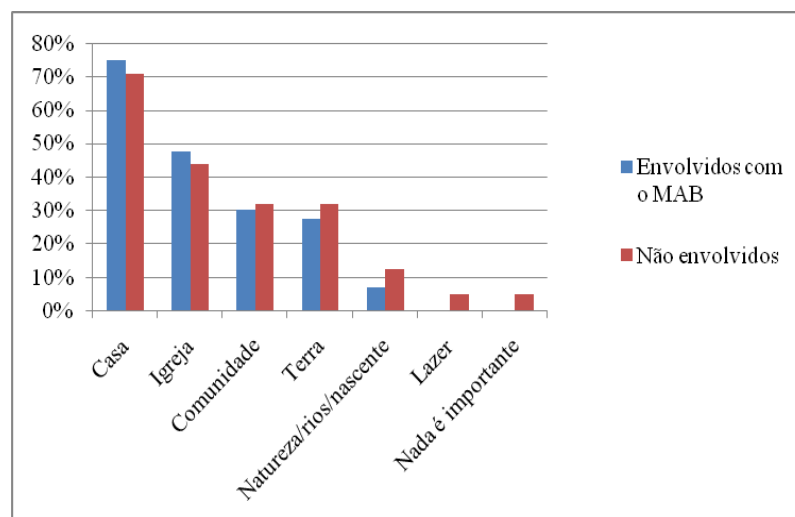


Gráfico 8: Atribuição de valor a espaços da vida cotidiana para as (os) entrevistadas (os). Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

O espaço da casa se apresenta em porcentagem maior do que a importância atribuída à terra (gráfico 8). Por se tratar de indivíduos atingidos pela construção de uma hidrelétrica, os quais perdem a terra como vínculo de trabalho, este é um dado que chama a atenção. Entre os *não envolvidos* a terra representa 31,7% diante de 27,5% para *os envolvidos com o MAB*. Assim a valorização desse espaço de produção e reprodução social por parte do primeiro grupo, especialmente daqueles do reassentamento coletivo Guaiana, tem haver com a conquista da terra, um dos pontos mais importantes para a garantia da sobrevivência e para a demarcação do espaço individual, espaço da própria família. Uma vez que a sociabilidade que existia entre o coletivo foi se desfazendo durante os anos de vivência no reassentamento. Contudo, não que a terra não tenha importância para *os envolvidos com o MAB*, mas para muitos que compõem este grupo, a terra ainda é uma conquista que não se materializou, faz parte do desejo de quem está participando e reivindicando esse direito junto ao movimento.

Arelada ao espaço da terra e da propriedade está a casa, o elemento mais importante para as (os) entrevistadas (os). Local onde estão presentes os vínculos entre as pessoas com grau de parentesco e a segurança ofertada pela moradia, estes sentidos foram expressos nas falas das entrevistadas:

Aqui é o meu espaço, é onde fico quieta mesmo, eu não sou de sair muito, a casa é simples, não tem nada demais foi a prefeitura que deu pra gente, construiu e foi o jeito que deu pra melhorar nossa casa (Entrevistada n. 12, não envolvida, 2011).

Pra mim a casa é algo de valor, é o lugar que mais fico, aqui eu que mando como diz, é meu canto de sossego, de ficar junto com minha família (Entrevistada n. 21, não envolvida, 2011).

A casa é o lugar que a gente tem pra acomodar melhor minha família, para educar, a gente tem mais liberdade dentro de casa (Entrevistada n. 49, envolvida com o MAB, 2011).

A casa é minha, fico muito satisfeita de ter conseguido ela, nossa é limpinha, sossegada, meu sonho era ter uma casa boa, porque sempre foi de pau a pique [...] (Entrevistada n.58, envolvida com o MAB, 2011).

A partir dessas falas a casa se apresenta como espaço de cuidado com a família, de educação dos filhos, local onde a mulher tem o papel subscrito como uma das principais responsáveis pela reprodução familiar, o lar é um espaço pivô de uma rotina diária. A experiência feminina neste espaço conduz a significados construídos pela associação mulher-esfera privada/doméstica/reprodutiva, o que dificulta sua participação em outros espaços públicos, das comunidades, das reuniões do movimento em outras comunidades, em outras cidades.

Tendo em vista que essas relações de poder vivenciadas na esfera privada acabam influenciando nos espaços de atuação de homens e mulheres na comunidade, local de socialização dos grupos, retornamos ao gráfico 8 onde os espaços como a igreja e a comunidade são apontados como lugares de valor para os *envolvidos com o MAB e não envolvidos*.

A presença da igreja é bem marcante na vida das mulheres de ambos os grupos, pois a participação em suas atividades também apontou para a sua saída de casa, onde conquistaram outros espaços sociais no lugar em que moram. Mesmo que a igreja seja uma instituição protetora das tradições que legitimam uma ordem de comportamento da mulher como mãe, esposas dedicadas ao lar, ainda assim, as atividades religiosas possibilitaram a participação nos grupos de base, e em outros momentos de mobilização pelo fato de as mulheres terem experiência por atuarem como ministras da eucaristia, coordenadoras de pastorais, organizadoras de festas religiosas. O depoimento de uma entrevistada torna-se ilustrativo,

Como eu já participava em coisas da comunidade, nessa parte de igreja ajudou muito, eu comecei a participar com mais facilidade e a cabeça começa a ver coisa que não via (Entrevistada n. 52, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Além disso, a festa dos padroeiros no Emboque e Miguel Rodrigues é um momento de sociabilidade e solidariedade nas comunidades, pois as pessoas se comprometem a ajudar na organização das atividades festivas, sendo um momento de encontro de todos. Esta festividade é uma das únicas que unem os moradores das localidades. O surgimento de outras igrejas como a evangélica na localidade do Emboque vem causando certo desconforto entre os fiéis da igreja católica e os novos seguidores dessa religião, que em na grande maioria deixaram de participar da católica.

Nos espaços de lazer e diversão da comunidade, apesar das poucos, estão implícitos a divisão de espaços em que a mulher se encontra mais recolhida na esfera privada e o homem em com maior presença na esfera pública. Fora o espaço da igreja, os demais lugares como o campo de futebol e os botecos são freqüentados, em sua maioria pelos homens, sendo o botecos as mulheres quase não freqüentam, às vezes, geralmente para fazer alguma compra. O grupo de terceira idade na localidade do Emboque é uma alternativa para as mulheres e homens, pois é um momento em que se encontram de 15 em 15 dias para dançar, fazer exercícios físicos, além de ser uma oportunidade para sair de casa e para realizar viagens a sede municipal em ocasiões festivas.

Portanto, para as mulheres mais jovens o lazer fica restrito a participação nos cultos religiosos e ao espaço privado de suas casas, onde no tempo livre (finais de semana) assistem televisão ou se deslocam para a casa de uma vizinha ou amiga para conversarem. No entanto esta prática não é muito recorrente entre todas as entrevistadas, devido aos desentendimentos entre os moradores por conta das “fofocas” e “picuinhas” entre pessoas de grupos e posicionamentos divergentes.

Por fim, diante de todos esses elementos que compõem as relações cotidianas no espaço de vida dos *envolvidos com o MAB* e *não envolvidos*, apresentamos os níveis de satisfação com o lugar em que estão vivendo, assim trabalhamos com as opções: satisfeita (o), nem satisfeita (o) nem insatisfeita (o) ou insatisfeita (o). Nesse sentido, obtivemos os seguintes posicionamentos (gráfico 9):

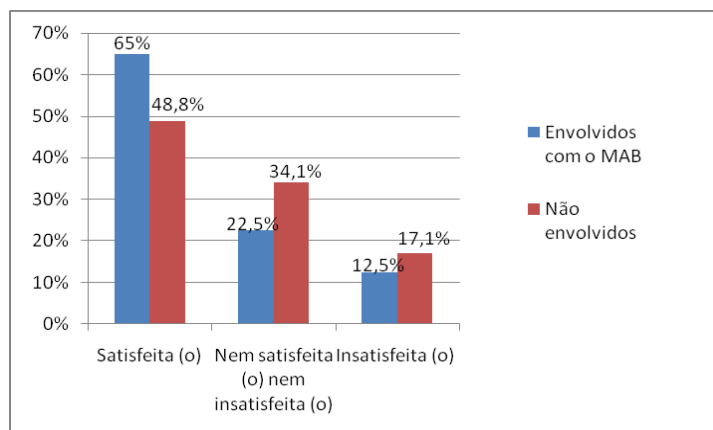


Gráfico 9: Nível de satisfação ou insatisfação das (os) entrevistadas (os) envolvidas (os) com o MAB e não envolvidas (os).
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, o nível de satisfação com o lugar em que moram foi maior entre dois grupos, sendo que entre *os envolvidos com o MAB* o nível supera uma diferença considerável os *não envolvidos*. Porém, os motivos que foram apresentados por ambos os grupos denotam relação a valores que já foram discorridos nas análises acima; elencamos, dentre os mais expressivos: o lugar onde nasceu e cresceu, a tranquilidade e a proximidade com as amizades. O destaque dado ao lugar onde nasceu e cresceu remete aos sentidos criados pela experiência de vida no espaço e no tempo, esse complexo de relações explicado por Tuan (1983), possibilita um profundo envolvimento com o espaço de vivência, capaz de elaborar os sentimentos de afeição e de demarcações simbólicas de identidade.

Contudo, a construção da barragem trouxe não apenas a perda das relações de trabalho com terra, mas também ocasionou a desterritorialização de dezenas de famílias, assim destacamos como pode ser observado nas falas transcritas abaixo.

[...] vim pra um reassentamento, viemos junto pra cá, mas eu sabia de uma coisa que num ia ter dinheiro no mundo que pagasse pra nós o preço do lugazinho ali que nós nascemos, moramos e que nós criamos os nosso filho, ali de onde eu sai tava minha raíz, esse reassentamento foi construído, veio com nossas casas, com a nossa terra, ele foi bom, mas foi difícil cubrir o sentimento que deixamos pra trás (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Também tenho saudade do lugar que morava, sinto falta da água, la tinha um rego d'água por trás da casa e aqui tem essa barragem. Fico triste porque meus filhos saíram de casa e não voltaram (Entrevistada n. 43, envolvida com o MAB, 2011).

Agora o rio dá tristeza, sinto falta dele aqui, nem sei direito pra que lado corre mais e também juntou com a morte dos filhos da dona Anginha, isso me aborrece muito ver a barragem por aqui (Entrevistada n. 3, não envolvida, 2011).

O fato de a perda do lugar/território apropriado e vivido como expresso nas falas acima coloca os indivíduos e grupos frente a um novo processo de territorialização, onde as experiências como a morte dos filhos no lago da barragem³³, a perda da memória de onde o rio passava dão significados a esse novo espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, onde se nutre a tofília ou a tofobia. Prosseguindo com a argumentação, toma-se o nível *nem insatisfeito (o), nem satisfeito (o)*. Segundo os *envolvidos com o MAB e não envolvidos* a satisfação é ter de tudo na terra, plantações, casa, mas a insatisfação advém das ameaças e inimizades que surgiram após o funcionamento da barragem, sobretudo nas relações entre algumas famílias do reassentamento coletivo em Guaiana. A terra conquistada por essas famílias foi um processo que agregou um grupo de atingidos com trajetórias bem próximas, que se não eram de parentesco eram de vizinhança, portanto, prevaleceu-se interesses coletivos durante todo o processo de negociação, planejamento do reassentamento.

No entanto, após dois anos de convivência no local, as famílias começaram a se desentender, as relações de poder que estavam em jogo eram baseadas de acordo com uma entrevistada, em interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos, em prol do reassentamento, os quais tinham como fórum de discussão a associação (AIRCA).

Os conflitos entre os indivíduos do grupo, que faziam parte da organização do MAB e da AIRCA, aumentaram consideravelmente após algum tempo de convivência no reassentamento. Dentre os mais diversos motivos que desencadearam os desentendimentos entre os moradores locais, de um lado foi o interesse de um grupo de famílias, em retirar um membro da AIRCA, por este não estar cumprindo as regras que foram implementadas para a boa convivência entre o todos. E de outro, foi a reação que este membro teve ao conseguir apoio de outros, impedindo assim que o retirassem. Para não haver o racha da associação, a liderança que optou em retirar os membros da associação preferiu se desvincular da AIRCA e continuar com seu trabalho no MAB, enquanto os outros que apoiaram o outro membro da

³³ Uma das entrevistadas envolvidas com o MAB nos relatou que há três anos atrás, no período de um ano os dois filhos faleceram afogados no lago. Outros detalhes não nos foram transmitidos.

associação permaneceram na AIRCA, no entanto deixaram de participar das atividades do MAB.

Assim, o Movimento, como tantas outras instituições e grupos sociais, se mostrou como um espaço marcado por disputas de poder, ameaças e inimizades. Em decorrência destes conflitos internos, a força de negociação que o grupo conquistou para a criação do reassentamento, junto à Novelis diminuiu, as instalações coletivas que iriam oferecer serviços como a escola para a formação de jovens e adultos, a instalação de atendimento médico, a construção do local para a realização de cerimônias religiosas, a construção da sede da associação (AIRCA), não saíram do plano de desenvolvimento. Após descrevermos as disputas de poder presentes nos espaços locais, nos propomos a avançar na análise das informações obtidas na fase do campo, demonstrando os efeitos sociais nas relações de gênero e o processo de empoderamento. Assim como as diferenças e/ou semelhanças entre as mulheres e homens *envolvidos no MAB* e *não envolvidos* fim de identificar os desdobramentos dessas relações de poder na vivência do lugar, como se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5. PRESENÇA NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: FATOR DE EMPORAMENTO PARA A MULHER?

Este último capítulo da dissertação apura a apresentação dos dados que nos permitirão responder os questionamentos: Ocorre a reorganização das relações de poder entre homens e mulheres envolvidos com o MAB? As atividades na esfera política do movimento afeta a reprodução material na esfera privada e no cotidiano do lugar?

Como já apresentado em outros momentos deste estudo, os indivíduos das localidades atingidas pela PCH Fumaça, possuem uma experiência de atuação em organizações locais e no MAB, e conseqüentemente essas experiências já estão impressas e fazem parte da memória individual e coletiva das mulheres e dos homens. Segundo León (2001), o empoderamento individual teria relação direta com as ações coletivas, isto é, a mudança do indivíduo envolvido em movimentos de ação coletiva se constituiria em termos do aumento da autoestima, decorrente de um processo de cooperação e de solidariedade.

Optamos por iniciar este capítulo, analisando a variável *divisão sexual do trabalho*, que se constitui em uma das variáveis elencadas teoricamente como constitutiva dos indicadores de empoderamento, comparando as práticas dos *envolvidos com o MAB* com a dos *não envolvidos*. A *divisão sexual do trabalho* na esfera privada, direciona a nossa análise para as possibilidades de *empoderamento individual: poder de decisão para sair de casa, poder de decisão para fazer escolhas e renda própria*. Quanto ao *empoderamento social* os indicadores são: *conhecimento e acesso aos direitos sociais e trabalhistas, acesso às políticas públicas e a participação em organizações sociais*. E por fim, o *empoderamento político* é analisado via: *compartilhamento de poder de decisão dentro do grupo de base e mudanças na própria vida*. Ao criarmos o esquema 1, no fim do capítulo 1, com as variáveis apontadas pela teoria apresentada, optamos por trabalhar somente com as variáveis que consideramos como as mais relevantes para o aprofundamento da análise dos níveis de empoderamento das mulheres aqui estudadas.

5.1 Divisão sexual do trabalho: mudanças ou manutenção das relações de poder na família

Tratar das práticas relativas à divisão do trabalho nas comunidades de Miguel Rodrigues, do Emboque e no reassentamento coletivo Guaiana, significou entender, sob a visão das mulheres *envolvidas com o MAB* e das *não envolvidas*, como se constituíam as relações de poder dentro do cotidiano familiar. Pois, são em lugares como a casa e as áreas de produção que primeiramente se concentra os princípios estruturadores da divisão de gênero e o exercício de poder entre homem e mulher, pais e filhos, que se reflete no cotidiano da família, do trabalho e no modo de produção familiar.

Há um sistema de valores na sociedade rural que ainda orienta práticas justificadas em conformidade com uma ideologia assimétrica entre os sexos. A figura masculina e paterna influencia o padrão de organização do trabalho na propriedade rural e na família. A divisão do espaço social, segundo Bourdieu (2005), permaneceria marcada pela associação da mulher com a esfera privada (casa, trabalho reprodutivo) e do homem com a esfera pública (política, trabalho produtivo). Portanto, não se pode ignorar a diferença sexual do trabalho entre os indivíduos e a sua interligação com a idealização dos papéis femininos e masculinos quando se analisa a participação das mulheres no MAB.

As mulheres entrevistadas, desde cedo, estiveram ligadas ao trabalho da roça, sendo este um dos motivos que as levaram a estudar pouco. Elas cursaram somente as séries iniciais. Esta realidade também se apresentou entre os homens. Porém, as mulheres, além de realizarem o trabalho agrícola, ainda participavam da realização das tarefas em casa: produção dos alimentos, arrumação da casa e limpeza dos quintais. Esta rotina de conciliar o trabalho de casa e da roça se desenvolve a partir da infância, prossegue com a juventude e a vida adulta. A fala de uma entrevistada demonstra este costume,

Eu sempre trabalhei na casa e na roça. Minha mãe criou nós assim, no meio da lavoura. E comigo não foi diferente, olha que eu tinha muito filho e era difícil pegar o dia todo na roça, mas eu acordava cedo fazia almoço e levava os meninos pra roça, quando tava maiorzim. Aí quando um tomava idade ficava em casa cuidando dos outros, minhas filhas ajudaram nisso também (Entrevistada n. 65, envolvida com o MAB, 2011).

No que diz respeito às responsabilidades domésticas e familiares das mulheres, foi identificado durante as entrevistas, que 60% das mulheres *envolvidas com o MAB* e 68% das *não envolvidas* realizavam estas tarefas sozinhas. Nos casos em que este trabalho era dividido com alguma pessoa da família, esta era outra mulher. A justificativa por elas próprias formulada foi a de que os homens trabalhavam fora, em outras localidades e chegavam

cansados, além de não levarem jeito para determinados tipos de tarefas manuais. Por outro lado, 22,5% das mulheres *envolvidas com o MAB* e 34% das *não envolvidas* responderam que seus maridos e filhos tinham grande participação nas atividades domésticas restritas aos arredores de casa: capina do quintal, preparação de cerca da horta, dos canteiros e busca de lenha. Já no que diz respeito às tarefas que realizavam em casa, o cuidar dos filhos pequenos se sobressaiu.

Em suma, a análise do trabalho doméstico revelou práticas francamente desiguais entre homens e mulheres, independente de seu envolvimento ou não com o MAB. Já no tocante a participação das mulheres na realização do trabalho tido como produtivo, o número foi bastante expressivo: 57,5% das *envolvidas com o MAB* e 56% das *não envolvidas* estavam envolvidas com estas atividades consideradas como próprias do homem e tidas como as mais importantes. As mulheres disseram realizar praticamente todo o tipo de trabalho da *roça*: limpeza e preparação do solo, plantio, capina e colheita. Quando os parceiros trabalham fora e possuem vínculo empregatício em alguma propriedade da região ou em alguma cidade próxima, as mulheres desempenhavam o papel de principal responsável pelo trabalho agrícola. Ao indagarmos aos entrevistados se consideravam que existia uma divisão do trabalho da casa e da *roça* o sentido de divisão foi questionado, como se pode observar nos depoimentos a seguir.

Aqui na casa é só eu e mãe, agora na *roça* eu e ela ajuda o pai o tempo todo, fica pesado pra gente porque chega em casa tem que fazer o serviço de casa depois de um dia todo de serviço no sol, nossa vida dá um desanimo tem vez. Agora pros homem é mais fácil, eles trabalha na *roça*, chega em casa toma seu banho e tá saindo[...], então essa divisão é mais pra homem. Aqui em casa mesmo pai nunca põe a mão (Entrevista n. 64, envolvida com o MAB, 2011).

Na casa sim, mulher faz serviço da casa homem não põe a mão. Serviço de mulher homem não faz nada. Na parte da foice, da enxada, facão a mulher sempre tá junto. Nisso é que a liberdade vai pro espaço, você acaba não vivendo o que queria viver, faz sempre o que o outro quer. A mãe passou por isso, foi criada assim, meu pai fez a mesma coisa com ela e com a gente, meus irmãos casaram fora de tanto a gente trabalhar, entra ano e sai ano e nunca ter dinheiro pra comprar as coisinhas, só pra comer e dormir. Sempre trabalhei na *roça*, faço tudo, bato pasto, tiro leite, *roço*, capino, planto. Tenho responsabilidade de tudo aqui, na casa e na *roça* (Entrevistada n. 68, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Igual aqui em casa eu não faço serviço de casa, é mais na *roça* e Lilia fica em casa no serviço, mas ela sempre me ajuda muito na lida da *roça* (Entrevistado n. 65, envolvido com o MAB, 2011).

Eu faço serviço da casa, tudo mesmo, mas aqui dentro ele não faz nada. Agora na propriedade não tem essa divisão não, eu faço serviço da roça, serviço pesado ou leve, não tem essa. Agora não sei por que as coisas são assim, foi tudo acostumado (Entrevistada n. 5, não envolvida, 2011).

Esses depoimentos demonstram a dupla jornada que as mulheres têm ao trabalhar em casa e nas atividades agrícolas, o que lhes causa um sentimento de falta de liberdade para poder viver a vida conforme o seu desejo. A oposição entre *roçado* como um espaço de produção masculino e a *casa* como espaço de consumo e de domínio feminino mostra-se como normativa e ideal, visto que as mulheres participam, de fato, das atividades realizadas em ambos os espaços. Geralmente, isso implica que a renda produzida pela mulher na roça sob administração do pai, marido, filho fica nas mãos destes, e ela acaba não participando da divisão. Por fim, o trabalho desempenhado pelas mulheres em ambas as esferas, a de produção e a de reprodução gera um acúmulo de tempo despendido por elas nessas atividades, ocasionando uma jornada ininterrupta de trabalho.

Ao voltamos o olhar para a rotina de trabalho realizada na esfera produtiva e reprodutiva pelas mulheres envolvidas com o MAB e não envolvidas, observa-se que o *habitus sexual* se impõe. Além disso, as mulheres que participam das atividades do MAB (como encontros, manifestações), fora das localidades em que vivem, sejam elas líderes ou não, estas precisam se organizar antecipadamente para que no momento da saída de casa as atividades que normalmente são de sua responsabilidade já estejam devidamente realizadas.

Tal situação nos foi relatada por duas lideranças femininas do MAB, que para saírem de suas casas precisam deixar tudo esquematizado. As atividades agrícolas de plantação, de capina, de colheita, etc., que não podem ser protelados precisam ser adiantadas para que elas possam sair. O mesmo não se pode dizer em relação às atividades domésticas, que segundo uma das entrevistadas, fica para depois e vão se acumulando até sua volta. Quando as mulheres retornam das atividades fora de casa, precisam colocar em dia as suas tarefas. A pesquisadora presenciou alguns desses momentos nos períodos de estadia na casa de uma das mulheres envolvidas com o MAB. Contudo, quando se tem outra mulher na família a flexibilização na realização das “obrigações” pode ser ampliada, como relatado a seguir:

A Carina (filha) hoje me ajuda. O Carlos (marido) só faz alguma coisa se eu não estou aqui. [...] Eu cuido da roça também, desde quando morava com meu pai, eu que era meeira, [...] Com trabalho de casa conto com ajuda de Carina. Mas quando vou para as atividades do movimento eu adianto a roça, na casa eu deixo fritura pronta, a Carina ajuda a tratar das criações. [...] eu

deixo muita coisa pra depois, a plantação eu adianto, agora coisa de casa dá pra esperar (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Se tem alguma coisa do movimento pra ficar uns dias fora, eu me organizo nos serviços de planta ou colheita e vou, se for coisa de casa espera, pode ficar pra depois. Tem tempo pra tudo, dá pra manejar, tendo quem joga água na horta e dá comida pro gado, sem problema... (Entrevistada n. 71, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Pode-se perceber, assim que há o adiantamento dos serviços da roça por parte das mulheres que são lideranças, mas, há também uma quebra da rotina que pode favorecer algumas mudanças no comportamento e nas atitudes dos demais membros da família, como explicitado na primeira fala, na qual o parceiro desempenha alguma atividade quando a esposa está ausente. Por outro lado, as atividades que ficam para a filha realizar podem corroborar para a manutenção dos papéis de gênero redimensionados para outra figura feminina presente na casa. Tais aspectos nos fazem questionar se poderíamos considerar esta participação das mulheres em atividades do movimento fora de casa e na comunidade como uma manifestação de empoderamento individual? Estar fora de casa atuando em atividades do movimento não significa que elas vão conseguir alterar as relações de gênero no espaço doméstico, o que gera sobrecargas e tensões. As entrevistadas demonstraram essas tensões:

Ano passado teve acampamento lá perto de Miguel, eu e ele (marido) acampamos, quando não tinha nada lá pra fazer tinha serviço da roça aqui, aí eu vinha pra casa sozinha e fazia o serviço todo da roça e ainda fazia coisa de casa, fazia tudo e ia pra lá de novo, isso fez nós brigar muito, ele não ajuda nem nessas horas, fala que tá cansado (Entrevistada n. 56, envolvida com o MAB, 2011).

Outros enfrentamentos são vivenciados pelas mulheres envolvidas com o movimento, no sentido de que estas acabam tornando-se alvo de comentários das pessoas da comunidade ou de algum parente que questiona o compromisso com o movimento, exaltando ao mesmo tempo o “descompromisso” com o lar, com as pessoas mais próximas que ficam em casa. Pudemos presenciar esse tipo de julgamento relacionado à ordem moral durante uma situação ocorrida na localidade do Emboque, quando a mãe de uma das lideranças que estava fora por conta de uma atividade do MAB passou mal e precisou ser atendida no posto médico da localidade. As críticas feitas à liderança por não estar presente naquele momento de tensão familiar partiram do próprio pai, das irmãs e de outros conhecidos que estavam no local, que

reprovaram a sua saída e atitude em deixar a mãe já idosa sob os cuidados de outros entes familiares. São esses tipos de conflito que exemplificam a manutenção do ordenamento moral que impõe à mulher obrigações e deveres no âmbito doméstico e sob a orientação e tutela do homem.

Considerando estes tipos de obstáculos como exemplos ilustrativos das dificuldades que as mulheres *envolvidas com o MAB* enfrentam para sair do espaço privado para a esfera de participação no movimento, tanto em atividades locais como nos grupos de base ou nas atividades externas em outros municípios, questionamos às mulheres envolvidas³⁴ a respeito da opinião dos parceiros, filhos (as) ou pais sobre a sua participação no grupo de base ou em outras atividades do movimento. Essas informações são representadas a seguir no gráfico 10:

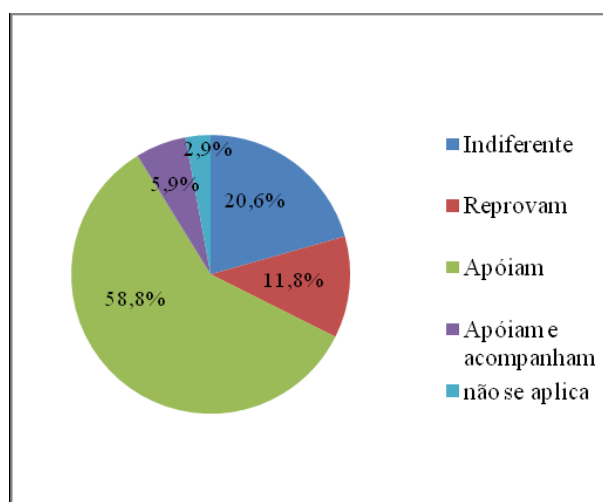


Gráfico 10: Opinião dos familiares sobre a participação das mulheres nos grupos de base. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A proporção de opiniões dos familiares que afirmaram oferecer apoio às mulheres que participam das atividades realizadas pelo movimento em nível local expressa uma realidade supostamente favorável. Mais da metade (58,8%) das envolvidas com o MAB disseram contar com este apoio, enquanto apenas 11,8% disseram sofrer reprovação em relação à sua saída. As respostas citadas a seguir demonstraram os desafios:

Não fala nada porque toda vida fomos de apoiar a comunidade, de fazer as coisas aqui, ir numa festa pra ajudar, numa reunião, então eles (marido e

³⁴ É importante ressaltar que os questionamentos sobre a opinião dos familiares sobre a participação no GB e se houve mudanças na relação com familiares, filhos, só foram realizadas para as mulheres envolvidas com o MAB; por isso, não comparamos as opiniões entre os dois grupos. Outro esclarecimento é que as respostas dos homens não foram contabilizadas nessas perguntas, pois se trata de perguntas mais voltadas para as mulheres.

filho) também sempre gostaram de fazer essas coisas, acrescentou muito pra nós (Entrevistada n. 65, envolvida com o MAB, 2011).

Elas (mãe e irmã) vê que num é essa coisa de gente à toa e que eu posso ter uma terrinha pra ajudar (Entrevistada n. 56, envolvida com o MAB, 2011).

Aqui ele não fala nada, mas para sair ele não gosta, ele não libera, eu não bato de frente, fico quieta (Entrevistada n. 81, envolvida com o MAB, 2011).

Não aprova quando é pra fora, por causa das obrigações de casa, agora em reunião aqui ele (marido) não liga (Entrevistada n. 55, envolvida com o MAB, 2011).

Ele (marido) não vai porque trabalha fora daqui, sempre a gente fala que se cruzar os braços não dá, ao menos um da casa tem que participar. Eu nem com criança pequena deixei de ir, levava tudo. Só que antes eu só tinha uma menina, hoje eu tenho mais dois fica mais difícil de frequentar as reuniões e outras coisas fora daqui (Entrevistada n. 70, envolvida com o MAB, 2011).

Ir para “fora” representa o ponto de tensão. A saída da mulher de casa altera a rotina da divisão sexual do trabalho cristalizada nos papéis e espaços normatizados como cabendo a cada um. Assim sendo, participar do MAB não altera a normatividade em torno das relações de gênero no cotidiano. Meu marido não gosta que eu saio de casa (Entrevistada n. 43, envolvida com o MAB, 2011).

Meu pai reprova porque tudo que é pra dar liberdade ele não aceita e ficar obedecendo pra prejudicar minha vida é a obediência da morte (Entrevistada, n. 71, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Ele (marido) não gosta que eu participo mas se eu quiser ir ele não fala nada. Ele acha que eu não tenho que ficar saindo de casa, ainda mais porque ele não fica aqui durante a semana (Entrevistada n. 77, envolvida com o MAB, 2011).

Sob o aporte de Weber (2000) entendemos que os argumentos para tentar impor uma restrição sobre as esposas e as filhas se sustentam, sobretudo, na ideia de “obrigação” da mulher. À mãe e à filha cabe o dever do cuidado com a casa e com a família legitimado no reconhecimento da autoridade do pai e do marido/companheiro. Pinto (1992) afirma que a adesão de uma pessoa a um movimento social coloca o sujeito frente a novas relações de poder, e conseqüentemente, de tensão dentro da família, nas relações de afeto. Assim, indagamos às mulheres se participar do MAB trouxe mudanças para as suas vidas. As respostas a tais questionamentos se apresentam no gráfico 11.

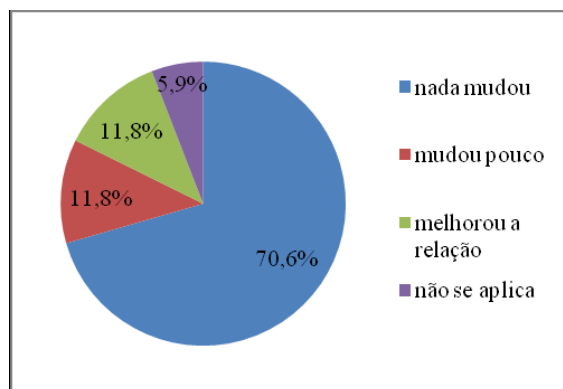


Gráfico 11. Alterações nas relações com os familiares advindas com a participação no MAB.
Fonte: Dados pesquisa, 2011.

Observa-se no gráfico 11 que as mulheres afirmaram que as relações familiares não mudaram com a sua participação no movimento. Para a maior parte das entrevistadas ainda permanece vigente os padrões normativos tradicionais disciplinando as praticas nos âmbito doméstico-familiar, sobre os quais se assenta a divisão sexual do trabalho e a autoridade masculina dentro da família e da comunidade. As falas abaixo apontam para isto:

Quando eu falo pra ele que vou sair, que vai ter uma viagem e ele não gosta e eu não desobedeço, deixo de ir, por isso não brigamos (Entrevistada n.49, envolvida com o MAB, 2011).

As coisas entre a gente não muda porque quando fala pra não ir eu obedeco e não vou ai nada muda entre a gente (Entrevista n. 55, envolvida com o MAB, 2011).

No caso de meu pai as coisas tão na mesma, não dou certo com ele. Mas antes eu ficava enfurnada dentro de casa, só ia do serviço pra casa e da casa pro serviço. Agora não, o movimento me ajudou enxergar que tem mais coisa acontecendo (Entrevistada n. 71, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Percebe-se que nas duas primeiras falas a permanência das relações de obediência entre as mulheres que deixaram de participar de atividades fora da localidade para não afetar o relacionamento com os parceiros é formatada pela legitimação que as mesmas conferem ao companheiro/marido. Fischer (2006), ao estudar as relações de gênero entre integrantes de movimentos de luta pela terra observou que quando havia o envolvimento do homem e da mulher nos espaços públicos, que tal fato contribuiu para a redução das assimetrias entre o casal e para o surgimento de novas relações de poder dentro da organização, assim como na flexibilização dos papéis de gênero nos espaços privados.

Também no MAB as mulheres que ocupam os papéis de militantes exercendo, por exemplo, a coordenação do grupo de base devido à dedicação e ao maior nível de formação, afirmaram alcançar uma consciência e conseguir *perceber, enxergar e enfrentar* as situações corriqueiras de restrição a sua liberdade de tomada de decisão dentro dos espaços privados. Quanto às demais mulheres envolvidas com o MAB algumas delas apontaram para melhorias nas relações com os companheiros e mesmo para o sentimento de conquista de direitos, ainda que tais falas não expressem transformações na liberdade da mulher de tomar a decisão de participar de atividades fora da localidade. Apresentamos abaixo estes relatos:

Quando eu mudei pra cá (reassentamento) eu não gostava, só que ai ele (marido) falava antes disso que se eu mudasse para cá a terra seria minha e a casa também, e isso foi. Vim e colocou meu nome nos documentos, tá registrado assim, quando sair a escritura eu vou ter parte nisso aqui. Eu assinei (Entrevistada n. 43, envolvida com o MAB, 2011).

Eu cresci muito e uma facilidade foi que o Carlos trabalhava no movimento e isso fez que um ajudasse o outro. A convivência com Carlos melhorou muito, eu tinha muito ciúme, que antes que eu não participava, a Zuleide (da associação) fazia ciúmes em mim de propósito por causa de Carlos (Entrevistada n.46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Parece que o tempo ajuda a gente ficar mais calma, eu era muito nervosa, brigava com eles (filhos) que só. Hoje parece que escuto um pouco e tento falar mais o que tá acontecendo (Entrevistada n. 65, envolvida com o MAB, 2011).

Ah sempre estamos junto, é sempre assim, dividimos mais os problemas (Entrevistada n. 49, envolvida com o MAB, 2011).

Conversamos mais das coisas, a gente não decide nada sem falar com o outro (Entrevistada n. 61, envolvida com o MAB, 2011).

A primeira fala expressou que no momento de mudança para o reassentamento houve uma *negociação* entre a mulher e o seu companheiro, sendo que na negociação entre o casal a mulher se tornou a detentora do título da casa e da terra na qual estavam se acomodando. Hoje esta entrevistada participa de todas as atividades do movimento, inclusive sai para “fora” da localidade. Na fala da entrevistada 46, uma liderança, a própria entrevistada na época não fazia parte do MAB, mas a influência do cônjuge que participava ativamente das atividades do movimento a estimulou a participar e, inclusive, a vencer o ciúme que sentia do companheiro, certamente, porque a sua autoestima, também, aumentou. Já os outros

depoimentos apontam para melhora nas relações domésticas, embora não necessariamente para a conquista e ampliação do poder de escolha e tomada de decisão por parte da mulher.

Todos os apontamentos que foram feitos até o momento sobre as opiniões e mudanças ocasionadas nas relações familiares das mulheres *envolvidas com o MAB*, auxiliam o entendimento de que o empoderamento individual, além de depender da participação na ação coletiva, depende também do próprio sujeito que assume tal condição, porém, a sua relação com os familiares, parentes, denota o próprio caráter relacional das relações de gênero na esfera privada e na comunidade.

5.2 Empoderamento Individual

Considerando a variável **decisão para sair de casa** como um dos elementos de escolha individual, no âmbito privado, questionou-se tanto entre os grupos dos *envolvidos com o MAB* como entre o dos *não envolvidos* se no dia a dia encontravam algum impedimento de horário para sair de casa. As respostas apontaram para nenhum impedimento entre ambos os grupos, sendo que entre *os envolvidos* a porcentagem foi de 65%, enquanto que para os *não envolvidos* o valor é 56,1%. Contudo, o grupo de *envolvidos com o MAB* que “disse poder sair na hora que quiser” foi de 32% enquanto entre os *não envolvidos* o número foi maior chegando a 41,5%. Entretanto, em ambas as mulheres completaram que não saiam sem “avisar”.

Quando eu saio sem avisar eu anoto em bilhete. Saio sempre por conta das tarefas do movimento aqui perto e se tem viagem pra longe eu também vou, as vezes eu dou um tempo também porque cansa, aí o Carlos que acompanha (Entrevistada n. 46, *liderança* envolvida com o MAB, 2011).

Hoje eu saio mais de casa, vou pra festa mais por aqui, lá no Diogo é difícil, mas pra sair e resolver minhas coisas eu já vou pra Mariana por minha conta, vou parar em Ponte Nova, já fui pra muito lugar, Brasília to sempre indo pra lá, Belo Horizonte também. To até pensando em arrumar um namorado nesse movimento risos (Entrevistada n. 71, *liderança* envolvida com o MAB, 2011).

Ele fala de sair, implica, mas não dou ouvido pra ele não, porque ele me trai, sempre leva a vida de solteiro e nunca de casado, fiquei grávida com 15 anos e ele já me traia (Entrevistada n. 52, envolvida com o MAB, 2011).

A noite não posso ficar fora de casa não meu marido logo fala, durante o dia até que vai (Entrevistada n. 16, não envolvida com o MAB, 2011).

Se eu sair o Miguel fala que é pra não chegar tarde, ai eu faço o que ele manda pra não deixar ele nervoso, tem lugar que ele fala pra nem ir, ai também obedeço (Entrevistada n. 20, não envolvida, 2011).

Implica um pouco, tem ciúme de mim, tem que falar com ele e pedir, ele tá até sabendo um pouco falar mais direito comigo (Entrevistada n. 32, não envolvida, 2011).

Podendo sair eu saio. Serviço pronto ninguém me impede. Agora depende se for lugar mais perto que dá pra ir e voltar logo sem problemas, agora se for longe fica mais complicado (Entrevistada n. 6, não envolvida, 2011).

Não tenho horário, meu marido não pega nisso, eu tenho meu próprio horário (Entrevistada n. 17, não envolvida, 2011).

Não tenho impedimento, eu falo que vou sair e deixo avisado, ele também (Entrevistada n. 34, não envolvida, 2011).

As respostas vão evidenciando que a condição de liderança da mulher dentro do MAB se constitui em um fator distintivo em relação àquelas que são apenas envolvidas com o movimento. Entretanto, quando se compara as falas das lideranças com o de outras mulheres que não participam do movimento, percebemos que a liberdade de tomada de decisão sobre a própria vida também está presente entre elas. Mas não nos enganemos quanto ao fato de que a *liberdade para tomar decisão* se constitui em algo diferente da pessoa reconhecer as limitações momentâneas para fazer qualquer coisa que deseja. A responsabilidade em cuidar dos filhos menores, neste sentido, se coloca como um dos principais fatores reconhecidos pelas mulheres como incidindo sobre a sua possibilidade e desejo de participar ou não de atividades fora da localidade:

Ficar fora muito tempo eu não posso, por causa dos filhos (Entrevistada n. 45, envolvida com o MAB, 2011).

Outro fator que interfere na liberdade de escolha da pessoa em poder fazer o que deseja são as questões de infraestrutura, como observado na fala que se segue:

Pra andar aqui em volta é fácil sem problema, agora a dificuldade é pra sair daqui, se não tiver carro da prefeitura não tem como pagar um carro pra levar nós, isso impede, é muito longe pra ir a pé, tem vez que tem tanta lama (Entrevistada n. 61, envolvida com o MAB, 2011).

No que se refere à frequência que os entrevistados se locomoviam entre suas casas para outros lugares foram apontados pela maior parte dos *envolvidos com o MAB* (87,5%) e

não envolvidos (75%) que sempre se locomoviam mais de cinco vezes *por ano*. Apesar dos *envolvidos com o MAB* se deslocarem um pouco mais, quando questionamos quais os motivos que os levaram a sair de suas casas, as atividades que dizem respeito ao movimento alcançaram apenas 7,3% das respostas dos envolvidos, sendo que o deslocamento para receber algum benefício (como o bolsa família), fazer compra e pagar algo tiveram maior expressão. Já com relação ao grupo dos *não envolvidos* estas duas atividades também foram evidenciadas, sendo acrescidas a este grupo as visitas aos familiares. Portanto, no que tange ao poder para sair de casa e os motivos que levaram os dois grupos a se deslocarem, consideramos que não houve grandes diferenças entre eles.

Outro indicador que utilizamos para analisar o empoderamento individual foi o **poder para tomar decisões sobre a sua vida**. Ao indagarmos as entrevistadas³⁵ se possuíam poder para tomar decisões, as respostas indicaram (quadro 4).

Você acha que tem poder para mudar a vida?	Totalmente incapaz de mudar minha vida	Geralmente incapaz de mudar minha vida	Nem capaz, nem incapaz de mudar a vida	Geralmente capaz de mudar minha vida	Não soube responder
Envolvidos com o MAB	14,7%	29,4%	29,4%	23,5%	2,9%
Não envolvidos com o MAB	19,4%	25%	13%	33,3%	8,3%

Quadro 4. Percentual do poder de decisão para mudança da vida. Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Observando as respostas fica evidente que participar ou não do MAB não se constitui em um fator diferencial em termos da conquista de autonomia por parte das mulheres sobre a sua própria vida. Contudo, o *poder aquisitivo e trabalho/profissão*, sim, se sobressaíram no quesito autonomia para tomar decisões sobre a própria vida. Os depoimentos abaixo ilustram de forma mais clara este ponto.

Sobre uma viagem, [...] vou por conta própria, *não tenho que pedir dinheiro*, vou com meus recursos. *Eu decido comprar* alguma coisa mais caro, igual uma geladeira, isso eu posso. (Entrevistada n. 28, não envolvida, 2011).

³⁵ Por se tratar de uma questão de cunho mais pessoal, não consideramos as respostas dos homens entrevistados, ou seja, consideramos as respostas das 34 mulheres envolvidas e das 36 não envolvidas.

Eu acho que eu tenho como sim, mas *eu não tenho dinheiro, não tenho um trabalho*, com certeza eu ia ter mais força pra mudar. [...] a gente tendo um dinheiro você sabe que tem como decidir, vai fazer aquilo que é melhor pra você, sem dinheiro tem hora que a gente sente tipo presa, amarrada. Até penso em fazer alguma coisa, fico aguardando, até um dia ter uma oportunidade né (Entrevistada n. 32, não envolvida, 2011).

Quando eu era solteira o meu pai mandava em mim, agora que sou casada fica difícil de mudar as coisas também. Não peço opinião pra ir na igreja, não tem problema, *mas pra comprar algo ou fazer outra coisa* tomo opinião do marido (Entrevistada n. 54, envolvida com o MAB, 2011).

A *condição da gente* pode impedir, eu tenho o sonho de terminar meus estudos e arrumar um serviço fora, aí eu sairia daqui com alguma coisa pra fazer, *com meu dinheiro ia ser bem melhor pra decidir as coisas na minha vida*. Acho que se eu trabalhar vai me dar mais liberdade, ter dinheiro pra comprar o que quer, comer alguma coisa, cuidar de mim (Entrevistada n. 26, não envolvida, 2011).

Além da renda própria e do trabalho/profissão a condição de liderança no MAB revelou no depoimento destas mulheres a autopercepção positiva relativa à sua autonomia de escolha. Assim, se os dados do quadro 4 revelaram que o simples envolvimento com o MAB não se constituiu em um fator diferencial em termos de autonomia sobre a própria vida, a efetiva participação no MAB na condição de liderança revelou na fala das entrevistas uma autoavaliação positiva quanto a percepção de autonomia sobre a própria vida.

Dependendo do que eu tenho. Quanto a emprego não tenho vontade de sair pra fora, eu gosto de variar das coisas pra fazer, serviço de roça é de meu jeito. No caso de relacionamentos eu tenho também, vamos supor se eu arrumar um companheiro e eu tiver no movimento e ter que sair e deixar as coisas é claro que vai ter conflito, então tem que pensar o que vale a pena, se é movimento ou o companheiro (Entrevistada n.71, *liderança* envolvida com o MAB, 2010).

Hoje ninguém me prende, libertei do cabresto. E sempre que posso eu falo com o Carlos das diferenças na criação dos nossos filhos. A Carina por ser mulher não precisa de passar por tanta privação como eu não, tem que ter direito igual ao do irmão [...] ela tem que crescer sim, mas sabendo que se tiver de fazer alguma coisa ela vai escolher [...], no que eu puder fazer pra eles ter escolha eu faço (Entrevistada n. 46, *liderança* envolvida com o MAB, 2011).

Entre as *envolvidas com o MAB*, a autonomia sobre a própria vida também esteve ligada ao reconhecimento da importância do trabalho/profissão e do poder aquisitivo. Mas o que as falas revelam mesmo é que precisa existir condições que possibilitem a mulher poder

fazer escolhas. A fala que se segue aponta a maternidade como outro fator destacado pelas entrevistadas como incidindo sobre a autonomia sobre a própria vida:

Hoje pra mim não dá, eu sempre tenho que pensar em meus filhos, mas se tivesse sozinha era mais fácil, mas sempre vêm eles em primeiro (Entrevistada n. 45, envolvida com o MAB, 2011).

Assim, com exceção das lideranças femininas, podemos concluir que as demais mulheres *envolvidas com o MAB* não consideram ter poder de escolha e de decisão em suas vidas, sendo que a condição de submissão dessas mulheres ainda prevalece na dimensão social da esfera privada, mesmo que estas mulheres participem das atividades do movimento. Apesar de nossas opções teóricas à respeito do que se compreende por empoderamento partirem do eixo de transformação das condições de vida das pessoas envolvidas em processos políticos, por acreditar-se que esta via de ampliação da democracia e dos direitos repercutiriam em termos de equidade de gênero no âmbito privado, os dados apresentados até o momento apontaram que tanto para as mulheres *não envolvidas com o MAB* como para as *envolvidas* o acesso a renda foi o fator destacado como mais positivo para a sua autonomia como para as possibilidades de melhoria das condições de vida e de bem estar da sua família. A **renda individual** possibilita à mulher o aumento da capacidade de barganha dentro da família no espaço privado, e conseqüentemente, fortalece a sua posição como sujeito autônomo, como indicado por Oliveira (2006).

Assim, apresentamos de forma mais detalhada a seguir os dados relativos a renda levantados junto aos *envolvidos com o MAB* e os *não envolvidos*. A situação encontrada foi a de que 65% das envolvidas com o MAB possuíam mensalmente *menos de um salário*³⁶ mínimo, tal proporção entre os *não envolvidos* foi de 26,8%. Esses rendimentos advinham em grande parte do programa do governo federal Bolsa Família, que fornecia para as entrevistadas entre R\$ 96,00 e R\$ 260,00, conforme o número e idade dos filhos. Outra fonte de rendimento identificada foram os serviços esporádicos como de diarista em alguma fazenda, ou como faxineira e doméstica. O acesso da mulher a benefícios sociais tem as suas críticas, conforme análise feita por Fraser (1987) em virtude de poder colocar a mulher em uma situação de consumidora e não de agente social de transformação da sua condição de vida. No entanto, no Brasil e mais especificamente nas condições de vida que ainda imperam

³⁶ O salário mínimo na época de realização da pesquisa era de 560 reais.

no meio rural, o recurso recebido e administrado pelas mulheres representa na grande maioria dos casos a principal fonte de renda mensal das famílias. O dinheiro recebido é direcionado para os gastos materiais com os filhos que estão em idade escolar, sendo usado também para as despesas da casa, como compra de alimentos e pagamento de contas.

Entre aqueles que se encaixavam na faixa de um salário mínimo a maior porcentagem também foi em relação aos *não envolvidos* 46,3% contra 25% dos *envolvidos com o MAB* detinham o rendimento mensal de 1 salário mínimo. É importante esclarecer que as (os) entrevistadas (os) que compunham esse estrato eram trabalhadores rurais aposentados e pensionistas. Somente três entrevistadas *não envolvidas com o MAB* possuíam salário, advindo do vínculo empregatício no funcionalismo público municipal. Assim, percebemos ao longo das entrevistas que as mulheres beneficiadas com a previdência social tiveram uma considerável melhoria nas condições de vida, assim como o aumento da sua autonomia dentro do âmbito privado, já na condição de pessoa idosa.

Assim, para a maioria das famílias entrevistadas a renda acabava limitando-se aos benefícios previdenciários e sociais, como o bolsa família, sendo o acesso a ocupações com renda mensal um limite que se apresenta nessas localidades, o que estimula o êxodo da juventude para os centros urbanos. Concluindo este tópico podemos perceber que estar envolvido com o MAB não se configurou, portanto, como um fator de empoderamento individual para a mulher. Neste sentido, a renda e o trabalho formal se constituíram em atributos reconhecidos por elas como gerando maior autonomia sobre a própria vida.

5.3 Empoderamento Social

A proposta de discutir o empoderamento social por meio dos indicadores sobre *conhecimento e acesso aos direitos sociais e trabalhistas, acesso às políticas públicas e a participação em organizações sociais* tem o caráter de refletir os avanços e/ou retrocessos da relação dos grupos pesquisados com a esfera pública. No que tange ao **conhecimento e acesso aos direitos sociais e trabalhistas**, indagamos aos *envolvidos com o MAB* e com os *não envolvidos* se estes conheciam seus direitos como trabalhadores rurais. As respostas foram indicadoras de um alto índice de conhecimento: 100% dos *não envolvidos* e 95% dos *envolvidos* afirmaram conhecer os seus direitos. Ao aprofundarmos um pouco mais nesta questão e buscarmos identificar quais os direitos sociais e trabalhistas que eram capazes de nomear, 70% dos envolvidos com o MAB e 61% dos não envolvidos sabiam da existência do

direito a licença maternidade, auxílio doença e aposentadoria. Entre os que conheciam apenas o direito a aposentadoria e nenhum outro, o percentual foi maior entre os *não envolvidos* com o MAB que entre os *envolvidos*: 37% contra 22%.

Já o acesso aos direitos trabalhistas e sociais não denotam em si empoderamento, em função de depender da pessoa ter uma determinada condição física como a idade para a aposentadoria, por exemplo. Assim, constatamos entre os entrevistados que 34% dos *não envolvidos com o MAB* e 27,5% dos *envolvidos* disseram ter acesso à previdência rural benefício. Em termos de acesso à licença maternidade 30% das envolvidas com o MAB e 24,4% das *não envolvidas* já o acessaram. No que confere às outras políticas públicas o acesso majoritário entre os *não envolvidos* diz respeito à bolsa família 43,9% e de 60% entre os *envolvidos com o MAB*.

Com relação a outras políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro que denotam uma atitude mais proativa do indivíduo, por envolver uma perspectiva de investimento e busca de melhoria da produção, da renda e das condições de vida, identificamos que 15% dos *envolvidos com o MAB* e 5% dos *não envolvidos* acessaram o Programa “*minha casa, minha vida*” integrante da política nacional de habitação rural. Em termos da política pública de comercialização de produtos - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via CONAB – Companhia nacional de Abastecimento – o percentual foi de 5% para o grupo dos não envolvidos e para os *envolvidos com o MAB*, estes receberam um incentivo especial para produzir hortaliças em estufas e comercializá-las através do PAA da CONAB. Este incentivo fez parte de um projeto maior de autossustentação discutido junto às lideranças do movimento, já apresentado no capítulo anterior. A fala de uma das lideranças ilustra bem como funciona esse projeto.

Uma ação do movimento que avalio como muito boa é a auto sustentação, a estufa é a melhor coisa, porque ensina o povo a trabalhar, ensina e ajuda a melhorar a alimentação das famílias. É uma coisa boa para a família, para a comunidade e para o movimento. Porque a produção dos legumes é dividida em 50% para a família, 20% para comunidade e 30% para a secretaria do MAB, daí quando tem evento, reunião, assembleia eles usam essas verduras (Entrevistada n. 71, liderança envolvida com o MAB, 2011).

De acordo com o relato, a estufa tem auxiliado a família que recebe a responsabilidade de cuidar da estufa e as demais famílias envolvidas, pois estas contribuem mensalmente com três reais e dessa contribuição retira-se uma porcentagem que custeia os materiais necessários

para a construção das estufas, compra de sementes e material de irrigação. Os responsáveis pela manutenção das estufas contavam com apoio do trabalho dos demais envolvidos do grupo que coordenam e, posteriormente as demais famílias recebem 20% da produção para consumo próprio.

Já foi construída uma estufa no reassentamento Guaiana (Figura 13), sendo que duas outras serão instaladas na localidade de Emboque (Figura 14). Após a instalação dessas estufas e o início da produção de hortaliças, a coordenação geral dos grupos de base presentes nas localidades do município de Diogo de Vasconcelos e um militante da regional da Zona da Mata firmaram um convênio via secretaria municipal da agricultura de Diogo de Vasconcelos que garantiu o destino da produção de hortaliças. Desse modo, a prefeitura via programa CONAB vem recebendo as hortaliças produzidas na estufa para o abastecimento das escolas do município.



Figuras 13 e 14. À esquerda, estufa já montada e produzindo hortaliças. À direita, estrutura da estufa ainda em construção, na localidade de Emboque. Autora: Aline G. Delesposte, 2011.

Assim, mais do que o acesso a uma política pública que vai auxiliar as populações rurais com benefícios sociais, que devem ser por direito oferecidos à população, consideramos que quando a implementação de uma política pública parte de reivindicação, mesmo que por parte das lideranças, pode-se alcançar o efeito social de envolvimento do grupo, em função da reivindicação expressar uma necessidade sentida. Nesse sentido, o grupo dos *envolvidos com o MAB* tem a chance de avançar em relação aos *não envolvidos*, por estarem produzindo hortaliças para o próprio consumo e para a comercialização da produção para a prefeitura via PAA/CONAB.

Outro indicador que compõe a esfera do empoderamento social é a **participação em organizações sociais** presentes nas comunidades ou no município em que vivem. Dentre os entrevistados *envolvidos com o MAB* 85% afirmaram fazer parte de outra organização além do grupo de base, contra 70% dos não envolvidos. Quando questionamos aos membros de ambos

os grupos sobre quais as organizações eles faziam parte, a que mais se destacou foi o STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais: 62,5% dos *envolvidos com o MAB* e 41% dos *não envolvidos* eram associados³⁷. Quando questionamos os grupos como era a sua participação no sindicato, a resposta foi a de que a filiação tinha a função de garantir os direitos da previdência social, o auxílio maternidade e doença. Contudo, o caráter político do sindicato também foi destacado:

Agora que vamos sentar com a presidente do Sindicato de Trabalhador Rural daqui de Diogo, acordamos um pouco porque depois que teve um encontro de formação do movimento lá em Diogo ela (a presidente) perguntou pro irmão dela que participa do movimento porque a gente não integra eles nas atividades do movimento, daí começamos entender que estamos com alguma abertura. Já chamaram eu e a Fabiana (coordenadora regional do MAB) pra uma reunião que vai acontecer no mês que vem (início de outubro), vamos encontrar com ela pra ver se as políticas públicas que os agricultores costumam acessar por meio do STR serve pra nós também, parece que eles estão querendo trabalhar com nosso povo em algumas políticas do governo pra agricultura familiar. Isso é bom porque sempre tivemos representantes no sindicato de Diogo que davam as costas pros trabalhadores que lutam aqui no dia a dia e agora estamos ganhando mais presença, acho que a atenção do prefeito sobre nossa população atingida tem dado pelo menos algum fruto. Porque antes o STR fazia prestação de serviço só e vi que é frajuta, estamos pagando só por causa dos direitos pra aposentar e outros auxílios (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

O diálogo entre o sindicato e as representantes do movimento aponta para a construção de uma parceria que pode ir além da prestação de serviço feita pela organização para fins de acesso a benefícios sociais para a população trabalhadora. Ou seja, a ação dessa liderança envolvida com o MAB no processo de aproximação entre as organizações locais denota a possibilidade de criação de novos espaços de inserção para a população atingida pela barragem, como o acesso a políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar nas localidades. Com relação às demais organizações que os *envolvidos com o MAB* e os *não envolvidos* participam, apresentam-se a terceira idade, com o intuito mais recreativo e de encontro entre homens e mulheres para a realização das atividades de descontração e de cuidados com a saúde. As pastorais religiosas também fazem parte das atividades dessas

³⁷ Dois fatores podem estar ligados a essa diferença: um é a idade e ocupação dos envolvidos no MAB - 65% são trabalhadores rurais economicamente ativos. Já entre os *não envolvidos* 35% são aposentados, ou seja, não contribuem mais com o sindicato. Porém, outro fator a ser considerado pode ser o próprio trabalho de conscientização que o movimento faz através dos grupos de base, das assembleias, dos acampamentos. Estas atividades destacam o direito dos trabalhadores rurais que são atingidos por barragens.

pessoas. Um ponto curioso é que nenhuma pessoa do grupo dos *envolvidos com o MAB* e dos *não envolvidos* é filiada a partidos políticos no âmbito municipal.

Por fim, outra organização que emergiu nas falas durante as entrevistas foi a AIRCA (associação do reassentamento Guaiana). Entre os *não envolvidos* 26,8% fazem parte deste grupo e apenas 10% dos *envolvidos com o MAB* participam dessa organização. O caso dessa instituição é bem específico, pois tratava-se da representação das 16 famílias que se mudaram em 2004 para o reassentamento. A negociação que ocorreu entre a empresa Novelis e a AIRCA favoreceu o fortalecimento do poder de barganha das pessoas que se faziam representar no processo via associação. Os benefícios alcançados, alguns já apresentados no capítulo 3, como a área coletiva, a reserva legal, os lotes, as benfeitorias, as casas, foram conquistadas através de um longo processo de reivindicação de indenizações mais justas.

Assim, as demais condições que foram conseguidas como prestação de serviço de assistência técnica pago pela empresa durante três anos, a compra de bovinos para a produção de leite e de derivados, a disponibilização de um veículo para as famílias do reassentamento, enfim, todos esses benefícios materiais que poderiam potencializar os meios de produção e reprodução dos associados durante os primeiros anos de existência do reassentamento, não foram suficientes para tal, pelo contrário, contribuíram para uma sequência de desentendimentos entre os associados, que culminou em 2006 com o “racha” entre as famílias que ali moravam e com a saída da presidente da associação.

O processo de socialização que estava em curso acabou se enfraquecendo em meio aos desacordos ocasionados pelos conflitos de interesses individuais ou coletivos dos atingidos. O que não deixou de refletir também na assimetria social de algumas pessoas que dentro desse processo se tornaram mais expressivas. Portanto, hoje o que se tem na localidade é a fragilidade dos laços de confiança e solidariedade que haviam sido construídos entre os associados nos primeiros anos. A atuação do movimento na localidade via grupo de base e a atuação da AIRCA são ações totalmente distintas. De comum a todos, há apenas uma pendência que a empresa Novelis após nove anos ainda não resolveu: o registro e a escritura da terra para os reassentados. A inexistência do título da terra tem dificultado o acesso à previdência social e aos programas de financiamento do governo. Por fim, entendemos que as relações conflituosas fazem parte do processo de empoderamento social, pois envolve os interesses dos indivíduos, que ora se misturam aos interesses coletivos com um fim maior, ora não.

Assim, ao analisarmos os indicadores de *empoderamento social*, percebemos que o *conhecimento e o acesso aos direitos sociais e trabalhistas*, bem como o *acesso às políticas públicas e a participação em organizações sociais* tem percentuais um pouco mais expressivos entre os envolvidos com o MAB. Contudo, não se pode afirmar que nenhum dos dois grupos tenham expressado uma atitude clara de empoderamento proativa, ativada por meio da ação coletiva dos grupos. A construção das estufas e o vínculo de entrega de hortaliças estabelecido com o PAA/CONAB não pode ser tomado como um indicador de participação que expresse a voz dos atingidos. Antes, parece referir-se a uma ação destinada a ampliar o acesso a melhores condições de vida elementares, dentro de um formato ainda assistencialista, embora necessário.

5.4 Empoderamento Político

Os indicadores de empoderamento político selecionados foram: *compartilhamento de poder de decisão dentro do grupo de base e mudanças na própria vida*. Devemos destacar que nesse item os indicadores analisados serão relativos somente aos envolvidos com o MAB, pois as perguntas que abordaram os indicadores descritos não foram apresentadas no questionário dos não envolvidos. Desse modo, se fará presente a complexidade das relações de poder que inúmeras vezes são tecidas dentro do espaço público do movimento ora no espaço privado, ora como articulação de ambos, rumando na percepção dos efeitos sociais nas relações de gênero. Inicialmente, para ilustrarmos como se constitui esta complexidade das relações de poder na vida das mulheres envolvidas, faremos um pequeno trajeto de como foi a entrada de uma das lideranças *envolvidas com o MAB*, demonstrando qual era o seu papel como mulher, esposa e depois como foram se mostrando os desdobramentos em sua vida com o envolvimento na ação coletiva. Segue o depoimento dado:

Na época que começou a espalhar a notícia que ia construir a barragem foi uma confusão na vida de todo mundo. Pra mim as coisas foram continuando como sempre foi, questão de plantar, de trabalhar na roça, cuidar de casa, cuidar de menino, tudo se manteve, mas pra Carlos (companheiro) foi diferente que ele que puxou o povo pra participar, ele que se juntou com o movimento pra tentar impedir a barragem, ele tinha a experiência dele lá de muitos anos de ter trabalhado na construção de barragem no nordeste e sabia como era todo esse processo. Nessa época eu não ia muito, não era de participar das coisas, quem envolveu foi o

Carlos. Ele ia pra todo lado e eu que ficava em casa, cuidando das coisas, eu também era meeira de meu pai, ai tinha serviço né. Não participava antes, mas já tava passando raiva com muita coisa que tava vendo e não acontecia, então quando eu vi que a empresa tava roubando tudo e vi que estavam tirando direito do trabalhador rural eu resolvi entrar. Eu resolvi participar depois que teve a ocupação do canteiro de obra em 2001, isso teve efeito porque antes a empresa reconhecia duas famílias como meeiras, depois que ocupamos o canteiro a empresa reconheceu que tinha coisa errada, que não era pouca gente não, era muita mesmo. Ai foi acontecendo tudo e eu cada vez mais envolvida, gostei e to até hoje, porque junto a gente consegue, se for unido a empresa individualiza tem que ter olho aberto (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

A transcrição da fala da entrevistada que hoje é coordenadora dos grupos de base dos municípios de Diogo de Vasconcelos demonstra como tudo começou, e sinaliza as diferenças da natureza da participação masculina e feminina na movimentação entre a esfera pública (a saída do parceiro para as atividades do movimento) e da esfera privada (a permanência da mulher na propriedade cuidando dos filhos pequenos, da casa e da roça). Também evidencia como que o reconhecimento da exclusão dos direitos dos trabalhadores e inclusive o seu, perante a empresa, contribuiu para a sua saída do espaço privado para a arena pública, espaço de luta e de resistência. A entrevistada ainda complementa que a movimentação entre os espaços do MAB, no início restritos ao lugar onde morava ganhou alcance impensado:

Eu quando passei a participar não parei mais, em 2002 fui pra encontro nacional do MAB; em 2004 fui pra Tailândia no encontro mundial dos atingidos por barragem, fui pra São Paulo, fui pra um curso de formação em Goiânia, depois marchamos até Brasília, fora as lutas aqui em Belo Horizonte, na região nossa. To até hoje ai. Foi tanto que conseguimos vim pra um reassentamento (Entrevistada n. 46, envolvida com o MAB, 2011).

A participação no movimento se deu por meio de aprendizados durante essas viagens, nos cursos de formação, nos encontros, nas marchas. Porém, com todos esses aprendizados “fora”, as vivências do espaço da casa, da relação com os filhos, se interligaram sempre. Os recuos e conflitos fizeram parte do processo de crescimento e do empoderamento,

Acho que quem entra na luta começa ser marcado com muita vivência rica, tem coisa triste, tem coisa que desanima, várias coisa que assustam, até ameaça de morte. Meus meninos sofriam pressão na escola, a psicóloga falou que eles tinham que fazer tratamento psicológico. Eu fui ameaçada na escola quando eu estudava a polícia já foi lá enquanto eu estava na sala de aula pra me amedrontar, fui seguida ao ir pra casa, ai depois disso eu pensei

bem e vi que não podia andar sozinha por causa das ameaças. Mas isso são as dificuldades que vem, mas de ver as coisas acontecendo não tem melhor, ver as conquistas (Entrevistada n. 46, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Entretanto, toda essa experiência vivenciada ao longo do tempo pela liderança não se torna recorrente para todos e todas que se envolvem com o movimento. São apenas alguns indivíduos que estreitam as suas relações com a esfera pública. Mas, o papel de lideranças como esta potencializa a possibilidade de expansão do trabalho do movimento nas bases, onde estão os trabalhadores e trabalhadoras. Nesse aspecto, ao analisarmos o indicador **compartilhamento do poder de decisão dentro do grupo de base**, como fator de empoderamento político, temos uma realidade que demonstra o reflexo da organicidade do movimento, criada para seu fortalecimento no âmbito nacional. De acordo com os *envolvidos com o MAB*, 65% disseram que dentro dos grupos de base os coordenadores apresentam as propostas para os demais membros expressarem a sua opinião a respeito para somente depois tomarem as decisões. Porém 30% disseram que as lideranças que coordenam decidem e depois informam os outros membros do grupo. A seguir apresentamos algumas das falas. Algumas delas dão destaque ao papel das lideranças no encaminhamento de propostas que já chegam prontas:

Eles chegam falando como vai ser as coisas e pergunta pra nós, igual o acampamento eles perguntaram se queria participar, era pra sair a lista de quem vai ser cadastrada, então fomos. A autossustentação eles perguntaram pra nós se concordava, falaram porque tão pedindo isso (Entrevistada n. 80, envolvida com o MAB, 2011).

Primeiro eles se reuni, arruma o que vai falar e depois vem com a gente e fala, pede opinião. O pessoal da liderança é importante, principalmente a Maria que hoje tem a casa dela boa, tem a terra e que mesmo assim ajuda a gente, olha que muitos não ajuda conseguiram e deram as costas (Entrevistada n. 63, envolvida com o MAB, 2011).

Eles falam que tem que sair, ir nas viagens, mas a gente sai e nem sabe o que vai acontecer, igual eu nem sei o que falou da vez que fomos em BH lá no tal INCRA, chegou outro povo de lá do norte de minas e eu nem sabia que ia ter isso tudo (Entrevistada n. 58, envolvida com o MAB, 2011).

No caso de cadastramento das famílias pra conseguir terra eles tem que participar do movimento, isso foi um critério que veio da Silmara do Ministério Público foi ela que exigiu e a gente tenta cobrar do pessoal (Entrevistada n. 71, liderança envolvida com o MAB, 2011).

A opinião dos *envolvidos com o MAB* considera que as decisões são antes de tudo tomadas pelas lideranças e depois estas informam para os demais membros do grupo. Desse modo, as respostas apontaram que as viagens são os momentos em que a escolha de quem vai, parece partir das lideranças, ou seja, são elas que sabem para onde será a viagem e o número de vagas. Outro fator que foi levantado é a falta de informação em alguns espaços em que vão participar. Uma entrevistada relatou que em 2006 foi em uma viagem para Belo Horizonte e que na verdade era para participar de uma manifestação que acabou em confronto direto com a polícia. A entrevistada disse que chegou a ser atingida por uma bala de borracha. Por isso, manifestou um pouco de insatisfação quanto aos objetivos incertos que as viagens têm.

Um ponto importante de se destacar, ainda, no processo de empoderamento diz respeito às situações e as oportunidades imprevistas, mas que se mostram favoráveis às conquistas pessoais, a ampliação dos horizontes de vida, a possibilidade de mudar a rotina, adquirir mais liberdade, bem como a possibilidade de acesso a terra na condição de proprietária. O depoimento a seguir ilustra esta situação:

Quando começou a barragem meu esposo que tava indo, na ocupação lá do canteiro de obras em 2001 ele que foi nessa parte antiga eu nunca fui. Eu não ia por causa de menino pequeno pra cuidar, mandar pra escola, cuidar da criação. Hoje eu que to indo e o meu marido não vai mais. Eu fui participar desde quando ficamos acampados, fui convidada pra participar do acampamento e fui. Fiquei até o fim quase deu 6 meses. Meus filhos ficaram aqui com o pai deles. Eu fiquei lá sozinha, vinha de vez em quando pra ver como tava os meninos e pra ajudar em alguma coisa. Olha lá a gente fazia de tudo, tinha horta e fomos plantar, limpava o terreno, tinha as assembleias. Mas, cada um tinha sua barraca, eu levei minhas vasilhas, meu colchão, fazia comida.

P: E você foi participar por quê? Pra te falar a verdade eu fui nem foi por causa do cadastro, eu me empolguei de ir e fui, na época eles falava de cadastramento e eu nem imaginava direito o que era, ai eu fui mais porque eu quis, eu cadastrei e tudo, agora nós estamos esperando.

P: E se você ganhar a terra você vai se mudar ou vai ficar aqui? Eu mudo, porque ai eu posso plantar né, porque aqui não é meu, é de um monte de gente né, é da família de meu marido, é do meu marido, então melhor ter a terra minha mesmo (Entrevistada n. 67, envolvida com o MAB, 2011).

Como destacado anteriormente na corrente da ação coletiva, o próprio processo de empoderamento político vai depender dos fatores individuais, pois os indivíduos só terão empolgação e influência para atuar na esfera pública se forem detentores de recursos que

permitam o controle da própria vida, podendo ser a terra, um trabalho remunerado, a possibilidade de aumento no nível de escolaridade, etc.

No que concerne ao indicador **mudança na própria vida**, questionou-se entre os *envolvidos com o MAB* se houve alguma mudança em sua vida depois que passaram a participar do grupo de base e de outras atividades do movimento. 55% mencionou que sim, participar favoreceu a mudança, enquanto que 45% negou qualquer modificação ao longo do tempo de envolvimento com o MAB. Quando solicitados a definir quais elementos de modificação nas suas vidas, 35% disseram que nada mudou; 32,5% destacaram que passaram a ter mais acesso às informações. As referências ao benefício da cesta básica somaram 27,5%; E os aspectos relacionado a oportunidade de reivindicar os direitos representou 25% da população. A seguir apresentamos algumas das falas que ilustram estas situações:

Pra acontecer mudança tinha que ter mais decisão, não chega nunca numa decisão e pronto vai lá e faz, é *demorado* as coisas de movimento (Entrevistada n. 53, envolvida com o MAB, 2011).

Mudou que hoje eu fiquei mais esperta com esse *povo da empresa*, hoje eles *não me engana* se vim com conversinha, não passa por cima de gente que tá calejada né. (Entrevistada n.75, envolvida com o MAB, 2011).

O acesso à informação de tudo, a comunicação, mudou muito, eu falo errado, mas todos entendem, essa participação me incentivou a estudar. Acho que o movimento ajudou dar um rumo nas conquistas, ajudou *enxergar o caminho pra conseguir melhorar a vida, nunca perder o que tem, mas sempre melhorar*. Quando entramos no movimento pra conquistar uma indenização não pensava que ia dar em um reassentamento, não pensava que eu ia assumir responsabilidade com a militância, foi mudança né. Hoje eu me sinto bem por tá contribuindo com os companheiros que ainda tão precisando de terra, de trabalho, pra mim é importante! (Entrevistada n. 46, liderança envolvida no MAB, 2011).

A cesta ajuda bastante, passa bem tempo sem vim. Agora sem ser a cesta ah, pra mim não teve mudança não. Pros outros mudou, tem gente que conseguiu o negócio da terra, tão atrás de terra de novo, aí pode ter sido bom pra eles, eu vou mais pra ajudar eles que tão precisando de terra, acho que a ajuda também faz parte um pouco de mudança (Entrevistada n. 58, envolvida com o MAB, 2011).

A gente que tá desde o início e recebemos muito pouco da empresa, deu de indenização na época 250,00, sendo que eu não recebi nada e sempre trabalhei com meu marido nas roças. Agora o movimento tá nessa de conseguir terra, se o INCRA der terra pra gente plantar, nossa vai ser o meu sonho preparar a terra pra mim e não pros outros, porque eu que já cansei de cuidar da terra dos outros. Nossa no dia que fomos lá dar nosso nome eu voltei até chorando (Entrevistada n. 52, envolvida com o MAB, 2011).

Eu me abri muito com as pessoas no geral, era fechado e tímido, muita dificuldade de falar, comunicar, a expressão da fala. A importância da fala me ajudou muito, assim eu descobri que tinha força pra lutar por meus direitos. Essa questão de participar de um movimento que lidava com as pessoas fez eu me inserir na comunidade, me tornei membro da igreja, foram me aceitando. Depois disso eu ajudei montar a AMABF. Pra você ver eu assumi a vice-presidência, o presidente era o Romualdo, a Zuleide era secretária. Foi com todo esforço nosso que a empresa foi reconhecendo um tanto de gente que antes ela não considerava como atingido. Mas isso tudo foi no momento da empresa pagar as indenizações de quem era atingido, aí tinha muita gente envolvida com nós porque foi um momento que criamos as categorias de meeiros, diaristas, garimpeiros, artesão, trabalhador que não era reconhecido (Entrevistado n. 47, liderança envolvida com o MAB, 2011).

Os depoimentos supracitados mostram os distintos posicionamentos frente a atuação do movimento na vida dos atingidos. Para aqueles que consideraram que nada mudou em suas vidas, o tempo de espera foi algo que impediu a ação transformadora. Assim a real mudança de vida estaria atrelada às decisões capazes de gerar conquistas materiais e imediatas.

Um dos aspectos apontados para a mudança de vida foi o acesso à informação concebido como meio para indicar os possíveis meios de enfrentamento dos agentes, o povo das empresas. O acesso à informação significa poder de voz. Para os atingidos saber falar, não é necessariamente saber a linguagem técnica que envolve os processos de tomada de decisão, como em um licenciamento de uma barragem. Eles destacam que a sua fala pode até apresentar erros, mas o sentido subjetivo do que se vive e do que se expressa nos espaços do cotidiano, esses sim eles sentem que devem ser inseridos nos estudos técnicos, por isto eles os precisam expressar. De modo que, como sugeriu Laschefski (2011) as diferentes racionalidades das populações atingidas possam estar presentes no processo de licenciamento, esse fator que as tornam visíveis colabora para que ao invés de perderem o que tem (acesso a terra, recursos naturais, trabalho, etc.) seja somado com sentido de melhorar as condições de vida como no caso do acesso a indenizações justas, direito a participar dos processos de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a participação da mulher nos espaços do MAB e a reorganização das relações de poder no cotidiano familiar, comunitário e no próprio movimento social se constituiu no problema da presente pesquisa. Foram formuladas duas hipóteses: 1ª) a participação política da mulher no MAB (Zona da Mata) contribui para a reorganização das relações de poder presentes no cotidiano familiar, comunitário e no próprio movimento social, favorecendo a conquista do seu empoderamento no âmbito público e privado; 2ª) a entrada e a participação das mulheres em um movimento social como o MAB está vinculada à busca pela defesa do lugar em que vive e dos modos de vida que asseguram a reprodução de sua família. Das duas hipóteses elaboradas, apenas a segunda foi confirmada. A atribuição de valor à casa mostrou a importância desta no espaço vivido e como meio de assegurar a própria vida do grupo familiar.

Além disso, as expressões do lugar como significado de vida foram apontadas por meio da valorização das relações familiares e de parentesco, que se remetiam a aspectos de segurança e de confiança construídos no lugar ao longo das gerações; esses elementos atrelados à família e ao trabalho foram apresentados como fator de valorização das experiências do dia a dia. Assim, o principal significado dado ao lugar pelas mulheres e homens está na relação entre as práticas cotidianas realizadas no trabalho e pela família. Nesse sentido, a vinculação das mulheres ao movimento esteve atrelada à manutenção dos modos de vida que asseguram a reprodução de suas famílias, mesmo que nesse âmbito estejam presentes valores tradicionais.

Portanto, estes elementos contribuem para entendermos que os argumentos tradicionais que envolvem a família e legitimam a participação da mulher corroboram como uma estratégia de manutenção familiar e não com sentido de liberdade individual, por exemplo. Percebeu-se que nos lugares da comunidade, da casa e no movimento social a existência de uma espacialidade-localidade que define onde as mulheres participam ou não, o posicionamento vai além do social, ultrapassa o corpo e infere no espaço geográfico

A pesquisa mostrou que a participação das mulheres no MAB era parte de um projeto familiar, contando com a aceitação do homem para o engajamento da mulher, desde que este não envolvesse necessidade de afastamento da casa e da realização das atividades domésticas. O engajamento das mulheres no movimento não se constituiu em um fator de empoderamento

no âmbito público, nem privado. Mesmo porque este não era um objetivo das mulheres, mas, tão pouco, resultou de forma involuntária em uma oportunidade de empoderamento. O que se observou foi a continuidade da tradicional divisão sexual dos espaços, tanto os públicos, quanto os privados. A igreja se constituiu no principal espaço comunitário que as mulheres participavam, desenvolvendo atividades em pastorais religiosas, ou organizando festividades. As atividades das mulheres continuaram sendo compreendidas como delas e a dos homens como deles. A prática cotidiana não foi afetada pela participação no movimento e pelas tentativas deste de implementar uma reflexão acerca dos papéis de homens e mulheres na esfera pública e privada. As mulheres, mesmo participando dos grupos de base nas comunidades e em outros espaços fora de suas localidades, não conseguiam romper com os papéis de gênero que demarcavam os lugares femininos e masculinos nos espaços familiares, da casa, da propriedade, assim como nos espaços comunitários. O que conferiu a manutenção de relações de poder e dos papéis fixos e rígidos para mulheres e homens nos espaços públicos das comunidades em que vivem e nos espaços privados.

Em relação à teoria do empoderamento consideramos que a participação das mulheres em movimentos sociais demonstra situações em que o posicionamento e o tipo de atividade e papel assumidos dentro da organização se constituíam em fatores diferenciadores para as possibilidades de empoderamento. Observamos que as lideranças do MAB manifestavam autonomia para tomar decisões sobre a sua vida e da família, além de terem ampliado o seu engajamento no espaço público. Contudo, isto não se estendeu para as demais mulheres que participavam do movimento. Nesse sentido, apontamos como algo importante a ser analisado em outros estudos o papel dos grupos de base como meio de empoderamento e a relação entre as lideranças e as bases locais.

Podemos perceber que estar envolvido com o MAB não se configura politicamente, como um fator de empoderamento individual para a mulher. Ao levarmos em conta a renda monetária, os *envolvidos com o MAB* possuem menos poder de escolha que os *não envolvidos*. Além disso, há o agravante da perda de posto de trabalho e da terra para plantar dessas pessoas devido à construção da barragem. Neste sentido, a renda e o trabalho formal se constituíram em atributos reconhecidos por elas como fator de maior autonomia sobre a própria vida. Porém, o fato de estarem envolvidas no movimento social se mostrou como uma possibilidade de acesso a uma condição de cidadania, de tomada de conhecimento do direito à propriedade da terra, a qual no caso presente cumpre, perfeitamente, a sua função social.

Por fim, o presente trabalho pode contribuir para que os extensionistas rurais e demais mediadores sociais sejam alertados para a necessidade de perceberem as desigualdades dentro dos grupos sociais, desnaturalizando as relações de poder neles envolvidos, de forma a desenvolverem práticas que promovam o autoquestionamento dentro dos grupos com os quais atuam. Infelizmente, ainda é comum encontrar mesmo nos movimentos sociais que se opõem à ordem social capitalista, a ausência de criticidade e a secundarização da questão dos papéis assumidos por homens e mulheres, os quais reproduzem as desigualdades que afetam, principalmente, as mulheres no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica. 2005, p. 7-9. 145.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; MENASCHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs); ALVES, Margarida. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/IICA, 2006. p.123-149.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Vol.15, n.2 Brasília Jun/Dez. 2000.p. 303-330.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas cidades. 1971.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações. **Revista Serviço Social**. Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/revista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 24 jan. 2012.

CORDEIRO, Rosineide de L. M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide de L. M (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimento e políticas públicas**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2006. p.145-172.

D'ÁVILA, Cláudia A. Romeiro; BARREIRO, Flávio Marques Castanho. **Plano de Desenvolvimento do Reassentamento: "Antiga fazenda Guaiana"**. Viçosa, 2004.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação política e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.) **Políticas de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização**. Caracas: FACES, Universidad Central da Venezuela, 2004. p. 95-110.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Trad. Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 26º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002. 146.

GUEDES, André Dumans. Cursos de formação de militantes: Pedagogia e organização nacional do movimento dos atingidos por barragens. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Bahia, 2008. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2010/dumans%20guedes.pdf>. Acesso: 28 fev. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade** v.13, n.2, 2004. p.20-31.

_____. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade: Dossiê**. n. 11, 2007. p.41-70. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1255/1200> Acesso: 24/01/2011.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. 4º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HEREDIA, Maria Beatriz Alásia et. al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1987. p. 28-56.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Ano 9. n. 8, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Heredia.PDF>>. Acesso: 15 mai. 2011.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. Anais do II Seminário Nacional **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, Florianópolis, Brasil. Abril de 2007. P. 485 – 506. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso: 28 nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 18 abri. 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 21-59.

LEITE, Adriana Figueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, Rio de Janeiro. Vol. 21, 1998. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>. Acesso: 07 jun. 2011.

LÈON, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro Del primer y tercer mundos em los estúdios de gênero. **La Ventana**. N. 13. 2001, p. 94-106. 147.

LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Anais do II Seminário Nacional**. UFSC, Florianópolis, Brasil. 2007. p. 640-652.

PRZYBYSZ Juliana; SILVA, Joseli Maria. Articulando os espaços público e privado: ransformações das espacialidades vividas por mulheres moradoras de periferias pobres após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – PR. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, jan./jul. 2012. p. 105-116. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Águas Revoltas: A sensibilidade ferida do atingido irrompe em movimento e arte**. Ponte Nova: MAB. Maio de 2002.

_____. **Acampamento Dom Luciano**. Ponte Nova: MAB. 2010 (mimeo).

_____. **Nossa organização é nossa força: Caderno de estudo para os grupos de base**. São Paulo: MAB. Out 2011.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987, p. 23-37.

NOBRE, Renarde Freire et.al. Preâmbulo. **O poder no pensamento social: Dissonâncias**. Belo Horizonte: UFMG. 2008. p.11-28

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. 2006. 132 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PAULILO, Maria Inez S. **Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida**. Revista de estudos feministas, UFSC, jan/jul. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700>>. Acesso: 24 abri. 2010.

PERISSONOTO, Renato. Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renarde Freire (org.). **O poder no pensamento social: Dissonâncias**. Belo Horizonte: UFMG. 2008. p. 59-68.

PINTO, Alice Regina et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, MG, 2011. 70 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: data de acesso.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992. p. 127-150.

REZENDE, Leonardo Pereira. **Participação e estruturas de oportunidades políticas no licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas: um estudo comparativo dos casos da UHE Cachoeira da Providência e UHE Fumaça-MG**. 2003. 179f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGER. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2002. 148.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Mudando pra continuar sendo: A organização de Movimentos de Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: Conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 85-121.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (org.) **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil. p.9-20.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A comissão dos atingidos pela mineração e a luta de resistência à expansão da mineração de Bauxita (e a favor da agricultura familiar) na Zona da Mata de Minas Gerais. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, abr. 2007, p. 275 - 290.

_____. Licenciamento Ambiental e Lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: Um estudo comparativo. In: **Vidas Alagadas: Conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008, p. 187-218.

ROTHMAN, Franklin Daniel; MAGNO, Lucas; DELESPOSTE, Aline Guizardi. Na certeza que a luta continua: a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, município de Guaraciaba – MG. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 239-271.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, Mariana. **Mulheres no movimento de luta contra as barragens: participação conquistada ou autorizada**. 2002. 108f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGER, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

SCAVONE, Lucila. Estudo de gênero: uma sociologia feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16 n. 1: 288, jan/abr2008. p. 173-186.

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Brasília – DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/cddph/relatorios/relatoriofinalaprovadoemplenario_22_11_10.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, Alexandra Martins. **Mulheres em Movimento: Luta e resistência contra as barragens**. 2007. 228f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Economia – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora: Reflexões em torno do planejamento e da Gestão das Cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A “rua” e o “nosso lugar”: Processos de reterritorialização no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p.127-150.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. 149.

VAINER, Carlos, B. Conceito de Atingido: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: Conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 39-64.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 121-132.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, José Maria. Do local ao global: A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e suas articulações em redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas: Conflitos socioambientais licenciamento e barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. p. 64-82.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. Téc. Gabriel Cohn, 4º ed. Brasília: UNB, 2000.

ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos sociais e a questão de classe: Um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens**. 2007, 211f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS. Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2007. Disponível em: <

http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2379/1/2007_EduardoLuizZen.pdf>. Acesso: 13 dez. 2011.

ZHOURI, Andréa; ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas**: Conflitos Socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 122-168.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 439-462.

ZHOURI, Andréa; GOMES, Lilian Alves. Da invisibilidade à resistência: Atores-rede no licenciamento ambiental das hidrelétricas Capim Branco I e II (Complexo Amador Aguiar), MG. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 273-294.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO ENVOLVIDOS COM O MAB

Questionário 1 (mulheres que participam - MAB)

Identificação N. _____

Nome: _____ Idade: _____

Localidade: _____ Município _____

1. Dados pessoais	
<p>1) Estado civil:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- solteira</p> <p><input type="checkbox"/> 2- casada</p> <p><input type="checkbox"/> 3- viúva</p> <p><input type="checkbox"/> 4- divorciada</p> <p><input type="checkbox"/> 5- união estável</p>	<p>7) Qual foi o motivo que a trouxe pra este lugar?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- casamento</p> <p><input type="checkbox"/> 2- trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> 3- migração</p> <p><input type="checkbox"/> 4- ligações familiares</p> <p><input type="checkbox"/> 5- outro. Qual?</p>
<p>2) Ocupação:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- agricultora</p> <p><input type="checkbox"/> 2- doméstica</p> <p><input type="checkbox"/> 3- diarista</p> <p><input type="checkbox"/> 4- artesã</p> <p><input type="checkbox"/> 5- outra. Qual?</p>	<p>8) Que relações você mais valoriza em seu Lugar? (ordem de importância 5 a 1)</p> <p><input type="checkbox"/> as amizades</p> <p><input type="checkbox"/> o parentesco</p> <p><input type="checkbox"/> a vizinhança</p> <p><input type="checkbox"/> o trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> o família</p> <p>Por quê?</p>
<p>3) Escolaridade:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- fundamental completo</p> <p><input type="checkbox"/> 2- fundamental incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> 3- ensino médio completo</p> <p><input type="checkbox"/> 4- ensino médio incompleto</p> <p><input type="checkbox"/> 5- ensino superior completo</p> <p><input type="checkbox"/> 6- ensino superior incompleto</p>	<p>9) No dia a dia do lugar em que vive o que é mais importante pra você? (ordem de importância 5 a 1)</p> <p><input type="checkbox"/> a comunidade</p> <p><input type="checkbox"/> a igreja</p> <p><input type="checkbox"/> o rio/, nascentes, montanhas</p> <p><input type="checkbox"/> o lazer</p> <p><input type="checkbox"/> a casa</p> <p>Por quê?</p>
<p>4) Veja folha atrás</p>	<p>10) Em que medida você se sente insatisfeita ou satisfeita com o lugar que mora?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- muito insatisfeita</p> <p><input type="checkbox"/> 2- insatisfeita</p> <p><input type="checkbox"/> 3- nem insatisfeita, nem satisfeita</p> <p><input type="checkbox"/> 4- satisfeita</p> <p><input type="checkbox"/> 5- muito satisfeita</p> <p>Por quê?</p>
<p>5) Religião</p> <p><input type="checkbox"/> 1- nenhuma</p> <p><input type="checkbox"/> 2- católica</p> <p><input type="checkbox"/> 3- evangélica</p>	<p>11) Com que frequência ocorrem encontros, atividades que envolvem todos da comunidade?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- nunca</p> <p><input type="checkbox"/> 2- raramente</p>

<input type="checkbox"/> 4- espírita <input type="checkbox"/> 5- outra	<input type="checkbox"/> 3- às vezes <input type="checkbox"/> 4- muitas vezes <input type="checkbox"/> 5- sempre
2. Relação com o Lugar	
6) Tempo de moradia na localidade <input type="checkbox"/> 1- menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 2- de 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> 3- de 10 a 15 anos <input type="checkbox"/> 4- de 15 a 20 anos <input type="checkbox"/> 5- mais de 20 anos	12) Você considera que existe uma divisão do trabalho da casa e da propriedade entre homem e mulher? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não Por quê?
13) Realiza algum tipo de trabalho na propriedade? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não Qual?	20) Com que frequência no ano são realizados encontros e trabalhos do GB na localidade? <input type="checkbox"/> 1- poucas vezes <input type="checkbox"/> 2- às vezes <input type="checkbox"/> 3- muitas vezes
14) Qual a proporção do trabalho doméstico assumido por você? <input type="checkbox"/> 1- realiza sozinha <input type="checkbox"/> 2- realiza maior parte <input type="checkbox"/> 3- divide igualmente com o companheiro <input type="checkbox"/> 4- não realiza	21) Os assuntos discutidos nas reuniões do GB são: <input type="checkbox"/> 1- relacionados à comunidade <input type="checkbox"/> 2- seguem material de apoio (ex. cartilha) <input type="checkbox"/> 3- relacionados à barragem <input type="checkbox"/> 4- outros. Quais?
3.Participação política	
15) Tempo de participação nos Grupos de Base (GB) <input type="checkbox"/> 1- de 1 a 2 anos <input type="checkbox"/> 2- de 3 a 5 anos <input type="checkbox"/> 3- de 6 a 8 anos <input type="checkbox"/> 4- de 9 a 11 anos <input type="checkbox"/> 5- de 12 a 15 anos <input type="checkbox"/> 6- mais de 15 anos	22) Quando há uma decisão a ser tomada no GB, geralmente, como isso acontece? <input type="checkbox"/> 1- a decisão é imposta de fora <input type="checkbox"/> 2- a liderança decide e informa os outros membros <input type="checkbox"/> 3- a liderança consulta os outros membros e então decide <input type="checkbox"/> 4- os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto <input type="checkbox"/> 5- outros. Cite:
16) Além dos GB do MAB, você participa de outras organizações? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	23) Você considera que houve alguma mudança em sua vida depois que passou a participar do GB? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não
17) Que tipo de organização? <input type="checkbox"/> 1- cooperativa agrícola <input type="checkbox"/> 2- associação de Moradores <input type="checkbox"/> 3- partido político <input type="checkbox"/> 4- sindicato dos Trabalhadores Rurais <input type="checkbox"/> 5- pastoral/organização religiosa <input type="checkbox"/> 6- comitê da Bacia Hidrográfica <input type="checkbox"/> 7- conselho Municipal	24) O que mudou em sua vida após a participação no GB? <input type="checkbox"/> 1- nada mudou <input type="checkbox"/> 2- melhorou o acesso à informação e notícias <input type="checkbox"/> 3- a relação com outras pessoas da comunidade <input type="checkbox"/> 4- a relação com os familiares <input type="checkbox"/> 5- oportunidade de reivindicar direitos <input type="checkbox"/> Outra. Qual?

<input type="checkbox"/> 8- grupo esportivo <input type="checkbox"/> 9- grupo de jovens. Outros:	
18) Iniciou a sua participação no GB por: <input type="checkbox"/> 1- vontade própria <input type="checkbox"/> 2- influência de amigos ou vizinhos <input type="checkbox"/> 3- influência do cônjuge/companheiro <input type="checkbox"/> 4- Outros. Quem?	25) Como você descreveria sua participação no GB? <input type="checkbox"/> 1- apenas em momentos importantes (audiências públicas, encontros, marchas) <input type="checkbox"/> 2- pouco ativa <input type="checkbox"/> 3- muito ativa <input type="checkbox"/> 4- ocupa a liderança do grupo
19) Nos últimos 8 anos o número de pessoas do GB: <input type="checkbox"/> 1- diminuiu <input type="checkbox"/> 2- permaneceu o mesmo <input type="checkbox"/> 3- aumentou	26) O que seu marido/companheiro, filhos (ou pais) acham de sua participação no GB? <input type="checkbox"/> 1- Indiferente <input type="checkbox"/> 2- Reprovam <input type="checkbox"/> 3- Apóiam <input type="checkbox"/> 4- Apóiam e acompanham E as outras mulheres?
27) Houve alguma mudança em sua relação com seu cônjuge ou companheiro após sua participação no GB do MAB? <input type="checkbox"/> 1- nada mudou <input type="checkbox"/> 2- mudou pouco <input type="checkbox"/> 3- mudou para pior <input type="checkbox"/> 4- melhorou a relação <input type="checkbox"/> 5- prejudicou a relação	4. Empoderamento
	33) Você tem autonomia para tomar decisões que afetam as suas atividades diárias? <input type="checkbox"/> 1- muito pouca <input type="checkbox"/> 2- pouca <input type="checkbox"/> 3- média <input type="checkbox"/> 4- muita <input type="checkbox"/> 5- bastante
28) Você sofre ou sofreu algum tipo de julgamento por parte da comunidade sobre sua atuação como militante do MAB? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não No caso de sim, que tipo de julgamento?	34) Nas atividades que realiza fora de casa, você encontra impedimentos de horário para saída e retorno? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- pouco <input type="checkbox"/> 3- médio <input type="checkbox"/> 4- muito <input type="checkbox"/> 5- bastante
29) Quando vai às reuniões do GB ou vai para outros encontros do MAB, o(s) seu(s) filho(s): <input type="checkbox"/> 1- a acompanham <input type="checkbox"/> 2- ficam em casa com marido <input type="checkbox"/> 3- ficam sozinhos em casa <input type="checkbox"/> 4- ficam com parentes ou vizinhos <input type="checkbox"/> 5- outro	35) Com que frequência você se locomove de sua casa/propriedade para cidade ou outros municípios? <input type="checkbox"/> 1- nunca <input type="checkbox"/> 2- raramente <input type="checkbox"/> 3- às vezes <input type="checkbox"/> 4- muitas vezes <input type="checkbox"/> 5- sempre
30) Quais dessas opções se enquadra à sua situação após a participação no GB, encontros: <input type="checkbox"/> 1- expresso melhor minhas opiniões <input type="checkbox"/> 2- sou capaz de tomar minhas próprias	36) Você tem acesso ou conhecimento dos direitos trabalhistas (auxílio doença, aposentadoria, licença maternidade)? <input type="checkbox"/> 1- sim

<p>decisões</p> <p><input type="checkbox"/> 3- maior capacidade de negociação na família</p> <p><input type="checkbox"/> 4- aproximação de outros movimentos sociais</p> <p><input type="checkbox"/> 5- nenhuma das alternativas</p>	<p><input type="checkbox"/> 2- não</p> <p>Qual?</p>
<p>31) Como você vê a participação das mulheres nas reuniões do GB quando estas são conduzidas por mulheres?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- agem normalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2- ficam envergonhadas e não participam</p> <p><input type="checkbox"/> 3- ficam mais à vontade e participam mais</p> <p><input type="checkbox"/> 4- se recusam a ir nas reuniões</p>	<p>37) Qual sua participação no planejamento familiar? (decisão de número de filhos, no intervalo de tempo entre os filhos, educação, etc).</p> <p><input type="checkbox"/> 1- nenhuma participação</p> <p><input type="checkbox"/> 2- pouca participação</p> <p><input type="checkbox"/> 3- grande participação</p>
<p>32) Como você vê a participação dos homens nas reuniões do GB quando estas são conduzidas por mulheres?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- agem normalmente</p> <p><input type="checkbox"/> 2- ficam envergonhados e não participam</p> <p><input type="checkbox"/> 3- ficam mais à vontade e participam mais</p> <p><input type="checkbox"/> 4- se recusam a ir nas reuniões</p>	<p>38) Você utiliza algum método contraceptivo?</p> <p><input type="checkbox"/> 1-sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2-não</p> <p>Por que?</p>
<p>39) Qual método contraceptivo você utiliza?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- tabelinha</p> <p><input type="checkbox"/> 2- pílula</p> <p><input type="checkbox"/> 3- DIU</p> <p><input type="checkbox"/> 4- preservativo</p> <p><input type="checkbox"/> 5- outro. Qual?</p>	<p>47) Por que não denunciou?</p> <p><input type="checkbox"/> 1- medo</p> <p><input type="checkbox"/> 2- dependência financeira</p> <p><input type="checkbox"/> 3- preservar os filhos</p> <p><input type="checkbox"/> 4- vergonha</p> <p><input type="checkbox"/> 5- outros. Quais?</p>
<p>40) Qual sua participação na gestão econômica da família? (administração dos recursos financeiros)</p> <p><input type="checkbox"/> 1- nenhuma participação</p> <p><input type="checkbox"/> 2- pouca participação</p> <p><input type="checkbox"/> 3- grande participação</p>	<p>48) Renda pessoal</p> <p><input type="checkbox"/> 1- nenhuma</p> <p><input type="checkbox"/> 2- menos de um salário mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 3- 1 salário mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 4- 2 a 3 salários mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 5- acima de 3 salários</p> <p><input type="checkbox"/> 6- outra. (trocas de produtos, etc.)</p>
<p>41) Realiza alguma atividade remunerada fora da propriedade familiar? (caso negativo passe para questão 43)</p> <p><input type="checkbox"/> 1- sim</p> <p><input type="checkbox"/> 2- não</p> <p>Qual?</p>	<p>49) Renda familiar (vínculo empregatício)</p> <p><input type="checkbox"/> 1- menos de 1 salário mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 2- 1 salário mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 3- 2 a 3 salários mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 4- 4 a 5 salários mínimo</p> <p><input type="checkbox"/> 5- acima de 6 salários</p>
<p>42) Você considera que essa atividade remunerada:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- auxilia nos gastos da família</p> <p><input type="checkbox"/> 2- gera algum conflito em sua casa</p>	<p>50) O que produzem em sua terra:</p> <p><input type="checkbox"/> 1- Produtos para o consumo e o mercado</p> <p><input type="checkbox"/> 2- extrativismo</p> <p><input type="checkbox"/> 3- frutas e verduras</p>

<input type="checkbox"/> 3- lhe dá mais autonomia <input type="checkbox"/> 4- aumenta sua jornada de trabalho (casa e fora) <input type="checkbox"/> 5- todas as alternativas	<input type="checkbox"/> 4- garimpo <input type="checkbox"/> 5- outros.
43) Qual sua participação na gestão da das atividades na propriedade? (escolhas das áreas de produção, de preservação, etc). <input type="checkbox"/> 1- nenhuma participação <input type="checkbox"/> 2- pouca participação <input type="checkbox"/> 3- grande participação	51) Que tipo de meio de locomoção possui? <input type="checkbox"/> 1- não possui <input type="checkbox"/> 2- motocicleta <input type="checkbox"/> 3- automóvel <input type="checkbox"/> 4- caminhão <input type="checkbox"/> 5- Outros
44) Qual a participação de seu cônjuge nas atividades realizadas em casa e nos arredores? <input type="checkbox"/> 1- nenhuma participação <input type="checkbox"/> 2- pouca participação <input type="checkbox"/> 3- grande participação	52) Possui conta bancária conjunta ou individual? <input type="checkbox"/> 1- não possui <input type="checkbox"/> 2- conta conjunta <input type="checkbox"/> 3- conta individual
45) Você já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica) praticada por cônjuge? (se caso negativo passe para 48) <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	53) Possui algum tipo de imóvel em seu nome? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- casa <input type="checkbox"/> 3- apto <input type="checkbox"/> 4- propriedade rural <input type="checkbox"/> 5- outros
46) Você fez alguma denúncia das agressões? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	54) Já acessou algum tipo de programa de política pública? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- PRONAF <input type="checkbox"/> 3- bolsa-família <input type="checkbox"/> 4- PAA <input type="checkbox"/> 5- crédito fundiário <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
55) Recebe algum benefício previdenciário? <input type="checkbox"/> 1- aposentadoria <input type="checkbox"/> 2- auxílio doença <input type="checkbox"/> 3- licença maternidade <input type="checkbox"/> 4- pensão INSS	

4- Membros da sua família segundo os critérios estipulados abaixo.

Opções:

Membros da Família: 1-cônjuge / 2-filho / 3-outros

Grau de Educação: 1-Analfabeto a Primário incompleto / 2 - Primário completo a Ginásio incompleto / 3 - Ginásio completo a Colegial incompleto / 4 - Colegial completo a

Superior incompleto / 5 - Superior completo

Ocupação: 1- Trabalhador(a) Rural/ 2- Aposentado / 3- Trabalhador remunerado (fichado)
4-Estudante / 6- Não ocupado

Local de Trabalho: 1-trabalha na propriedade/ 2- trabalha fora/ 3- trabalha em outra cidade

Membros da Família	Idade (anos)	Grau de Educação	Ocupação	Local Trabalho
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AO GRUPO NÃO ENVOLVIDOS

Questionário 2 (Mulheres que não participam do MAB)

Identificação N. _____

Nome: _____ Idade: _____

Localidade: _____ Município _____

<p>1. Dados pessoais</p> <p>1) Estado civil: <input type="checkbox"/> 1- solteira <input type="checkbox"/> 2- casada <input type="checkbox"/> 3- viúva <input type="checkbox"/> 4- divorciada <input type="checkbox"/> 5- união estável</p>	<p>7) Qual foi o motivo que a trouxe pra este lugar? <input type="checkbox"/> 1- casamento <input type="checkbox"/> 2- trabalho <input type="checkbox"/> 3- migração <input type="checkbox"/> 4- ligações familiares <input type="checkbox"/> 5- outro. Qual?</p>
<p>2) Ocupação: <input type="checkbox"/> 1- agricultora <input type="checkbox"/> 2- doméstica <input type="checkbox"/> 3- diarista <input type="checkbox"/> 4- artesã <input type="checkbox"/> 5- outra. Qual?</p>	<p>8) Que relações você mais valoriza em seu Lugar? (ordem de importância 5 a 1) <input type="checkbox"/> as amizades <input type="checkbox"/> o parentesco <input type="checkbox"/> a vizinhança <input type="checkbox"/> o trabalho <input type="checkbox"/> o família Por quê?</p>
<p>3) Escolaridade: <input type="checkbox"/> 1- fundamental completo <input type="checkbox"/> 2- fundamental incompleto <input type="checkbox"/> 3- ensino médio completo <input type="checkbox"/> 4- ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> 5- ensino superior completo <input type="checkbox"/> 6- ensino superior incompleto</p>	<p>9) No dia a dia do lugar em que vive o que é mais importante pra você? (ordem de importância 5 a 1) <input type="checkbox"/> a comunidade <input type="checkbox"/> a igreja <input type="checkbox"/> o rio/montanhas <input type="checkbox"/> o lazer <input type="checkbox"/> a casa Por quê?</p>
<p>4) Ver folha atrás</p>	<p>10) Em que medida você se sente insatisfeita ou satisfeita com o lugar que mora? <input type="checkbox"/> 1- muito insatisfeita <input type="checkbox"/> 2- insatisfeita <input type="checkbox"/> 3- nem insatisfeita, nem satisfeita <input type="checkbox"/> 4- satisfeita <input type="checkbox"/> 5- muito satisfeita Por quê?</p>
<p>5) Religião <input type="checkbox"/> 1- nenhuma <input type="checkbox"/> 2- católica <input type="checkbox"/> 3- evangélica <input type="checkbox"/> 4- espírita <input type="checkbox"/> 5- outra</p>	<p>11) Com que frequência ocorrem encontros, atividades que envolvem todos da comunidade? <input type="checkbox"/> 1- nunca <input type="checkbox"/> 2- raramente <input type="checkbox"/> 3- às vezes <input type="checkbox"/> 4- muitas vezes <input type="checkbox"/> 5- sempre</p>

2. Relação com o Lugar	
6) Tempo de moradia na localidade <input type="checkbox"/> 1- menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 2- de 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> 3- de 10 a 15 anos <input type="checkbox"/> 4- de 15 a 20 anos <input type="checkbox"/> 5- mais de 20 anos	12) Você considera que existe uma divisão do trabalho da casa e da propriedade entre homem e mulher? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não Por quê?
13) Realiza algum tipo de trabalho na propriedade? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não Qual?	20) Na localidade é possível que uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada? <input type="checkbox"/> 1- muito provável <input type="checkbox"/> 2- relativamente provável <input type="checkbox"/> 3- nem provável nem improvável <input type="checkbox"/> 4- relativamente improvável <input type="checkbox"/> 5- muito improvável. Por que?
14) Qual a proporção do trabalho doméstico assumido por você? <input type="checkbox"/> 1- realiza sozinha <input type="checkbox"/> 2- realiza maior parte <input type="checkbox"/> 3- divide igualmente com o companheiro <input type="checkbox"/> 4- não realiza	4. Empoderamento
3. Participação	
15) Participa ou já participou de alguma organização? (se não passe para questão 19) <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	21) Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida? <input type="checkbox"/> 1- totalmente incapaz de mudar minha vida <input type="checkbox"/> 2- geralmente incapaz de mudar minha vida <input type="checkbox"/> 3- nem capaz, nem incapaz <input type="checkbox"/> 4- geralmente capaz de mudar minha vida <input type="checkbox"/> 5- totalmente incapaz de mudar minha vida
16) Que tipo de organização? <input type="checkbox"/> 1- cooperativa agrícola <input type="checkbox"/> 2- associação de Moradores <input type="checkbox"/> 3- partido político <input type="checkbox"/> 4- sindicato dos Trabalhadores Rurais <input type="checkbox"/> 5- pastoral/organização religiosa <input type="checkbox"/> 6- comitê da Bacia Hidrográfica <input type="checkbox"/> 7- conselho Municipal <input type="checkbox"/> 8- grupo esportivo <input type="checkbox"/> 9- grupo de jovens <input type="checkbox"/> 10- Grupo de base	22) Nas atividades que realiza fora de casa, você encontra impedimentos de horário para saída e retorno? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- pouco <input type="checkbox"/> 3- médio <input type="checkbox"/> 4- muito <input type="checkbox"/> 5- bastante
17) Iniciou a sua participação na organização por: <input type="checkbox"/> 1- vontade própria <input type="checkbox"/> 2- influência de amigos ou vizinhos <input type="checkbox"/> 3- influência do cônjuge/companheiro <input type="checkbox"/> 4- Outros. Quem?	23) Com que frequência você se locomove de sua casa/propriedade para cidade ou outros municípios? <input type="checkbox"/> 1- nunca <input type="checkbox"/> 2- raramente <input type="checkbox"/> 3- às vezes <input type="checkbox"/> 4- muitas vezes <input type="checkbox"/> 5- sempre
	24) Você tem acesso ou conhecimento dos direitos trabalhistas (auxílio doença, aposentadoria, licença maternidade)? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não Quais?

<p>18) Parou de participar na organização por:</p> <p>() 1- vontade própria</p> <p>() 2- influência de amigos ou vizinhos</p> <p>() 3- influência do cônjuge/companheiro</p> <p>() 4- Outros. Quem?</p>	<p>25) Qual sua participação no planejamento familiar? (decisão de número de filhos, no intervalo de tempo entre os filhos, educação, etc).</p> <p>() 1- nenhuma participação</p> <p>() 2- pouca participação</p> <p>() 3- grande participação</p>
<p>19) O que você acha da participação de outros membros da comunidade em algum grupo?</p> <p>() 1- Indiferente</p> <p>() 2- Reprova</p> <p>() 3- Apóia</p>	<p>26) Você utiliza algum método contraceptivo?</p> <p>() 1-sim</p> <p>() 2-não</p> <p>Por que?</p>
<p>27) Qual método contraceptivo você utiliza?</p> <p>() 1- tabelinha</p> <p>() 2- pílula</p> <p>() 3- DIU</p> <p>() 4- preservativo</p> <p>() 5- outro. Qual?</p>	<p>35) Por que não denunciou?</p> <p>() 1- medo</p> <p>() 2- dependência financeira</p> <p>() 3- preservar os filhos</p> <p>() 4- vergonha</p> <p>() 5- outros. Quais?</p>
<p>28) Qual sua participação na gestão econômica da família? (administração dos recursos financeiros)</p> <p>() 1- nenhuma participação</p> <p>() 2- pouca participação</p> <p>() 3- grande participação</p>	<p>36) Renda pessoal</p> <p>() 1- nenhuma</p> <p>() 2- menos de um salário mínimo</p> <p>() 3- 1 salário mínimo</p> <p>() 4- 2 a 3 salários mínimo</p> <p>() 5- acima de 3 salários</p>
<p>29) Realiza alguma atividade remunerada fora da propriedade familiar?</p> <p>() 1- sim</p> <p>() 2- não</p> <p>Qual?</p>	<p>37) Renda familiar</p> <p>() 1- menos de 1 salário mínimo</p> <p>() 2- 1 salário mínimo</p> <p>() 3- 2 a 3 salários mínimo</p> <p>() 4- 4 a 5 salários mínimo</p> <p>() 5- acima de 6 salários</p>
<p>30) Você considera que essa atividade remunerada:</p> <p>() 1- auxilia nos gastos da família</p> <p>() 2- gera algum conflito em sua casa</p> <p>() 3- lhe dá mais autonomia</p> <p>() 4- aumenta sua jornada de trabalho (casa e fora)</p> <p>() 5- todas as alternativas</p>	<p>38) O que produzem em sua terra:</p> <p>() 1- Produtos para o consumo e o mercado</p> <p>() 2- extrativismo</p> <p>() 3- frutas e verduras</p> <p>() 4- garimpo</p> <p>() 5- outros</p>
<p>31) Qual sua participação na gestão da das atividades na propriedade? (escolhas das áreas de produção, de preservação, etc).</p> <p>() 1- nenhuma participação</p> <p>() 2- pouca participação</p> <p>() 3- grande participação</p>	<p>39) Que tipo de meio de locomoção possui?</p> <p>() 1- não possui</p> <p>() 2- motocicleta</p> <p>() 3- automóvel</p> <p>() 4- caminhão</p> <p>() 5- Outros</p>
<p>32) Qual a participação de seu cônjuge nas atividades realizadas em casa e nos arredores?</p> <p>() 1- nenhuma participação</p>	<p>40) Possui conta bancária conjunta ou individual?</p> <p>() 1- não possui</p> <p>() 2- conta conjunta</p>

<input type="checkbox"/> 2- pouca participação <input type="checkbox"/> 3- grande participação	<input type="checkbox"/> 3- conta individual
33) Você já sofreu algum tipo de violência (física, psicológica) praticada por cônjuge? (se caso negativo passe para 36) <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	41) Possui algum tipo de imóvel em seu nome? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- casa <input type="checkbox"/> 3- apto <input type="checkbox"/> 4- propriedade rural <input type="checkbox"/> 5- outros
34) Você fez alguma denúncia das agressões? <input type="checkbox"/> 1- sim <input type="checkbox"/> 2- não	42) Já acessou algum tipo de programa de política pública? <input type="checkbox"/> 1- nenhum <input type="checkbox"/> 2- PRONAF <input type="checkbox"/> 3- bolsa-família <input type="checkbox"/> 4- PAA <input type="checkbox"/> 5- crédito fundiário <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
Recebe algum benefício previdenciário? <input type="checkbox"/> 1- aposentadoria <input type="checkbox"/> 2- auxílio doença <input type="checkbox"/> 3- licença maternidade <input type="checkbox"/> 4- pensão INSS <input type="checkbox"/> 5- outro	

4- Membros da sua família segundo os critérios estipulados abaixo.

Opções:

Membros da Família: 1-cônjuge / 2-filho / 3-outros

Grau de Educação: 1-Analfabeto a Primário incompleto / 2 - Primário completo a Ginásio incompleto / 3 - Ginásio completo a Colegial incompleto / 4 - Colegial completo a Superior incompleto / 5 - Superior completo

Ocupação: 1- Trabalhador(a) Rural/ 2- Aposentado / 3- Trabalhador remunerado (fichado) 4-Estudante / 6- Não ocupado

Local de Trabalho: 1-trabalha na propriedade/ 2- trabalha fora/ 3- trabalha em outra cidade

Membros da Família	Idade (anos)	Grau de Educação	Ocupação	Local Trabalho
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()

()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()
()	()	()	()	()

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS

Roteiro de entrevista (lideranças femininas)

Identificação N._____

Localidade:_____ Município_____

Lugar

Como é o lugar onde mora? O que você valoriza e o que não valoriza?

O que acontecia na localidade sem a barragem? Hoje está mudado ou continua o mesmo?

O que ainda permanece na localidade mesmo sem ou com a construção da barragem?

Você mantém ligações com muitas pessoas da comunidade? Possui ligação com pessoas de outros lugares?

Na sua opinião no lugar onde mora ocorrem muitas mudanças? (pessoas que se mudam, que regressam, novas produções agrícolas, novas atividades de lazer, etc.)

Participação política

Você considera que fazer parte do grupo de base é ter uma atuação política?

Mulher deve fazer atividades políticas?

O grupo de Base tem alguma relação com grupos presentes na localidade? Quais?

O grupo de base tem alguma relação com outro grupo externo, outro movimento, etc.? Qual?

Você recebe algum auxílio do movimento para poder participar dos eventos e reuniões, ou vai com recursos próprios?

Como você avalia as atividades do movimento em que participa?

Acha que pode ter conseqüências para a sua vida? Quais?

Você considera que houveram mudanças na organização do GB, no número de pessoas participantes, nos motivos de luta depois do ano de 2003?

O GB discute outros assuntos além da questão da barragem? Quais?

Empoderamento

Você se sente feliz, satisfeita com a vida que leva?

Depois que iniciou sua participação no MAB e em outras organizações, você sente que tem maior capacidade para falar e negociar sobre assuntos delicados (sexualidade, renda familiar, educação dos filhos, etc) com seu cônjuge, filhos e/ou pais?

E diante da comunidade, órgãos municipais ou até mesmo dos técnicos da empresa construtora de barragem, você sente capaz de argumentar a respeito dos seus direitos, dos problemas, sugerir soluções?